



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Kassia Rodrigues

**Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de
fazendeiros do século XIX**

São Gonçalo
2011

Kassia Rodrigues

Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Daniela Buono Calainho

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

R696 Rodrigues, Kassia.
TESE Das páginas ao corpo : escravidão e práticas de saúde em manuais de
fazendeiros do século XIX / Kassia Rodrigues – 2011.
135f.

Orientadora: Daniela Buono Calainho.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Escravidão – Vassouras (RJ) - História – Séc. XIX -Teses. 2.
Escravidão – Brasil - História – Séc. XIX -Teses. 3. Escravos – Condições
sociais - Vassouras (RJ) - Séc. XIX -Teses. I. Calainho, Daniela Buono. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

CDU 326(815.3)(091)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese / dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kassia Rodrigues

Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 31 de janeiro de 2011.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Daniela Buono Calainho

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles

Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof.^a Dra. Ângela Pôrto

Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz

São Gonçalo

2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Dalmo e Rita, por tudo o que sou. Ao amado Felipe e quem mais vier... pelo tempo vivido, bem vivido e querido.

AGRADECIMENTOS

Não se pode dizer ao final de um longo trabalho como este, que se chegou sozinho. No decorrer do caminho muitas foram as colaborações. Agora é hora de agradecê-las. Agradeço aos meus pais, pelo apoio, pelo carinho, pelo estímulo ao prazer ler, escrever e sempre buscar saber mais, sem os quais este trabalho seria impossível.

À Deus, pelo porto seguro nos momento de desespero.

À Elizangela. À Michelle, amigas de longa data e companheiras nesta caminhada, dividindo as angústias e alegrias desses anos.

À minha orientadora. Sei que o certo seria dizer Dra. Daniela Calainho – mas ela foi só Daniela – dedico gratidão especial pelas inúmeras provas de confiança, pelo incentivo e compreensão sempre.

Ao professor Dr. Ricardo Salles, pela generosidade, por dividir suas reflexões, enfim, por apresentar os “senhores fazendeiros de Vassouras”. Sua participação na minha banca só veio a fortalecer minha admiração pelo seu trabalho. A professora Dra. Ângela Pôrto, cuja avaliação na qualificação e dicas ajudou a moldar este trabalho.

Ao professor Dr. André Campos, por me receber na sua turma de doutorado na UFF e pelo auxílio bibliográfico. À professora Dra. Márcia Gonçalves, pelas observações feitas sempre com muita sutileza.

Aos “colegas de aula”, pela força, pelo incentivo, pelos papos e encontros... quantos encontros.

Aos funcionários do Centro de Documentação Histórica/USS: Prof. Ms. Magno Fonseca Borges e dona “Bebel”, pelo auxílio com a documentação e carinho com o qual me receberam.

Aos amigos queridos, que não estão mais por perto para ver o final deste trabalho, saudades.

Por fim, mas em primeiro, Felipe. Não existe palavra no mundo para expressar meu agradecimento a sua calma nas minhas crises, as suas risadas bobas, a sua mão amiga. Então, para você eu deixo o meu amor.

RESUMO

RODRIGUES, Kassia. *Das páginas ao corpo: escravidão e práticas de saúde em manuais de fazendeiros do século XIX*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

A elegante Vassouras oitocentista foi modelada pelo apogeu do café. Este foi o cenário em que se buscou, através dos manuais de fazendeiros, publicados no século XIX, e dos inventários *post-mortem*, compreender os aspectos da saúde e da vida dos escravos entre os anos de 1830-1871. Estas obras abregem um conjunto de normas, conselhos que visam à conservação da escravidão pela combinação de saúde, moradia, alimentação, trabalho, higiene e natalidade. Elemento indispensável ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, a escravidão sofreu mudanças diante do fim do tráfico atlântico em 1850. Tais mudanças permitiram verificar que as recomendações dos manuais criaram "espaços de liberdade" dentro da comunidade escrava com a permissão do cultivo de roças próprias, a formação de laços familiares, uma maior preocupação com saúde e moradia dos escravos. Visto isso, constatou-se que essas prescrições influenciaram na taxa de natalidade, criando uma perspectiva de crescimento vegetativo natural da população escrava. Contudo, a porcentagem de escravos doentes aumentou no período de 1851-1871, o que refletiu uma realidade marcada pelo excesso de trabalho associado, possivelmente, a uma dieta alimentar inadequada que enfraquecia os corpos, deixando-os susceptíveis as doenças.

Palavras-chave: Escravidão. Manuais de fazendeiros. Saúde. Vassouras. Brasil-Império.

ABSTRACT

The stylish nineteenth-century Vassouras was shaped by the zenith of the coffee production. In this scenario, through analysis of farmers' manuals and post-mortem inventories published in the XIXs, we seek to understand slave's life and health aspects from 1830 to 1871. Those works cover a set of rules and advices aimed at the perservation of slavery by the combination of health, housing, food, work, hygiene and birth. Slavery, key point to the development of the coffee plantation, has suffered deep changes at the 1850's end of the Atlantic slave trade. Such chages allowed us to verify that the recommendations from those manuals have created "locus of freedom" in the slave community, by the permission of cultivate their own food gardens, the implementation of family ties and a higher concern about slave's housing and health. On this basis it was found that such prescription had played a role on birth rates,creating a natural vegetative growth prerspective of the slave population. However the percentage of sick slaves has increased in the 1831-1871 period. It reflects a reality marked by overwork possibly associated with a por diet that weakened their bodies leaving them susceptible to disease.

Keywords: Slavery. Farmers' manuals. Health. Vassouras. Imperial Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais grupos de doenças dos escravos de Vassouras, 1830-1871	91
Tabela 2 - Causas de doenças entre os escravos de Vassouras, 1830-1871	92
Tabela 3 - Número de escravos, em porcentagem, por faixa etária.....	103
Tabela 4 - Distribuição dos grupos de doenças, em porcentagem, os escravos adultos.....	104
Tabela 5 - Distribuição dos grupos de doenças, em porcentagem, entre crianças escravas....	105
Tabela 6 - Distribuição dos grupos de doenças em porcentagem, entre os escravos.....	106

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	VASSOURAS : O CAFÉ, O FAZENDEIRO E O ESCRAVO	13
1.1	O café	14
1.2	O fazendeiro	22
1.3	O escravo	39
2	AS PÁGINAS : OS MANUAIS E O GOVERNO DOS ESCRAVOS	48
2.1	O governo dos escravos	50
2.2	A medicina nos manuais de Jean-Baptiste Imbert, 1834, Carlos Augusto Taunay, 1839 e Antônio Caetano da Fonseca, 1863.	72
3	O CORPO: DOENÇAS E CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESCRAVOS	86
3.1	Doenças	89
3.2	A vida dos escravos e os manuais de fazendeiros em Vassouras	107
4	CONCLUSÃO	124
	REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

“A redação de um código para a escravatura, que uniformize o tratamento que se deve dar aos escravos, e combine o interesse dos senhores com o tolerável bem-estar dos pretos, pois que a religião, a humanidade e a utilidade pública e particular assim o exigem.”

Carlos Augusto Taunay, 1839.

Com estas palavras, Taunay colocava o segundo objetivo da obra que publicava em janeiro de 1839. Contudo, a administração dos escravos foi o assunto central de seu “Manual do Agricultor Brasileiro”. Tal como o manual de Taunay, outros autores – Jean-Baptiste Imbert, em 1834, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty dos Alferes, em 1847, e Antônio Caetano da Fonseca, em 1863 – publicaram manuais dirigidos aos fazendeiros com o mesmo elemento norteador. A preocupação derivava do problema mais agudo vivenciado pelos proprietários de escravo do século XIX: a permanência da escravidão frente ao fim do abastecimento constate de africanos. Não obstante, era preciso proteger a ordem escravista, vista sua importância econômica e social para o Império brasileiro. Império caracterizado pela lavoura cafeeira que, ao longo dos oitocentos, especialmente na segunda metade do século, fora conquistando as terras do Vale do Paraíba fluminense.

Entre elas, Vassouras que, substituindo a exuberante floresta pelos pés de café, desenvolveu um prodigioso período agrícola e uma intensa concentração de riqueza nas mãos dos proprietários das grandes lavouras. Em decorrência, ali estabeleceram-se famílias que se arvoraram em detentores da vida de centenas de escravos e terras. E a maior prova da opulência desses respeitáveis fazendeiros foi à enorme quantidade de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império. Ainda com relação à atuação desse grupo proprietários, a construção da sede da vila de Vassouras foi, inegavelmente, o exemplo maior, nessa região, dos interesses de seus nobres. Para atestar essa afirmação, estão os inúmeros edifícios públicos e particulares, em torno da Praça Barão de Campo Belo, que não existiriam sem a abundância de seus fazendeiros.

É fundamental ressaltar que tamanha riqueza foi calcada na escravidão. Em outras palavras, dependia da mão-de-obra escrava para aumentar ou simplesmente para ser

sustentada. Contudo, a passagem da primeira metade para a segunda do século XIX assistiu a mudanças significativas na ordem escravista: proibição legal do tráfico atlântico em 1831 e aumento do desembarque ilegal de africanos nos portos brasileiros nos anos seguintes; extinção efetiva da importação da mão-de-obra escrava africana com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, e a sanção da Lei do Ventre Livre em 1871. A extinção do tráfico atlântico colocou um ponto final na reprodução externa da mão-de-obra escrava, mas não representou o fim do uso desse tipo de mão-de-obra. Criou-se um cenário fértil para buscar recursos para recompor a mão-de-obra escrava, que só esbarraria na condição de nascerem livres os filhos dos escravos.

Nesse contexto, as prescrições dos manuais tornam-se elementos interessantes para analisar as transformações nas relações escravistas e as condições de vida dos escravos entre os anos de 1830 e 1871, sobretudo na área principal área produtora de café do Império. Para percebê-las, este estudo utiliza-se de três conjuntos documentais: os manuais de fazendeiros, os inventários post-mortem dos proprietários de Vassouras e o banco de dados *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*, disponibilizado pelo Centro de Estudo dos Oitocentos (CEO).

As primeiras fontes documentais consistem nos manuais de fazendeiros publicados a partir da década de 1830. São eles: *Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*, de Jean-Baptiste Imbert (1834); *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay (1839); *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Paty dos Alferes (1847), e o quarto, já na segunda metade do século XIX, intitulado *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros*, de Antônio Caetano da Fonseca (1863).

O aspecto de manual dá a essas fontes um sentido de aplicabilidade, ou seja, que o leitor-fazendeiro encontraria informações que poderiam ser utilizadas na prática. Assim, os objetivos dos manuais estavam explícitos – prescrever normas para a adequada gestão de uma propriedade escravista. Elas incluíam conselhos diretamente ligados às questões agronômicas, reuniam informações sobre a caracterização e tratamentos das doenças e, especialmente, preceitos para o governo dos escravos. Esses autores, enquanto fazendeiros, indicavam formas

alternativas de conservar, ou mesmo suprir uma possível falta da mão-de-obra escrava com o fim da importação de cativos africanos, através da suas próprias experiências.

O segundo conjunto de fontes é composto pelos inventários post-mortem dos proprietários vassourenses existentes no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (CDH/USS). Embora frequentemente identificados como fontes para estudos econômicos, eles contém, na verdade, informações que servem para recuperar aspectos constituintes da vida cotidiana e fundamentar a importância dos elementos humanos. Aí está a razão de incluir a análise dos inventários nesta pesquisa. Através deles, podem-se levantar dados não só da classe senhorial como também dos escravos e, assim, especular o desenrolar das relações escravistas em Vassouras.

O último corpus documental é o banco de dados *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*, organizado por Ricardo Salles, Keila Grinberg e Magno Fonseca Borges, publicado e mantido eletronicamente pelo CEO. Este banco de dados foi construído a partir de informações colhidas em cerca de 700 inventários da região de Vassouras para o período entre 1820 e 1880, totalizando aproximadamente 28.500 escravos. Com esta documentação, é possível verificar os nomes, as relações de gênero, estrutura etária, a procedência, a etnia, os valores, a constituição de laços familiares, os ofícios que os escravos desempenhavam, bem como a identificação das deformações físicas e das doenças que eles sofriam. A partir dessa fonte, a intenção será procurar a distribuição e as variações dos grupos de doenças que atingiam os escravos. Cabe ressaltar que para elaborar esta pesquisa só foram utilizados os dados entre os anos de 1830-1871, fato que não incluiu os registros dos demais anos anteriores ou posteriores ao período de interesse aqui.

O primeiro capítulo buscará realizar um panorama da Vassouras oitocentista no período de 1830 a 1871, apresentado as relações e os personagens que a tornaram o “*coração do Império*”: o café, o fazendeiro e o escravo. O desenvolvimento do café no Vale do Paraíba fluminense no século XIX criou um cenário único, que caracterizou Vassouras nas suas mais diversas formas de manifestação. Também procurará caracterizar a formação da classe senhorial, destacando as relações que lhes deram destaque durante o período imperial com a obtenção de títulos nobiliárquicos, *status* e poder, a construção de significativo patrimônio arquitetônico, símbolos da identidade cultural de seus fazendeiros. E por fim, apontará os espaços que permitiriam as negociações entre escravos e senhores, a partir do fim do tráfico

atlântico, para que as fazendas pudessem gozar de estabilidade para sustentar sua produção. Assim, a população escrava pode construir redes de sociabilidade, garantir direitos costumeiros e criar melhores condições de vida.

O segundo capítulo examinará as idéias sobre a administração dos escravos e os cuidados médicos contidos nos manuais de fazendeiros publicados ao longo dos oitocentos. A análise dessas obras permitirá conhecer as transformações pelas quais passavam a ordem escravista, dado o propósito de preceituar normas para a organização da produção e o governo dos escravos. Os textos procuravam dar conta da relação senhor - escravo em um momento delicado: fim da reposição externa da mão-de-obra cativa através do tráfico atlântico e a necessidade da manutenção do braço escravo nas fazendas. Os manuais descreviam, ainda, os sintomas e fórmulas domésticas para prevenção e cura de doenças, o que permitirá avaliar o papel deles como ferramentas importantes no tratamento dos doentes e dos fazendeiros como curadores.

Com o auxílio dos inventários *post-mortem*, o terceiro capítulo procurará reconstruir o universo social das senzalas, apontando para os principais aspectos do cotidiano indicados nos manuais: saúde, alimentação, moradia, higiene, vestimenta, trabalho, natalidade. A resposta para a questão de como manter a escravidão sem o tráfico atlântico se relacionava à criação de um conjunto de condições para que a população escrava se reproduzisse no território nacional e não fora dele, implicando na melhoria das condições de vida material do cativo e no incentivo à natalidade. Isto permitirá perceber as mudanças e permanências nas práticas escravistas utilizadas pelos proprietários de Vassouras, o alcance das prescrições dos manuais de fazendeiros e as possibilidades de criação de “espaços de liberdade”.

Não se pode negar que, em vista das incertezas em torno da escravidão, abriam-se brechas para negociação de melhorias, a redução das tarefas diárias e a manipulação os medos dos senhores. Em épocas que não havia franca reposição do braço escravo, as prescrições dos manuais de fazendeiro poderiam representar algo mais. Talvez estabelecessem pontos de negociação entre senhores e escravos: diminuição da jornada de trabalho, melhores dietas, habitação mais salubre, roças próprias, família, entre outros. Possibilidades que muitos senhores não podiam negar ou manipular para garantir a conservação de sua mão-de-obra e a não violência em suas senzalas.

1 VASSOURAS : O CAFÉ, O FAZENDEIRO E O ESCRAVO

Estas futuras cidades apenas vegetariam em povoados quase abafados pela floresta, pela inexistência de um produto cultivável, compensador de sua derrubada.

Alberto Ribeiro Lamego, 1950.

Quase tudo desapareceu. As instalações de beneficiamento, o terreiro, o moinho, tulha, as oficinas, as casas, a senzala. A paisagem, a mata, o pomar e os morros riscados pelas fileiras dos cafeeiros plantados no decorrer do século XIX. E a gente, que por ali circulava, muita gente – “barões”, escravos, feitores, capatazes, os tropeiros e agregados. Restou, contudo, os magníficos edifícios residenciais e suas aléias de palmeiras imperiais a anunciar a obra da lavoura cafeeira. Também os solares urbanos da Vassouras oitocentista, como os das demais cidades do Vale do Paraíba, que abrem suas janelas para o passado, permitindo entrever parte do que foi seu cenário. A passagem do café por ali foi breve, aproximadamente três gerações, suficiente, porém, para a formação de fortuna e prestígio político.

Durante todo século XIX, a lavoura cafeeira deslocou-se continuamente em busca de novas reservas de terras férteis. Sua passagem redesenhava paisagens. No Vale do Paraíba, por toda a parte as exuberantes florestas virgens vão sendo substituídas pelo cafeeiro. Em duas ou três décadas, povoados “quase abafados pela floresta”, gradativamente, receberam investimentos urbanísticos e desenvolveram um estilo de vida próprio. O café era capaz de transformar um povoado acanhado “coberto de mato e de um arbusto de que no Brasil fazem vassouras” na “mais culta e aristocrática entre todas as cidades do café”, fazendo-a ostentar o título de “Princesa do Café”, por volta de 1850.¹

Associado ao café, outros dois personagens podem ser vislumbrados pelas janelas do passado: o fazendeiro e o escravo. O primeiro, dono de terras e gente, era a ambição maior de todo homem que para lá ia. Quer seja pelo esplendor de suas propriedades, quer seja figurando no quadro político do Império. O escravo foi essencial para a expansão e

¹LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p.96, p.141, p.137 e p. 163, respectivamente.

manutenção da lavoura cafeeira. Em cinquenta anos de produção do café, Vassouras acumulava cerca de 30 mil cativos. Desse modo, só Campos ultrapassava a região em número de escravos ao aproximar-se a Abolição.² A correlação entre o café, o fazendeiro e o escravo marcariam profundamente o cenário do cotidiano dos Oitocentos.

1.1 O café

Quem poderia ter imaginado, há quase 40 anos atrás, que um produto nem mesmo mencionado nos círculos comerciais do Rio de Janeiro tronar-se-ia, gradativamente, o mais exportado da província?

Recopilação do custo, despesas e rendimento de um estabelecimento da cultura do cafeeiro. Rio de Janeiro, 1835.

A história econômica brasileira do Oitocentos foi marcada pelo espetacular desenvolvimento de uma nova produção agrícola: o café, que operou não apenas a transformação da paisagem natural, como também consolidou a ordem política e social do Império do Brasil. Nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, o cultivo do café substituiu progressivamente vastas áreas de mata virgem. Dessa nova paisagem, que se compôs na área rural, permanecem, ainda hoje sob nossos olhos, as imponentes fazendas como vestígios do êxito cafeeiro.

O caminho percorrido pelo café no Brasil iniciou-se pelo Grão-Pará, durante a década de 1720, com as sementes trazidas por Francisco de Melo Palheta espalhando-se pelo território nacional ao longo dos anos restantes do século XVIII. A sua disseminação, muitas vezes, seguiu a rota dos comerciantes e as mudas cresceram aqui e ali em hortas e quintais, sem grande significado econômico, satisfazendo apenas o consumo doméstico. Penetrou por regiões do norte e nordeste – Maranhão, Ceará, Alagoas, Pernambuco Paraíba e Bahia, Depois chegou a Goiás e espalhando-se pelas regiões sudeste e sul – Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo até atingir Santa Catarina. Esse trajeto estava longe de representar

²LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007., p.159

um maior significado econômico, tinha um caráter ensaístico entre as outras culturas enraizadas pelo território.³

No Rio de Janeiro, o café chegou, vindo de Belém, na década de 1760 e acomodou-se, inicialmente, nos pomares e chácaras nos arredores da cidade, depois subiu os contornos montanhosos da baía da Guanabara e as encostas da cidade. Nesse momento, o cafeeiro, tido como fruto exótico e raro, era plantado para enfeitar os jardins das propriedades ou para o “gasto da casa”. Se a produção ainda não tinha grande valor econômico, a experiência com essas plantações e a gradual conquista da terra foi de grande relevância para os anos futuros. Constituiu-se, na cidade e nos arredores do Rio de Janeiro, nesses anos iniciais de adaptação do café, um núcleo de mudas e sementes e acumulou-se um primeiro conjunto normativo sobre o plantio e o beneficiamento do produto.

A região acabou funcionando como um campo experimental, que também foi responsável pela aclimação da planta nas novas condições do meio natural e pela irradiação do café pelas áreas vizinhas. Na virada para o século XIX, do café que cobria os morros da Gávea, do Corcovado, da Tijuca e da região de Jacarepaguá, saíram quase todas as matrizes das grandes plantações fluminenses. Esses cafezais, e mais os de São Gonçalo, que se alastraram e galgaram a Serra, invadindo as terras fluminenses e espalhando-se nelas, foram a razão de seu povoamento, a base de sua riqueza e prestígio.⁴

Foi então que o café, partindo dos limites da cidade do Rio, seguiu para o Vale do Paraíba em duas direções. Uma, cobrindo a região litorânea até Campos dos Goitacazes onde, também subindo a serra, atingiu as regiões montanhosas de Cantagalo e Madalena. Outra, subindo e descendo o curso do rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, alcançou, por um lado, as serras fluminenses – Rezende, São João Marcos, Barra Mansa, Piraí, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul –, posteriormente parte da zona da Mata mineira – Mar de Espanha, Rio Novo, Pombas e Muriaé – e, por outro, as serras paulistas – Areias, Silveiras, Bananal e São José do Barreiro. Ao alcançar o Espírito Santo, o café já estava disseminado em grande parte do extenso Vale do Paraíba.⁵

³MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-45.

⁴*Idem*, p. 47. MARQUESE. Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 264.

⁵MARTINS, Ana Luiza. *Op.Cit.*, p. 57.

Desde o apporto do café, o Vale do Paraíba se mostrou excelente ao desenvolvimento desta cultura. Com morros baixos de tipo meia laranja, água em abundância, temperaturas amenizadas pelas altitudes das serras e terras virgens. A derrubada da floresta revelava o fecundo solo coberto por uma grossa camada de húmus, ainda que sujeitos à erosão em consequência da topografia. Eles foram capazes de sustentar plantações remuneradoras pelo espaço de vinte, vinte e cinco anos. Os antigos caminhos e descaminhos do ouro e as proximidades com vários portos do litoral do Rio de Janeiro eram as condições naturais que os agricultores precisavam para desenvolver a lavoura.

O sucesso da lavoura de café não se deve apenas às condições naturais da região do Vale do Paraíba. Elas estavam ali desde tempos imemoriáveis. Os incentivos para a lavoura estavam ligados, por um lado, à conjuntura internacional. Na Europa e nos Estados Unidos elevava-se o consumo da bebida no momento em que o grande produtor mundial de café – São Domingos – atravessava uma crise interna, deixando o mercado aberto aos concorrentes. E, por outro, a transferência da Corte portuguesa, em 1808, a disponibilidade de capital interno e da infraestrutura deixada pela mineração.⁶

A partir das primeiras décadas do século XIX, o café deixou de ser um artigo de luxo e transformou-se em um produto de massa. Os Estados Unidos e os países europeus em processo de industrialização ampliaram o consumo da bebida, que servia como estimulante para o crescente número de operários. Para se ter idéia desse crescimento, basta lembrar que, entre 1821 e 1840, os Estados Unidos aumentaram em 400% o volume de suas importações.⁷ Se, inicialmente, a produção estava restrita ao consumo de luxo, a partir desse momento era necessário produzir em escala compatível com o crescimento do consumo de massa. Mas esse mercado estava relativamente desabastecido pela produção de São Domingos, responsável por quase metade da produção mundial até 1791.⁸

O impacto que a revolta do Haiti teve sobre o mercado mundial de café foi profundo, alterando sua configuração. Nestes anos e nos seguintes a produção não chegava à metade do

⁶MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*. vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁷MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo...*, p. 263.

⁸MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba..., p. 345.

café produzido em 1790. Abriu-se um espaço para a produção de outras áreas cafeeiras – Jamaica, Java e Cuba – com baixa da lavoura de São Domingo. Contudo, essas outras regiões produtoras não conseguiram preencher o espaço deixado por São Domingos, e nem abastecer o crescente mercado norte-americano. A lavoura brasileira foi beneficiada por essas oportunidades abertas e, a partir de 1830, torna-se a principal fornecedora de café ao maior consumido mundial.⁹

O ritmo da expansão ganhou impulso com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. Uma das primeiras ações de D. João no Brasil foi a Abertura dos Portos, que permitiu a ligação direta entre os produtores brasileiros e o mercado mundial. Tratava-se de uma transformação radical no território e no comércio até então sujeito ao controle da Coroa e regido por monopólios. O comércio de escravos, por exemplo, teve incentivos imediatos. Em 1800, o porto do Rio de Janeiro recebia em média 10.000 escravos africanos por ano, enquanto que, entre 1811 e 1820, esse número quase dobrou.¹⁰ Certamente, parte dos escravos, desembarcados sob o novo regime de comércio e obtidos a baixo custo no comércio atlântico, subiria a serra para cultivar o café.

A disponibilidade de terras virgens garantia o alargamento progressivo da lavoura. Havia uma extensa região entre a serra da Mantiqueira e os contrafortes da serra do Mar, raramente povoada devido a política oficial de “zonas proibidas”. Adotada desde a década de 1730, tal ordenação portuguesa desejava prevenir o contrabando de ouro, impedindo a criação de novos caminhos onde não existisse vigilância e controle da Coroa. Dessa maneira, as terras na região do Vale do rio Paraíba, muito bem adequadas à produção café, ficaram intocadas até o início dos oitocentos. As restrições à doação de terras, nessa região, preservaram uma vasta área que estava aberta aos interessados em montar fazendas de café, cuja formação foi através do estabelecimento de sesmarias.¹¹

Outra vantagem da região do Vale do Paraíba era a rede de caminhos, inicialmente utilizados pela mineração. Com a presença da Corte no Rio de Janeiro, essa rede passou a ser melhorada e aprimorada com a construção de novas vias, ligando a região produtora de

⁹ Sobre as demais regiões produtoras de café (Jamaica, Java e Cuba), ver: *Idem*, 345-359.

¹⁰ *Idem*, p. 354.

¹¹ MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba..., p. 358-359.

alimento de Minas Gerais à sede da Corte, como a Estrada do Comércio (1813) e da Polícia (1820) que, além de servirem como berço dos principais municípios responsáveis pela produção de café no século XIX, estimularam a febre por terras permitindo o deslanche da lavoura.¹² Criou-se um entrelaçado de estradas ligadas aos novos caminhos de acesso às propriedades rurais. Esse desenho foi pontilhado por vários povoados e vilas, muitos transformados, mais tarde, em cidades cafeeiras importantes, como Vassouras, que abrigavam fazendas extraordinárias e seus respeitados senhores.

A respeito das vantagens da Estrada da Polícia para as fazendas de Vassouras, na década de 1840, assim referiu-se Joaquim José Teixeira Leite, o futuro barão de Vassouras: “única fonte de vida e prosperidade” e “se vocês desviarem essas estradas da cidade, a cidade terá que se mudar também”.¹³ São também suas as palavras: “mais extensa e importante do Brasil... se estendendo 400 léguas de Cuiabá ao Rio de Janeiro.”¹⁴ Não raro eram os pedidos dos fazendeiros por melhorias nas estradas, principalmente em períodos chuvosos, ou ainda sua participação a manutenção de algumas delas. Por elas, as tropas de mulas levavam o café do Vale aos portos do Rio de Janeiro.

“Na manhã de uma viagem para a costa, as mulas eram trazidas para o armazém da fazenda. Pesava-se na balança da fazenda uma grande saca de couro (broaca) com quatro arrobas de café. Um arreio de carga era colocado na mula para carregar oito arrobas igualmente distribuídas dos dois lados; se a mula pinoteava quando carregada, uma arroba extra de café era jogada no seu lombo “para acalmá-la”. Nunca se usam cavalos para transportar carga porque a “experiência mostra que eles não suportam marchar de 60 a 80 Km diariamente” por estradas deficientes e não “passavam com segurança nas infinitas poças de lama formadas durante a estação chuvosa”.¹⁵

O relato acima exemplifica a importância das mulas para escoar a produção cafeeira. O comércio local das cidades do Vale do Paraíba era abastecido pelas tropas de mulas que subiam a serra com provisões para abastecer as vendas e fazendas. Afirmava Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes, que “tudo, em uma palavra, vem carregado às costas destes animais”, e concluía: “está pois demonstrado que sem tropa não se

¹² MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008. p.68-69.

¹³STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.135.

¹⁴*Idem*, p.115.

¹⁵STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.123.

pode ser fazendeiro de serra acima.”¹⁶ O transporte feito por mulas era um recurso utilizado desde os tempos da mineração, e quando do crescimento da lavoura cafeeira esse sistema foi imediatamente absorvido. Desde a segunda metade do século XVIII, havia um complexo sistema de criação e comercialização de mulas entre o sul da colônia e as capitâneas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O custo relativamente baixo para manutenção das tropas confirmou a mula como meio básico de transporte para tudo, pelo menos até a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.¹⁷

O cultivo do café não estabeleceu apenas um modelo de grandes propriedades, exigiu também fontes de capital prévio. Era necessário adquirir terras, abastecê-las de escravos, que precisavam ser vestidos e alimentados, equipá-los com ferramentas ou, ainda, obter alguns produtos de fora da própria região. A maioria dos primeiros fazendeiros recorreu ao capital gerado pelas práticas mercantis dos negociantes de praça comercial do Rio de Janeiro – principalmente pelo comércio transatlântico de escravos – ou acumulado com a mineração para montagem das fazendas. O rápido desenvolvimento da lavoura cafeeira estava vinculado à transformação do capital mercantil em produção agrícola, que foi capaz de montar, em pouco tempo, grandes propriedades escravistas produtoras de café na região do Vale do Paraíba.¹⁸

Outra fonte de recurso foram as heranças e os dotes, que freqüentemente continham terras e escravos, responsáveis pela concentração de propriedades dentro da própria família ou entre famílias importantes¹⁹. Essa tendência parece ter aumentado com o passar do tempo. O casamento de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro de Paty do Alferes, com Maria Isabel Gomes Ribeiro de Avelar, em 1823, não representou apenas a união amorosa de duas famílias aparentadas, ilustrava também a dinâmica da concentração da propriedade. Assim, os

¹⁶PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo (org). Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. p. 82-83.

¹⁷MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba..., p. 354. MARTINS, Ana Luiza. *Op.cit.*, p. 359.

¹⁸MARQUESE. Rafael de Bivar. *Feitores do corpo...*, p. 264.

¹⁹STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.42.

Werneck e os Ribeiro de Avelar, juntos, partilharam o controle político, econômico e social da rica região produtora de café de Paty do Alferes.²⁰

O Barão de Vassouras casou-se duas vezes com as primas Maria Esméria Leite Ribeiro e Ana Alexandrina Teixeira Leite Guimarães, e teve inúmeros filhos do primeiro e segundo casamento, que também casaram-se entre familiares. Outros, uniram-se a sobrinhas, como o Visconde de Cananéia que se casou com Carlota de Avellar e Almeida filha do irmão, Barão de Massambará, Marcelino de Avellar e Almeida. Esses fazendeiros, muito dos titulares de Vassouras, fortaleceram sua situação econômica, política e social, através de laços matrimoniais, o que resultou num grande estreitamento de interesses entre suas famílias.

Ao longo do século XIX, na região do Vale do Paraíba, foram criados inúmeros povoados, vilas, cidades e comarcas. Algumas perderam importância ou desapareceram e outras prosperaram, sobretudo aquelas que, localizadas nos caminhos de passagem das tropas de mulas, transformaram-se nas maiores e mais expressivas vilas e cidades do café. Assim surgiu a pioneira Resende, a Valença “dos Marqueses” e, principalmente, Vassouras, a mais importante cidade de todo o Vale.

“Na passagem da costa para o interior, tinham seus olhos voltados apenas para as distantes jazidas de ouro; a floresta intermediária que eles atravessavam saindo do Rio de Janeiro, subindo a serra do Mar, descendo o Paraíba e atravessando a serra da Mantiqueira, até alcançarem seu destino, chamou pouca atenção até que o surto da mineração forçou-os a optarem por outro lugar.”²¹

A penetração na região se fez através dos primeiros caminhos e trilhas que visavam transpor a Serra em direção aos distritos do ouro. Os tropeiros que subiam as estradas como o Caminho Novo, por exemplo, em direção às minas utilizavam pequenos ranchos e vendas estabelecidos as margens dos caminhos para pernoitar ou adquirir alimentos para si e para os animais. Desse núcleo original, esparsamente povoado, passando à categoria de vila, em 1833, até o magnífico apogeu na década de 1850, Vassouras fez-se em duas gerações. Um observador, em 1835, admirado com a rápida transformação, assim descrevia a mudança:

²⁰Cabe lembrar que as duas famílias estiveram ligadas ao comércio antes de se estalarem na região como proprietárias de terras. SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984. p. 58.

²¹STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.31.

“algumas décadas antes os habitantes viviam miseravelmente, sem escravos, alimentando-se de mandioca, feijão e bananas e ganhando algum dinheiro com a venda de toucinho de fumeiro para a cidade do Rio de Janeiro”.²²

O início do reinado do café começou mudando, aos poucos, toda a economia da região. Se até antes da chegada do café, os poucos habitantes das redondezas cuidavam de plantações de subsistência e criavam algum gado, tudo, a partir do século XIX, estaria sujeito à novidade cafeeira. As primeiras mudas chegaram pelas mãos dos tropeiros que, na viagem de retorno à serra, “passavam pela fazenda de Padre do Couto para carregar seus animais com mudas de café”.²³ O cafeeiro adaptou-se tão bem à região de Vassouras que, impressionantemente, teve seus vales e encostas das serras ocupadas por propriedades rurais a enfileirar pés de café.

As lavouras expandiram-se por toda a região, constituindo-se em fator de progresso e acentuada dinamização da economia local. Assim, na metade da década de 1830, o café já não era mais um investimento arriscado, “o número de cafeeiro havia se tornado a medida da riqueza de um fazendeiro e era uma indicação clara do número de escravos na sua força de trabalho”.²⁴ E quando, em 1857, a vila de Vassouras foi elevada a condição de vila e sede do município, a região já se destacava como um dos maiores centros cafeeiros da província e o centro urbano de maior projeção no Vale do Paraíba.

Todos estes elementos uniram-se para criar as condições necessárias à opulência do café em Vassouras. A rede de estradas, ligando as novas propriedades aos núcleos urbanos, que abasteciam as fazendas e comercializavam do café²⁵; o capital acumulado com o comércio e as minas,²⁶ a mão-de-obra escrava, a intensificação do tráfico negreiro entre os

²²STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.27.

²³Recopilação do custo, despesas e rendimento de um estabelecimento da cultura do cafeeiro. [Rio de Janeiro, 1835]. *Apud*: STEIN, Stanley. *Idem*, p. 28. Padre Antônio Couto da Fonseca foi proprietário da “Fazenda do Mendanha”, cujo nome se deve ao primeiro proprietário, Luiz Vieira Mendanha, e passou por mãos sucessivas até ser comprada por padre Couto. A propriedade, entre outras dos arredores do Rio de Janeiro, funcionou como ponto irradiador da lavoura do café e núcleo produtor de mudas. MARTINS, Ana Luiza. *Op.Cit.*, p. 47.

²⁴STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.51.

²⁵A expansão da região esteve associada à construção da Estrada do Comércio, que entrava na região de Vassouras e atravessava a parte central da cidade, e a Estrada da Polícia, que atravessava o rio Paraíba em Desengano, passando através da cidade e descendo a serra perto de Sacra Família. STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.35.

²⁶A origem do capital das principais famílias dos fazendeiros, que exerceram hegemonia social, econômica e política na região de Vassouras, remontam à praça comercial do Rio de Janeiro – caso dos Carneiro Leão, ligados ao tráfico atlântico de escravos –, a mineração – caso da família Leite, que vinda das Minas, foi uma das primeiras a se estabelecer na região –, ao

anos de 1830-1850 esteve intimamente associado à expansão da cafeicultura no Vale Sul do Paraíba. Somados aos geográficos da região, que apresentava clima moderado o ano todo, índice pluviométrico entre 1.000mm e 1.500mm anuais, a cadeia de morro de forma arredondada ou “meia-laranja” e as extensas áreas de terras e matas virgens²⁷ explicam o fato de Vassouras ter se tornado o grande centro produtor de café nos oitocentos.

Nos tempos áureos do café “nem o homem nem a terra descansava”,²⁸ diante da perspectiva de grandes lucros, devido aos altos preços no mercado mundial, que transformou a vida da sociedade fluminense. Nas terras do Vale do Paraíba, as de Vassouras entre elas, por mais de um século, ainda que quase destruindo a densa floresta, desenvolveu-se um intenso período agrícola e estabeleceram-se famílias que, donas de terras e escravos, tinham amplo prestígio dentro dos corredores imperiais.

1.2 O fazendeiro

Ser fazendeiro de café é a ambição maior de todo imigrante que para ali vai, como o título de senhor de engenho havia sido no litoral

Alberto Ribeiro Lamego, 1950.

Plantado o café, e tendo os seus senhores fazendeiros dominado os setores sociais, colaborando em projetos assistenciais, obras religiosas e urbanistas e com seus membros ocupando os cargos públicos locais e imperiais, acabou-se por construir uma esfera peculiar de influência na sociedade oitocentista. Sua eleita foi Vassouras, a “*Princesa*”, cercada por

comércio de abastecimento – são exemplos as famílias Werneck e Ribeiro Avelar – ou através de casamentos – como os Nogueira da Gama, buscando casar-se com membros de outras famílias de grandes proprietários. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 141-144.

²⁷A exuberância da floresta encantou os viajantes, entre eles o inglês Walsh, que viajando pela Estrada da Polícia, em 1829, na região de Vassouras, fez o seguinte relato: “a estrada, ou antes, o caminho, dava voltas beirando vales e desfiladeiros profundos, de onde árvores se elevam à altura extraordinárias. Algumas delas não podem medir menos que aproximadamente 124 metros.” STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p. 57. Ainda sobre o papel da floresta, um ex-escravo, que havia participado sua derrubada, aconselhava: “se o tornozelo e a metade da barriga da perna afundar no humo debaixo da árvore, o solo é bom.” STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p. 58.

²⁸ *Idem*, p.42.

seu séquito de “*barões*”. Em decorrência, houve uma concentração de riquezas nas mãos dos proprietários das grandes lavouras de café. Vassouras é assim um exemplo histórico do poder desses homens que compuseram redes sociais de parentela de enorme poder financeiro, político e social.

Os “*barões do café*”, personagens de destaque na sociedade do século XIX, os “*grandes do Império*”, exerceram larga influência na vida econômica, social e política imperial. A concessão dos títulos nobiliários, especialmente o baronato, é prova do reconhecimento social da importância desse grupo de homens para o Império. Uma classe abastada e, especialmente, dominante na política imperial, na qual o poder advém das posses de escravos e da concentração de suas grandes propriedades cafeeiras. Cerca de 1/3 dos quase mil títulos concedidos pelo Império, foram dados aos cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café.

“deixássemos, porem, de lado seu lugar de nascimento para identificá-los ou distribuí-los pelos lugares nos quais enriqueceram, e então haveríamos de chegar à conclusão, inevitável, de que no Brasil e talvez no mundo inteiro jamais umas glebas de terras haveriam de dar tantos viscondes, barões e marqueses por metro quadrado como os vales do Paraíba em torno de Vassouras.”²⁹

Assim, nas terras do Vale do Paraíba, durante o século XIX, destacaram-se os Nogueira da Gama, os Pais Leme, os Souza Breves, os Clemente Pinto, os Carneiro Leão, entre outros. Na Vassouras oitocentista, algumas famílias como Teixeira Leite, Correa e Castro, Avelar, Werneck, (divididas em subgrupos como Chagas Werneck, Lacerda Werneck, Santos Werneck) foram exemplo. A família Avelar fez seis barões e três viscondes, enquanto os Werneck tinham cinco barões na família, entre eles o barão de Paty de Alferes. Esses fazendeiros enobrecidos ocuparam posições políticas e foram representantes dos interesses de sua classe. Nesse percurso, destacaram-se aspectos importantes que compuseram o personagem - o fazendeiro, o “barão” - e como ele se articulou e conquistou poder e cultura.³⁰

²⁹ GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira. 1970. Apud: SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984. p. 59-60.

³⁰ SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*, p. 142-143.

A origem do capital investido na montagem da lavoura cafeeira teve raízes nas lavras mineiras, como o caso da família Teixeira Leite. Em meados do século XVIII, migraram para o Brasil os portugueses Francisco José Teixeira e José Leite Ribeiro e, logo estabeleceram-se na região das Minas Gerais. O filho do primeiro desses dois senhores de minas de ouro, Francisco José Teixeira casou-se com Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, filha do segundo, unindo os sobrenomes Teixeira e Leite. Com a decadência das minas, e seguindo o exemplo do cunhado Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Ayuruoca, imigrou para a província do Rio de Janeiro em princípios do século XIX, onde investiu em terras e na lavoura de café. Agraciado com o título barão de Itambé, em Vassouras, foi proprietário da fazenda Cachoeira e um belo solar na praça Barão de Campo Belo.³¹

O casal teve onze filhos, conhecidos como os irmãos Teixeira Leite, ligados a produção de café e implantadores do sistema ferroviário da província. Uma família mineira que imigrou e se fez em terras fluminenses, concorrendo para o desenvolvimento da economia rural e unindo-se ao grupo de fazendeiros da rica e prestigiosa Vassouras. Em estreita comunhão com os interesses da classe senhorial, se transformando em uma grande empreendedora do desenvolvimento urbano e cultural não só de Vassouras, como também de grande parte da Serra Fluminense. A influência da família Teixeira Leite junto ao Império residiu na sua participação na política, na economia rural e na representação notável que lhe davam seus filhos. Uns fazendeiros, como o Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras, outros dedicando-se ao financiamento da produção como o advogado e comissário Joaquim José Teixeira Leite. Mas todos detiveram poder social, político e econômico em suas mãos.³²

Outra fonte de capital foi a praça mercantil do Rio de Janeiro, que a história dos Ribeiros de Avelar exemplifica. Francisco Gomes Ribeiro deixou Portugal em direção ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como comerciante. A consolidação de sua posição de próspero negociante rendeu-lhe a concessão da sesmaria da Manga Larga, vizinha das terras do Pau Grande. Não tendo filhos, Francisco Gomes Ribeiro trouxe de Portugal alguns dos sobrinhos

³¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 340.

³² *Idem*, p.340-341.

homens que teriam condições de ajudá-lo nos seus negócios. Após a morte do tio, os três sobrinhos Manoel, Marcos e Francisco Gomes Ribeiro Sobrinho, foram sócios e passaram a donos da grande sesmaria do Pau Grande, ainda que a agricultura não fosse sua principal ocupação.³³

Na geração seguinte, dos sobrinhos que migraram para o Brasil, estavam os irmãos Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz para ajudar nos interesses dos parentes. Criaram uma importante casa comercial e prestavam de comissário e correspondente comercial para vários fazendeiros. Entre os bens da sociedade, estavam reunidas 17 sesmarias (cinco no Pau Grande, cinco no Uba e sete no Guaribú), que formavam a Fazenda do Pau Grande, um dos pioneiros e mais próspero dos latifúndios da região de Paty do Alferes. Quando faleceu Antônio Ribeiro de Avellar, seus bens estavam concentrados na atividade rural, incluindo a fazenda Pau Grande com 9.999,6 hectares e 221 escravos.³⁴ Contudo, é importante lembrar que a origem dessa fortuna era o capital acumulado com o comércio estabelecido pela família Ribeiro Avellar na praça mercantil do Rio de Janeiro desde sua chegada ao Brasil.³⁵

A fazenda Pau Grande passou a ser administrada pela viúva Antônia Maria da Conceição em sociedade com genro, Luis Gomes Ribeiro, que havia enriquecido com as minas de Serro Frio. Devido a um desentendimento sobre a administração da fazenda, a sociedade foi desfeita e a família do casal Gomes Ribeiro e os filhos passaram a residir na fazenda Guaribu, recebida durante as negociações do término da sociedade. A gerência da propriedade Pau Grande passou para Joaquim Ribeiro de Avellar, filho caçula de Antônio Ribeiro de Avellar. A separação que poderia representar uma desunião da parentela, ao que parece, foi contornada. O número dos membros das duas casas³⁶ que foram agraciados com

³³ MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 19-20.

³⁴ *Idem*, p. 22.

³⁵ A transformação do capital mercantil em terras e escravos permitia não apenas a reiteração do sistema escravista como também a ascensão social e a aquisição de prestígio por parte dos negociantes de grosso trato. Mais do que acumulação de capital, esse processo representava a possibilidade de acumulação de bens simbólicos. Sobre a conversão do capital mercantil em bens rurais, ver: FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 86.

³⁶ Os títulos distribuídos à família Avellar perpassaram os dois ramos familiares pela Pau Grande: o próprio Joaquim (barão de Capivary) e seu filho Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. (Visconde de Ubá); e pela Guaribu: Maria Isabel (baronesa de Paty do Alferes), Cláudio (barão de Guaribu), Paulo (barão de São Luis), João (Visconde da Paraíba). MUAZE, Mariana. *Op.Cit.*, p. 83.

títulos nobiliárquicos permite concluir que a família Ribeiro de Avellar permaneceu unida e conseguiu manter um forte poder econômico e político na região.

“Cortar relações entre importantes membros da casa familiar dos Ribeiro de Avellar certamente representaria uma diminuição significativa das possibilidades de acordos de casamento, manutenção da riqueza e do patrimônio. Além disso, criaria uma vulnerabilidade no que se referia ao poder político e social dos envolvidos. Tal atitude drástica colocaria em xeque, ainda, a importância da casa Ribeiro de Avellar na sua relação com outras casas de prestígio do Império.”³⁷

O casamento dentro da família ou da classe foi uma estratégia usada pelos “barões do café” com o objetivo de se manter a riqueza dentro das famílias e, também, a necessidade da sua união, pois os casamentos com primos e tios aproximavam ainda mais seus membros. Essa era a forma de cuidar do seu patrimônio social, prestígio e material. Ao mesmo tempo, evitava-se a subdivisão dos bens por herança e ampliava-se o controle político, econômico e social sobre uma região. Esse artifício sacramentava a união de duas famílias distintas em uma só parentela. Mais do que representar o aumento de prestígio e a fortuna para ambas, o casamento solidificava uma descendência com qualidades fidalgas e requintadas, consolidando o nome de suas casas familiares no tempo.³⁸

Homens que, por um lado, afidalgavam-se com os títulos nobiliárquicos presenteados pelo Imperador sobre as grandes fortunas alicerçadas em escravos, terras e pés de café, ao mesmo tempo em que eram titulares da política e dos cargos públicos. À sombra dos ramos do cafeeiro, a monarquia empreendeu sua progressiva obra de centralização e

³⁷ A transformação do capital mercantil em terras e escravos permitia não apenas a reiteração do sistema escravista como também a ascensão social e a aquisição de prestígio por parte dos negociantes de grosso trato. Mais do que acumulação de capital, esse processo representava a possibilidade de acumulação de bens simbólicos. Sobre a conversão do capital mercantil em bens rurais, ver: FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 86.

³⁷ Os títulos distribuídos à família Avellar perpassaram os dois ramos familiares pela Pau Grande: o próprio Joaquim (barão de Capivary) e seu filho Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. (Visconde de Ubá); e pela Guaribu: Maria Isabel (baronesa de Paty do Alferes), Cláudio (barão de Guaribu), Paulo (barão de São Luis), João (Visconde da Paraíba). MUAZE, Mariana. *Op.Cit.*, p.85.

³⁸ A transformação do capital mercantil em terras e escravos permitia não apenas a reiteração do sistema escravista como também a ascensão social e a aquisição de prestígio por parte dos negociantes de grosso trato. Mais do que acumulação de capital, esse processo representava a possibilidade de acumulação de bens simbólicos. Sobre a conversão do capital mercantil em bens rurais, ver: FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 86.

³⁸ Os títulos distribuídos à família Avellar perpassaram os dois ramos familiares pela Pau Grande: o próprio Joaquim (barão de Capivary) e seu filho Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. (Visconde de Ubá); e pela Guaribu: Maria Isabel (baronesa de Paty do Alferes), Cláudio (barão de Guaribu), Paulo (barão de São Luis), João (Visconde da Paraíba). MUAZE, Mariana. *Op.Cit.*, p.37-38.

unidade, recebendo nos quadros administrativos e políticos do Estado Imperial seus fazendeiros, notáveis como representantes da monarquia. A participação na formação do Estado Imperial garantiu aos fazendeiros do café a possibilidade de ter seus interesses elevados ao nível dos interesses nacionais.

O Império havia se tornado o café, e o café necessitava do braço escravo, por isso o Estado Imperial, na primeira metade do século XIX, ofereceu condições políticas e jurídicas para que os proprietários donos de escravos africanos se sentissem seguros no controle de seus cativos. As alianças em torno da escravidão como sustentáculo da economia do Império asseguravam a consolidação do Estado e a expansão modo de vida senhorial. Nesse sentido, os fazendeiros fluminenses estavam profundamente ligados ao Estado, ocupando postos de grande destaque, a partir dos quais podiam consolidar seu prestígio e alcançar privilégios.

A integração estreita entre escravidão, classe senhorial e Estado pode ser vista pela trajetória dos fazendeiros do Vale do Paraíba, especialmente entre os “*barões de café*”. Fazendeiros como o barão de Paty do Alferes, que atuou marcadamente não apenas na administração de suas sete fazendas e centenas de escravos, ou mesmo dos vários pousos que possuía ao longo da Estrada do Comércio, mas, sobretudo, exercendo sua influência além dos limites de suas fazendas. Poder que espraiava-se pelas vilas, províncias e fazia-se sentir direta e indiretamente do governo imperial sediado na Corte do Rio de Janeiro.

“Os títulos que acumula ao longo da vida indicam sua importância, dentro do Império nascente, como representante típico da “oligarquia rural fluminense”: 2º barão de Paty do Alferes (1852), Grande do Império (1853), Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Comendador da Ordem da Rosa, ‘Em remuneração dos serviços prestados para o restabelecimento da ordem pública nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais’ (1842, Cavaleiro da Ordem de Cristo.”³⁹

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, ainda no Brasil Colônia, estudou na cidade do Rio de Janeiro, mas retornou a Paty do Alferes para se dedicar à lavoura. Também atuou efetivamente na vida militar quando da proclamação da independência e em seus primeiros anos, apoiando a recém instaurada monarquia brasileira. Monarquista e escravista de berço, filho de imigrantes portugueses, acumulou riquezas sendo um dos inauguradores da grande lavoura cafeeira nas

³⁹ SILVA, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 70.

terras fluminenses. Como era costume, casou-se com Joaquina Maria Isabel, filha da família Gomes Ribeiro de Avelar, como estratégia utilizada para impedir a fragmentação do patrimônio e unindo duas importantes famílias da região de Paty do Alferes.

Na vida pública, o barão participou da Guarda Nacional, chegando a ocupar o cargo de Comandante Superior da Legião de Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, em 1839. Elegeu-se Deputado Provincial em 1844, representando os interesses de toda a classe senhorial fluminense.⁴⁰ Para orientar o filho de maneira prática e simples sobre a fundação e a administração de uma fazenda de café escravista, ele redigiu e publicou, em 1847, a primeira edição de *“Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro”*. O livro era, em parte, fruto de suas experiências acumuladas durante a vida de fazendeiro e, também, indicava necessidade de adaptação diante das mudanças no comércio de escravos da primeira para a segunda metade do século XIX e na defesa dos interesses dos fazendeiros.

O livro do barão de Paty do Alferes insere-se em um conjunto de manuais dirigido aos fazendeiros relativos à normatização da escravidão. A leitura de dessas obras permite analisar críticas, preconizações e conceitos articulados em relação à agricultura escravista. Algumas proposições foram comuns a todos os manuais, como a crítica os métodos agrícolas, a tipo e utilização das plantas, as noções de engenharia para construção das edificações da fazenda, a defesa de um melhor tratamento para os escravos, a recuperação da experiência jesuítica como modelo de administração eficiente das grandes escravarias, uma correta combinação entre concessão e disciplina. Noutros termos, ainda que tratassem de outros assuntos, esses manuais de fazendeiros se ocuparam, acima de tudo, das práticas de administração dos escravos.

Os manuais destacaram aspectos da alimentação, vestuário, moradia, jornada de trabalho, pois estes estavam diretamente ligados a sobrevivência dos escravos. Os senhores deveriam oferecer cuidados higiênicos e tratamento aos escravos durante suas enfermidades. Também recomendavam cuidados especiais com as mulheres grávidas e com recém-nascidos, que assegurariam a continuidade da escravidão. Os castigos deveriam ser duros e exemplares, para garantir que as infrações dos escravos não se repetissem. Seus autores elaboraram um modelo de administração dos escravos que regiam minuciosamente todos os aspectos da vida da escravaria e que poderia ser utilizado por qualquer fazendeiro.

⁴⁰ SILVA, Eduardo. Op.Cit., p. 69-75.

Uma vez que todas essas proposições poderiam ser encontradas nos manuais de fazendeiro, eles poderiam servir como veículos de difusão de idéias, consistindo em um suporte de leituras para um determinado público. Estes leitores em potencial formavam um conjunto de população alfabetizada e com núcleos de interesses focalizados na gestão e conservação dos escravos, fosse de suas próprias propriedades agrícolas, fosse da economia nacional como um todo. Por outro lado, eles poderiam estar articulados a sociedade e a diversos outros autores, contemporâneos seus ou não, formando uma corrente que se influenciavam mutuamente e que procuravam responder racionalmente às questões que consideravam mais urgentes como a manutenção da escravidão.

A implantação da vila-sede de Vassouras obedeceu a padrões característicos do século XIX, cujo pólo central era a praça de grandes dimensões que abrigava a igreja matriz. Mas, sobretudo, sua localização foi fruto exclusivamente da vontade dos fazendeiros, sem qualquer determinismo geográfico ou do poder público. O desenvolvimento urbano, cultural e social da região de Vassouras, com ecos na Corte, representava a materialização da soma de interesses da classe senhorial, e não apenas de interesses particulares de um ou outro senhor. Nele, viu-se a possibilidade de impor seu modo de ser e produzir como estilo de vida aos demais grupos sociais.

Assim, foi possível diferenciar-se dos demais grupos de pessoas livres e dos proprietários escravistas das outras províncias.⁴¹ Significava a coesão entre interesses políticos e econômicos, ligando mutuamente, e muitas vezes, por laços familiares, negócios e cargos políticos, com os quais buscava-se exercer poder material e moral sobre a sociedade. A medida que o gosto refinava-se, o estilo de vida, as vivências cotidianas, práticas políticas e públicas eram compartilhadas, a classe senhorial delineava uma nova identidade que, “antes de tudo, projetava-se para o presente, para a Corte e para outros fazendeiros e, principalmente, para os grupos sociais sobre os quais se buscava exercer poder material e moral: os setores livres da população, agregados e escravos.”⁴²

⁴¹Segundo Gramsci, um grupo torna-se dominante quando seus indivíduos compartilham a consciência de seus interesses econômicos, suas visões de mundo, seus códigos sociais, organizam-se e formulam identidades universais, que são impostas e incorporadas pelos grupos subalternos. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce, 3vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Para Ricardo Salles, tais práticas estendiam-se para a dimensão simbólica, visando projeção no tempo, além do âmbito de uma geração, e no espaço, além da fazenda e da região. SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p.146-147.

⁴² SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*, p. 146.

Identidade ilustrada também nas palavras de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck: “os nossos costumes, a nossa maneira de viver, a nossa organização, a disposição de nossas idéias e de nossas tendências ressentem-se da atmosfera em que nascemos, do círculo em que nos criamos, da sociedade onde nos educamos.”⁴³ Na verdade, Vassouras tornou-se o principal centro urbano irradiador da cultura e do modo de vida senhorial. Impulsionada pelo vertiginoso crescimento da economia cafeeira, a “*predileta do café*” tornava-se cada vez mais notável. Contemporâneo, Ribeyrolles descreveu entusiasmado o progresso da vila:

“Em 1833, era ainda uma lagoa, e seus dezoito ou vinte tetos se ocultavam, modestos no meio das capoeiras. Tem agora mais de trezentas mais de casas, das quais algumas bem confortáveis. A linha inferior, sobretudo, é constelada de edifícios, e essa visão de pequenos palácios de alabastro é de um efeito surpreendente, quando se chega do deserto.”⁴⁴

Data de 15 de janeiro de 1833 o decreto cujo artigo 4º deu nascimento à Vila de Vassouras, nas seguintes palavras: “Fica extinta a Vila de Paty do Alferes e em seu lugar ereta em Vila a povoação de Vassouras, compreendendo no seu termo as Freguesias de Sacra Família e Paty do Alferes.”⁴⁵ Sua edificação foi construção grandiosa, reflexo não só do desenvolvimento do café, mas da vontade de um grupo de senhores enobrecidos, como parte da afirmação de um estilo de vida. Logo transformou-se, por seu desenvolvimento urbano e por sua vida social, na “cabeça da comarca, englobando as vilas mais antigas de Marques de Valença e Paraíba do Sul [em 1835], e subordinando a si em 1837 a vila de Pirai”. Isto antes mesmo de receber o título de cidade, que seria concedido em 1857.⁴⁶ “Vassouras é um milagre de urbanismo da nossa aristocracia rural”, especialmente se comparada à fundação de Paty do Alferes.⁴⁷

A fertilidade das terras da região de Paty do Alferes, que valorizavam as propriedades e enriqueciam os fazendeiros, primeiro acolheu o plantio da cana-de-açúcar e de

⁴³ EDUARDO, Silva. *Op.Cit.*, p. 42.

⁴⁴ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1976. Tomo I. p. 189.

⁴⁵ *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1833. Disponível em : http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_16.pdf. Acesso em: 10 out. 2010.

⁴⁶ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.155.

⁴⁷ *Idem*, p.141.

gêneros para o abastecimento local e da Corte. Tempos depois, assistiria o café brotar como ouro, fazendo nascer também uma nobreza rural formada por fazendeiros intimamente ligados à Corte. Com a expansão agrícola, era de se imaginar a formação de um núcleo urbano na região, “uma vila que centralizasse uma zona retalhada em numerosas fazendas cultivadas.” Elevada ao posto de Vila, em 1820, apesar da pompa com que foi fundada, Paty do Alferes apenas “constava de quatro casas e uma pequena capela junto à fazenda Freguesia.”⁴⁸

Seu crescimento aconteceu dentro dos limites das grandes fazendas e não houve interesse pelo desenvolvimento urbano. Ao que parece, a nova condição administrativa acirrou a interdependência e os favorecimentos entre as principais famílias proprietárias da região e os seus aliados.⁴⁹ Quando foi criada a Vila de Vassouras em 1833, a vila de Paty Alferes foi extinta, passando a compor, junto com Sacra Família, as freguesias vassourenses. Diante da mudança, a classe senhorial de Paty do Alferes somou forças com os vassourenses e permanece atuando ativamente na política local. Os membros dessa classe senhorial⁵⁰ continuaram se revezando nos postos políticos da nova vila.

Vassouras percorreu uma trajetória diferente. Contrariamente ao que se deu com a vila de Paty do Alferes, os fazendeiros, especialmente as famílias Correa e Castro e Teixeira Leite, iniciaram a “transfiguração de um deserto na mais admirável das nossas cidades aristocráticas”,⁵¹ atendendo interesses comuns dos grandes proprietários do café. Ali, construiu-se um estilo de vida próprio caracterizado pelo esplendor, “um centro cultural digno das suntuosidades de magníficos possuidores de brasões.”⁵² Reflexo, sobretudo, da cristalização e do alastramento do *éthos*⁵³ senhorial escravista.

⁴⁸ RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. Vassouras, 1935. p. 7. Apud *Idem*, p.139.

⁴⁹ Segundo Mariana Muaze, “o surgimento desse espaço privilegiado de negociação e de disputa política entre as elites locais fazia com que seus integrantes buscassem fortalecer os laços de dominação para mobilizar um maior número de aliados e vencer as eleições, assegurando assim, seus privilégios.” Ver: MUAZE, Mariana. *Op.Cit.*, p.60-64.

⁵⁰ Segundo Thompson, classe é um fenômeno histórico que agrega experiências comuns partilhadas por um grupo de pessoas e que, a partir delas, concebem uma identidade e interesses entre si e diferente de outros grupos de pessoas. ARRUDA, José Jobson de Andrade. Experiência de classe e experiência historiografia de E. P. Thompson. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História do Departamento de História da PUC-SP*. 12n. São Paulo. 1981.

⁵¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.141.

⁵² LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.156.

⁵³ *Éthos* aqui é compreendido como o conjunto de tendências que define o "estilo" ou o "caráter" do grupo social ao informar códigos de conduta, parâmetros morais, critérios de identidade e sentimentos de inclusão em uma específica conjuntura estrutural em um determinado tempo histórico. O conceito de *éthos* funciona como a matriz e a moeda das relações sociais,

“O evidente empenho que os potentados locais tiveram em promover um processo de urbanização que acentuava o componente estético-urbanístico da cidade, numa perspectiva civilizacional, podem indicar um ‘projeto’ de classe específico, que transcendia os interesses particulares de seus membros, bem como aqueles interesses meramente corporativos comuns a todos”.⁵⁴

Ao se tornar sede da classe senhorial, a vila de Vassouras não apenas substituiu Paty, mas finalmente transformou-se em “*cabeça*” do Vale do Paraíba fluminense. E cujo processo acabou por fixar uma classe, criando uma relação singular entre esta e a vila. A partir de então, foi a vila que passou a ser ponto de irradiação sobre toda a região cafeeira. Portanto, era preciso adequar Vassouras com instituições que marcassem seu lugar de “*cabeça*”, e ao mesmo tempo definir o status da nova classe. A vida na vila exigia uma produção de símbolos para internalizar os hábitos, gostos e modos de ser, como o objetivo de transformá-la em parte do mundo civilizado, palco dos mais expressivos acontecimentos culturais, sociais e políticos da região. Essa perspectiva irradiadora dava novos significados ao espaço público, para além das novas construções. Um aparato simbólico que produzia uma cidade que deveria expressar, por meio de símbolos, signos, práticas e valores, uma determinada unidade para toda região.

O, hoje, Centro Histórico de Vassouras fora o centro urbano do passado, fruto do apogeu dos fazendeiros de café, e guarda a mesma linguagem imponente com que foi projetado. As marcas podem ver vistas a partir da Praça Barão de Campo Belo e pelo casario à sua volta. O início da construção da praça data de 1835, com desapropriação da área, a pedido do fazendeiro Laureano Correia e Castro, para a edificação de um grande jardim público. O projeto criou um tapete verde ascendente em direção à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, cercado de palmeiras imperiais, com canteiros demarcados por arbustos recortados e um monumental chafariz de linhas sóbrias e elegantes, bem ao gosto da época.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, típica construção oitocentista, fica encimada no outeiro da praça e recebeu sua pedra fundamental com a subscrição promovida por Custódio Ferreira Leite, barão de Ayuruoca. A dominar a praça

pois é a resultante de uma ação de mão dupla entre a estrutura e os grupos sociais. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 143.

⁵⁴SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*, p. 147.

Barão do Campo Belo, a matriz tem, ao seu lado direito, a bela residência do Barão de Itambé. O palacete foi construído em 1849 por José Joaquim Botelho, e adquirido em 1859 por Francisco José Teixeira. A residência tem no seu belo portão pode-se avistar um frontão triangular com uma escultura de um majestoso leão alado. Do mesmo lado, está a Casa da Cultura, cujo prédio foi construído por volta de 1845, no estilo neoclássico do século XIX. Foi residência inicial de Francisco José Maria de Assis, que o vendeu em 1849 para o genro do Barão de Itambé, Francisco José Teixeira de Souza.

No lado esquerdo da praça, encontram-se o prédio da Casa Câmara e Cadeia. É uma construção grandiosa que foi iniciada em 1849 e inaugurada em 1872. Possui quatro majestosas colunas de pedra que tiveram como padrinhos o Barão de Vassouras, o Barão de Ribeirão, o Barão de Massambará e o Dr. Manuel Simões de Souza Pinto. E também, o Asilo Barão do Amparo, um casarão térreo de localização privilegiada ao lado da Matriz Nossa Senhora da Conceição, com seu frontispício voltado para a praça, cuja fundação foi custeada pelo barão de Tingua, irmão do barão do Campo Belo.

Outros imóveis completam a arquitetura das ruas do em torno da praça. O atual Paço Municipal foi residência do Barão do Ribeirão e do Visconde de Cananéia. Construído em 1859 pelo Barão José de Avelar e Almeida, a casa foi deixada de herança para seu filho. Em estilo neoclássico, ostenta um pomposo interior, e estátuas de origem portuguesa representando a África, América, Ásia e Europa marcam a fachada. A residência do Barão de Vassouras surge na paisagem como imponente residência térrea. O portão alto e os bizunotes em forma de peixe, para despejo das águas pluviais, impressionam o olhar. Aos fundos da Igreja, está a Casa das 14 janelas de João Evangelista Teixeira Leite, casarão com todas as características do século XIX e estilo neoclássico. Sua frente possui quatorze janelas, sendo sete janelas para cada lado da entrada principal. No mesmo lugar, avista-se o Chafariz D. Pedro II, todo em cantaria lavrada, vertical sob um pedestal de granito.⁵⁵

Evidências do prestígio de Vassouras foi a repercussão alcançada na região Serrana e na Corte. A beleza arquitetônica de seus solares e a fama da requintada cultura da nobreza do café espalhou-se e, logo, “os que ali vão, se deixam ficar por longos períodos, e lá de novo regressam, sempre atraídos pelo encantamento de uma inesperada civilização a florir na Serra

⁵⁵ROCHA, Isabel. Vassouras. In: PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (Org.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 132-139.

Fluminense.”⁵⁶ A suntuosidade perpassava todos os momentos do cotidiano, e nas memórias sobre sua infância, Raul Fernandes lembrava: “conheci família de cujos membros varões o menos graduado era comendador da Ordem da Rosa, em cujo solar uma Alteza Imperial pode ser recebida com luxo aparatoso sem que nada se comprasse especialmente para esse dia...”⁵⁷

O atual Museu Casa Hera destaca-se como um importante e ilustrativo exemplo de habitação urbana e expressão do cotidiano de uma família rica de fazendeiros e comissários de café do século XIX. Localizada em um outeiro da cidade, rodeada de palmeiras e jardins, a casa possui 22 cômodos distribuídos entre área social e estar, íntima e de serviço. Os salões de estar e de receber são revestido de papel de parede, originalmente de procedência francesa, com esquadrias de almofadas, sendo as dos salões vermelho e amarelo de grande singularidade: são decoradas com pinturas fitomorfas filetadas a ouro. A sala de música, ou salão amarelo, guarda um piano de calda francês do lutier Henry Herz, raro exemplar do século XIX. A sala de jantar possui um aparelho de jantar inglês filetado a ouro com iniciais da família.⁵⁸ Uma visita à antiga residência da família permite apreciar este consumo faustoso: quadros, biblioteca particular, mobília, louça, espelhos, luminárias, vestimentas de luxo pertenciam a esta família instalada na vila de Vassouras e que se enriqueceu pelas atividades financeiras.

A construção data da primeira metade do século XIX e serviu de residência à família de Joaquim José Teixeira Leite, capitalista e comissário de café. Joaquim José Teixeira Leite era filho do barão de Itambé (Francisco José Teixeira) e casou-se com Ana Esméria Correa e Castro, filha do barão de Campo Belo (Laureano Correa e Castro), representando a união de duas influentes famílias de Vassouras, os Teixeira Leite e os Correa e Castro. Com a morte do casal, herdou a propriedade, a filha mais nova, Eufrásia Teixeira Leite. Ao morrer, em 1930, a herdeira legou todos os seus bens para entidades filantrópicas, entre elas a Casa da Hera. A construção foi tombada em 1952, passando ao IPHAN dez anos depois. Tudo está como

⁵⁶LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.159.

⁵⁷ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro, 1989. p. 195.

⁵⁸ROCHA, Isabel. *Op.Cit.*, p.139.

Eufrásia Teixeira Leite deixou e permite resgatar o estilo e o universo senhorial daquele período histórico⁵⁹

E para tudo isso se concretizar, ainda durante da primeira metade do século XIX, instalaram-se sete carpintarias para a fabricação de riquíssimo mobiliário, cerâmica fornecedora de tijolos e telhas para a região, dez ferrarias para o reparo e confecção de instrumentos agrícolas. Multiplicaram-se as pontes, as estradas e o calçamento ampliando o acesso e a circulação crescente.⁶⁰ Ganhava destaque também:

“Hoteis e pensões completamente cheios, cocheiras e cocheiras a expedirem carros e diligencias para todas a parte, padarias, tavernas, lojas e bazares, num torvelinho constante, oficinas de mil ofícios a martelarem do sol a sol, enfim por todos os quarteirões do pequeno burgo irradiava o ânimo de um povo que vibrava, de um povo que se impunha.”⁶¹

Vassouras fascinava pela florescência cultural. A cidade recebia companhias de teatro que subiam os tortuosos caminhos serranos para encenarem a comédia, o drama, a farsa e a tragédia. Tratava-se “do que de melhor e de mais artístico aparece então no Rio de Janeiro imperial”. A educação era esmerada em diversos estabelecimentos de ensino como o Vassourense, o Braga, o Andrade, o da Adolescência, e os de Madame Grivet e da Condessa de La Hure, a encantar com seus refinamentos franceses.⁶² A vida social era permeada pelos saraus e bailes. Em 1865, Joaquim Teixeira Leite, em carta ao conselheiro Belisário, escrevia: “Diga a Chiquinha que não é só no Botafogo que se diverte a gente, as moças se tem aqui regalado com saraus, semanas houve dois e a cousa parece continuar.”⁶³ E a noite contava ainda com jogos de cartas, bilar e dados, onde em certas ocasiões, como consta nas memórias da cidade, houve perdas bem sensíveis para alguns parceiros.⁶⁴

⁵⁹FALCI, Miridan Britto Knox Falci; MELO, Hildete Pereira de. *Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança*. V Congresso Brasileiro de História Econômica. ABPHE Caxambu/Minas Gerais, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_38.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

⁶⁰LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.160-161.

⁶¹RAPOSO, Inácio. *Op.Cit.*, p.161.

⁶²LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.162.

⁶³SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*, p. 147.

⁶⁴ANDRADE, Eloy de. *Op.Cit.*, p. 199.

O gosto pelo luxo e pela opulência se expressa tanto nos grandes sobrados urbanos quanto nas sedes das fazendas. Vale lembrar que a sociedade vassourense enobrecida tinha profundas raízes rurais. Quando não composta pelos próprios fazendeiros de café, estava ligada diretamente, ou indiretamente, ao comércio do café. As casas senhoriais do Vale do Paraíba ganharam imensas salas de jantar, de receber, de jogos, de baile com cortinas, grandes espelhos com molduras douradas, mobília de luxo, pianos, lustres e candelabros de bronze e cristal. Assim,

“No convívio social, as palestras na lareira, entre vizinhos, no desconforto dos toscos bancos de madeira, em salas rústicas e acanhadas, são vagas lembranças do passado, porque agora passavam a ser recebidos em salões ricamente ornamentados, profusamente iluminados, enquanto no saguão, uma banda de música de molecotes da própria fazenda, executava alguma marcha triunfal.”⁶⁵

Multiplicaram os bailes e saraus nas fazendas. Fazer-se pintar ou encomendar retratos da família e das propriedades faziam também parte dos novos hábitos, como testemunham os quadros encontrados nas residências dos grandes proprietários. “Nada é comparável ao que se passa em Vassouras no período áureo da Serra Fluminense. O que ali vemos é uma íntima e inexplicável associação do campo à cidade, ambos conjugalmente unidos para a criação de uma cultura urbano-rural a florescer numa civilização.”⁶⁶

A riqueza das décadas de 1850 e 1860 financiou a melhoria da estrutura nas fazendas. As casas monumentais, somadas aos terreiros, instalações produtivas e senzalas dispostas em quadra, constituíam um conjunto arquitetônico com uma enorme carga de significados, afirmação do *éthos* senhorial. As imagens elaboradas pelos viajantes europeus que percorreram a região cafeeira fluminense são bastante esclarecedoras quanto a isso.

“A estrada abria-se e desenrolava-se. Cavalgávamos nossas bestas. A bela monotonia da paisagem acabara por me entregar inteiramente às meditações interiores. Todo o percurso era uma fazenda... Conjecturava eu assim, quando o meu animal, picando a marcha, pareceu pressentir as Tulherias.
Era uma fazenda, o Secretário.
Tendes à vista esta soberba habitação, surgida há quinze anos da terra virgem, agora toda florescente... O sol e Victor Frond já a pintaram, com sua rica cascata, seus tableiros de relva, seus outeiros longínquos carregados de cafeeiros.

⁶⁵ANDRADE, Eloy de. *Op.Cit.*, p. 188.

⁶⁶LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Op.Cit.*, p.156.

“É uma granja moderna, hoje abastada, e que um homem, um único homem construiu em vinte anos de trabalho. O Barão de Campo Belo, eis em pessoa o seu primeiro Montmorency.”⁶⁷

O relato de Ribeyrolles apresenta o olhar estrangeiro, de um francês que se surpreendia com a vista à distância da Fazenda do Secretário, vindo de Vassouras, em pleno apogeu cafeeiro, no ano de 1858. Da lembrança das Tulherias, o palácio dos reis da França, veio a boa impressão que os jardins lhe causaram. A Fazenda do Secretário exemplifica o estilo de vida senhorial: uma grande casa, um imenso cafezal, um respeitável barão. Sobressai a arquitetura neoclássica da construção, os dois frontões triangulares nas extremidades da fachada sugerem a sua divisão em três corpos. O da direita, reservado a capela; o da esquerda, abrigando a parte íntima da casa em cima e os serviços em baixo; e o do meio, nos dois pavimentos, os ricos salões ornados com pinturas decorativas ou com as paredes revestidas de papel.

A Fazenda do Secretário originou-se de uma sesmaria concedida, em 1743, a Pedro Saldanha e Albuquerque, e passou por outros donos até Laureano Correia e Castro, barão de Campo Belo, que mandou edificar a bela casa e os primorosos jardins. O interior é descrito nos inventários com mobiliário com guarnição francesa estofada, espelhos altos com vistosa moldura dourada. Sobre o mármore das mesas e consoles assentavam jarras de fina porcelana e candelabros de bronze com mangas de cristal lavrado. Na sala de jantar, uma mesa com quarenta e oito lugares, quatro aparadores e um relógio-armário de corda à manivela. Entre os utensílios domésticos da fazenda, existiam faqueiros, travessas, saladeiras, moleiras, fruteiras, tudo em prata.⁶⁸

As fazendas do apogeu do café já não eram meramente um negócio. As construções e os objetos pomposos desempenhavam um poder simbólico. A opulência atraiu muitos mestres em carpintaria e em trabalhar a pedra, e artistas, principalmente pintores e retratistas, que percorriam as melhores fazendas oferecendo seus serviços, ao mesmo tempo em que criavam igualmente oportunidades de despesas ostensivas. O consumo elevado era um fim em si mesmo, ele fornecia um critério social de riqueza dos fazendeiros e “desempenhava papel

⁶⁷RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1976. Tomo I. p. 191.

⁶⁸PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Fazendas: As grandes casas rurais do Brasil*. Rio de Janeiro: Abbevill Press, 1995. p.43-46.

importante na própria reprodução do sistema escravista, na medida em que convence de seu papel social, tanto senhores quanto escravos.”⁶⁹

A admiração visual que os proprietários pretendiam estabelecer em suas fazendas – com forte influência da Corte – por meio de majestosas casas a reinar no terreiro, com alamedas de palmeiras imperiais e de pinturas murais nos cômodos principais operava dentro de uma lógica de hierarquias e poder. Essas propriedades espelhavam a dimensão simbólica do poder social e político de seus senhores sobre as comunidades locais, especialmente para os grupos sociais sobre os quais se buscava exercer domínio – homens livres pobres, agregados, libertos e escravos. A idéia era fazer com que a fazenda reproduzisse a Corte Imperial.⁷⁰

A análise da arquitetura das fazendas de café permite exemplificar como as hierarquias e redes de poder eram assimiladas. As capelas eram construídas no corpo da casa e voltadas sempre para o lado das senzalas. O pé-direito duplo de muitas delas evidencia, por si só, a hierarquia e o poder que conduziam as relações escravistas. O acesso ao balcão superior era restrito à família senhorial, enquanto o acesso ao térreo era feito por uma entrada separada, onde ficavam os escravos. E mais, nestas capelas eram realizados casamentos e batismos dos escravos do proprietário da fazenda e dos cativos de seus vizinhos, isso ampliava o conjunto de relações hierarquizadas. Pequenos proprietários batizavam seus escravos nas capelas de grandes fazendas próximas e senhores que os recebiam. Senhores que promoviam casamentos e batismos de seus escravos e o conjunto da escravaria. Enfim, os que ficavam no andar superior e os que ficavam no inferior, algo válido para toda a sociedade⁷¹.

⁶⁹SILVA, Eduardo. *Op.Cit.*, p. 80-81.

⁷⁰MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*. 14vol. 1n. São Paulo. jan-jun.2006. p. 50-51.

⁷¹*Idem*, p. 51.

1.3 O escravo

Foi necessário o escravo, e Vassouras teve de possuir uma das maiores populações de negros do país. Filas intermináveis de cativos sobem a Serra para que possam crescer outras intermináveis filas de pés de café

Alberto Ribeiro Lamago, 1950

Ao desembarcarem dos tumbeiros no século XIX, os escravos seguiam caminhos diversos. O preço relativamente baixo tornava a propriedade de escravos possível entre todos os grupos sociais e até libertos podiam comprá-los no mercado. Na cidade havia escravidão por todos os lados, verdureiros, quituteiras, vendedores ambulantes, carregadores, a ganho, barbeiros, sapateiros com cores e costumes que faziam lembrar o continente africano. No campo, a lavoura em marcha necessitava sempre, e cada vez mais, de mãos escravas para trabalhar. Havia uma forte dependência do sistema escravista brasileiro em relação à importação de africanos. Sem esta, a escravidão, como força principal de trabalho, estaria com os seus dias contados.⁷²

Um corte abrupto no fornecimento de escravos baratos, originários da África, iria produzir uma séria falta de braços no Brasil. Não era segredo, por exemplo, que a baixa taxa de natalidade e a alta mortalidade entre os escravos tornavam difíceis a manutenção ou expansão da força de trabalho de uma fazenda sem o acesso ao tráfico atlântico. As senzalas eram sistematicamente renovadas pela importação de africanos, pois os que chegavam não criavam descendência suficiente para expandir ou mesmo reproduzir o sistema econômico. Além dos altos índices de mortalidade, outra razão que impediu a “territorialização” da mão-de-obra escrava: havia poucas mulheres escravas.

O processo de territorialização representaria um momento de reorganização social capaz de reestruturar as suas formas culturais e suas relações de poder de uma dada sociedade.

⁷²BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

No caso da escravidão oitocentista seria, justamente, o processo pelo qual a reprodução da mão-de-obra que era externa, ou seja, importada da África, se transformaria em interna, acontecendo dentro das fronteiras do Império. Entretanto, era necessário criar condições para que os escravos pudessem apresentar um crescimento vegetativo natural, através do nascimento em solo brasileiro. Esse processo implicava em um maior equilíbrio entre os sexos, melhorias nas condições de vida dos escravos, estímulo a natalidade, o cuidado com as grávidas e com as crianças, por exemplo. Tornar a escravidão nacional, territorializado-a, em certo sentido, era garantir a manutenção da escravidão, que teria sua reprodução enraizada no território nacional, sem depender do tráfico de cativos africanos.⁷³

Em geral, durante o período de tráfico atlântico, os plantéis tinham como característica a predominância masculina sobre as mulheres. E a intensificação da demanda por novos escravos, ocasionada pela expansão da economia, trazia, cada vez mais, um contingente de escravos africanos jovens. Assim, a população escrava era incapaz de reproduzir-se naturalmente, de modo que só podia ser mantida por meio das importações constantes. Nessa lógica a existência do tráfico africano era crucial para a existência do sistema escravista brasileiro. Neste ritmo, o porto viu avolumar-se o desembarque de escravos africanos a cada ano até 1850.

Na primeira metade do século XIX, os caminhos do desenvolvimento levavam os escravos ao Vale do Paraíba fluminense. Durante o oitocentos, até 1888, era comum encontrar nos testamentos dos fazendeiros de Vassouras a frase inicial: “Terras e escravos são os bens que possuo”. O arrolamento dos escravos não era fortuito, e mais do que força de trabalho, eles representavam uma fonte de prosperidade para fazendeiros, para os comerciantes e para o Estado. “O aumento do tráfico de escravos na década de 1840 beneficiou tanto fazendeiros quanto os cofres do governo; em 1848, aproximadamente 60% do imposto de contribuição de Vassouras para a província do Rio vinham de um imposto sobre venda de escravos.”⁷⁴ O florescimento do café multiplicou o número de fazendas e exigiu a manutenção constante e a

⁷³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 153-154.

⁷⁴ Stein, em nota, aponta que, “De todos os municípios na província do Rio, apenas o grande município de cultivo de açúcar de Campos enviou uma quantia maior de seu imposto sobre a venda de escravos. Vassouras enviou um total de 9:989\$800 dos quais 6:000\$000 eram ‘meia siza’ da venda de escravos” STEIN, Stanley. *Op.Cit.*, p.93.

formação de novas escravarias entre os anos de 1830 e 1850, quando “a importação de escravos era livre, embora legalmente proibida”.⁷⁵

Os primeiros passos para a extinção do tráfico atlântico foram dados ainda quando o Brasil era colônia de Portugal. Aproveitando-se, oportunamente, da transferência da família real portuguesa para o Brasil, a Inglaterra conseguiu, em troca da proteção oferecida à Coroa lusitana, assinar com esta, em 1810, o Tratado de Aliança e Amizade que, entre outras coisas, definia princípios de abolição do comércio de escravos em todos os domínios portugueses. Cinco anos mais tarde, por ocasião do Congresso de Viena, D João VI assinou um novo acordo se comprometendo a acabar com o tráfico ao norte do Equador. Mas ainda que tais medidas limitassem ou dificultassem o tráfico, elas não impediram a sua continuidade. O tratado permitia que comerciantes portugueses transportassem escravos dos seus domínios na África, situados ao sul do equador, para o Brasil.⁷⁶

Em 1822, a Inglaterra definiu, como condição para o reconhecimento da independência política do Brasil, a assinatura de um tratado nos moldes dos estabelecidos anteriormente com Portugal, repetindo a prática de negociar o seu auxílio. Assim, em 1826, o governo brasileiro concordou em realizar um novo acordo, segundo o qual a participação brasileira no comércio internacional de escravos passava a ser inteiramente ilegal três anos depois da data da ratificação do tratado (que aconteceu em 1827). Desse modo, a Inglaterra obteve o compromisso do governo brasileiro de abolir o tráfico de escravos a partir de 1830. Quando, em 1830, o governo inglês passou a exigir medidas mais eficientes de combate ao contrabando.⁷⁷

Em 7 de novembro de 1831, finalmente, foi promulgada a primeira lei nacional sobre o tráfico atlântico. Constituída de nove artigos, a lei declarava taxativamente em seu artigo primeiro que todos os escravos africanos que entrassem no Brasil após aquela data seriam livres. Estipulava ainda que os culpados pela importação de escravos seriam punidos

⁷⁵COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 4ª Ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 21.

⁷⁶ Ressalta-se aqui, que já existia a idéia de que qualquer forma de abolição do tráfico e da escravidão deveria ser encaminhada de modo gradual, sem causar grandes abalos nas relações comerciais e sociais vigentes. Nesse sentido, Leslie Bethell acentua que apenas parte do tráfico de escravos para o Brasil – e, aquela altura, a menor parte, destinada à Bahia, Pernambuco e Maranhão – tinha sua origem no litoral africano ao norte do Equador. BETHELL, Leslie. *Op.Cit.*, p. 20-26.

⁷⁷*Idem*, p. 75. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294.

conforme o Código Criminal de 1830 pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão e impunha multas de 200 mil réis por cada escravo importado ilegalmente, além dos custos da repatriamento à África. Outro aspecto foi a ampla classificação de quem seria considerado importador, que incluía não apenas os comandantes das embarcações, mas também os financiadores das viagens e os compradores do produto do tráfico.⁷⁸

Durante o primeiro ano de vigência da lei, houve uma queda nas importações, o que não foi fruto de uma repressão ativa. Logo em seguida, entretanto, o tráfico se reorganizou em bases ilegais e assim, ao invés de coibir o tráfico, o que se viu foi seu incremento. E isto acontecia não só porque o Brasil atravessava uma fase de prosperidade econômica em razão da expansão do cultivo do café, que alcançava preços favoráveis no mercado externo. O preço dos escravos no mercado africano era extremamente baixo e oferecia possibilidades de lucros muito altos para negociantes, mesmo para os que realizavam operações mais simples. Somado a tudo, havia ainda o envolvimento das autoridades encarregadas de fiscalizar o contrabando. Elas, ao invés de fazer cumprir o que determinava a lei, faziam vista grossa ou eram corrompidas pelos subornos oferecidos pelos traficantes.⁷⁹

Dessa forma, por mais que a sociedade soubesse da ilegalidade do tráfico atlântico, naqueles anos de 1830 e 1840, a proibição da importação de africanos não vingou e pouco se fez para devolver a liberdade aos escravos ilegalmente traficados. Tal comportamento, na verdade, exigiu conivência e arranjos entre os diferentes grupos: autoridades, traficantes, proprietários rurais, comerciantes, os homens livres e pobres e até libertos. Em 1835, o juiz de direito de Ilha Grande reclamava sobre o envolvimento da população local no tráfico ilegal por necessidade, relações familiares, medo ou má orientação. Situação ambígua que parecia não causar incômodo na “*boa sociedade*”.⁸⁰ Novamente o que se viu foi a importação ininterrupta de homens, mulheres e crianças africanas, abarrotando os mercados escravistas em todo o Brasil.

⁷⁸ Ver: Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1833. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_49.pdf>. Acessado em 10 de out. 2010. Ver também: COSTA, Wilma Peres. O império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n1, pg. 27-43, maio, 2005.

⁷⁹ BETHELL, Leslie. *Op.Cit.*,p. 80.

⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Op.Cit.*,p. 77.

Os interesses em torno da conservação da escravidão e do tráfico estiveram presentes na solidificação do Estado Imperial. A cumplicidade e a aliança entre o Estado imperial e a classe senhorial – emergente dos cafezais fluminenses – foram elementos primazes para construção do Estado Nacional. Ambos tinham necessidades e adversários em comuns que eram a manutenção do sistema escravista, a política inglesa antiescravista, os planos de autonomia regionais frente ao governo central, os proprietários de terras de outras áreas que almejavam ampliar sua participação política, livres e libertos que viram a oportunidade de modificar a ordem vigente. Experiências partilhadas que viabilizaram a união entre burocratas, negociantes de grosso trato e grandes proprietários escravistas fluminenses. O tráfico funcionava não apenas como variável fundamental para a reiteração da sociedade em seu aspecto característico e estruturante – a escravidão –, mas funcionava ainda como um poderoso pólo de conjugação de interesses entre a classe senhorial e os dirigentes imperiais.⁸¹

Foi dentro desse contexto que o sucesso da permanência do tráfico – e em consequência a escravidão – para além do ano de 1831, reorganizou-se. Observado dessa forma, temos um crescimento desse comércio. No período de 1826-1830, houve um aumento de 3,5% na demanda por cativos, resultante da chegada de 37.000 africanos por ano.⁸² No período de ilegalidade, entre 1840-1851, registrou-se a entrada de 371.615 escravos e, em alguns anos, a média chegou a 20.000 africanos. Estima-se que entraram no Brasil cerca de 1.500.000 cativos africanos até 1850, o demonstra, por um lado, o dinamismo da economia nesse período e, por outro, o poder político da classe senhorial, que tinha força para desafiar a proibição legal do tráfico.⁸³

Contudo, após duas décadas de vista grossa e de tácita cumplicidade, além de possuir um mercado aprovisionado, o governo brasileiro aprovou a lei Eusébio de Queiroz em 4 de setembro de 1850, determinando a efetiva extinção do tráfico atlântico. Pensada para municiar o Estado imperial na execução da lei de 7 de novembro de 1831, a nova lei ressaltou a vigência do texto anterior ao definir as penalidades para os comerciantes infratores com

⁸¹ Para um tratamento mais aprofundado sobre da relação entre a construção do Estado brasileiro, a classe senhorial e o sistema escravista ver: Capítulo 2 – O partido da Coroa. SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*

⁸²FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. p. 48-50.

⁸³COSTA, Wilma Peres. O império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n1, pg. 27-43, maio, 2005. p. 31.

base nas suas proibições. Mas havia pontos originais. A de 1850 isolava os traficantes como os principais responsáveis pelo comércio ilegal, na medida em que definia punições diferenciadas para traficantes e senhores, o primeiro ficava sob jurisdição de um tribunal especial, a cargo da Marinha, e o segundo a cargo da justiça comum. De fato, sem apoio legal e moral, a imagem dos traficantes mudou substancialmente após 1850. Cabe destacar, também, que a nova lei suprimiu os pontos que porventura representassem ameaça ao direito de propriedade dos senhores rurais, em especial o relativo à situação irregular dos milhares de africanos que entraram ilegalmente no Brasil após 7 de novembro de 1831.⁸⁴

De qualquer forma, o fechamento do tráfico atlântico representava por si só uma séria restrição à existência da escravidão como força de trabalho, exigindo certos rearranjos no acesso à mão-de-obra cativa disponível nas fronteiras do Império. A partir de 1831, segundo a legislação, os escravos africanos entrados no Brasil eram considerados como contrabando, portanto, deveriam libertá-los e, em princípio, repatriá-los para a África. Por mais que o tráfico tenha continuado ilegalmente, o fim já estava anunciado. A manutenção e a expansão dos plantéis passavam a depender da reprodução dos escravos em solo brasileiro, para tanto, era necessário reorganizar a relação entre senhores e escravos, redefinindo o funcionamento das suas instituições.

Isso permite perceber a existência de um processo distinto, ainda que interligado, na dinâmica escravista do século XIX. Interrompido o tráfico, a reprodução da mão-de-obra escrava - que era feita através do comércio atlântico, predominando homens em idade adulta - deveria acontecer internamente possibilitando um maior equilíbrio sexual e etário, e em longo prazo apresentando condições possíveis de reprodução natural. Foi o caso dos Estados Unidos, que o fim do tráfico africano, em 1807, criou condições para o crescimento vegetativo natural dos escravos, assim, reproduzindo sua mão-de-obra dentro de suas fronteiras. O sistema escravista do sul dos Estados Unidos aderiu à economia e ao direito, resultando em uma ordem escravista coesa que só findaria com uma ação exterior – a Guerra de Secessão⁸⁵.

⁸⁴ Ver: Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1850*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_23.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2010.

⁸⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op.Cit.*, p. 153-154.

A partir de 1840, em Vassouras, a proporção de homens entre os plantéis foi reduzindo-se até chegar a 55,63% nos anos 1876-1880. Esse resultado possibilita pensar em uma estabilização demográfica e até um eventual crescimento, da população escrava a partir da década de 1860. A manutenção da escravidão estaria baseada na reprodução interna da população cativa. Essa reprodução se dava através dos nascimentos e da formação de um mercado interno de mão-de-obra, a exemplo do que acontecera nos Estados Unidos⁸⁶.

Dadas as altas taxas de mortalidade, as condições de vida e o fim do envio de novos escravos africanos, era fundamental pensar respostas às demandas da nova situação. Nessa busca, surgiram publicações que recomendavam mudanças na administração dos plantéis para que os cativos tivessem condições de se reproduzir naturalmente. Os Manuais de Fazendeiros recomendavam melhorias na alimentação, habitação, vestimentas, cuidados na doença e especial atenção com as grávidas, recém-nascidos e crianças para que dessa forma a população pudesse procriar em número ascendente. As prescrições dos Manuais espelhavam as modificações que passavam a ordem escravista, dado o propósito de (re)ordenar normas para a organização da produção e o governo dos escravos. A partir dessas indicações, pode-se fazer uma leitura do cotidiano num contexto de transição, resgatando assim as pequenas e grandes conquistas do dia-a-dia, sobretudo da perspectiva do escravo, um escravo real, não reificado nem mitificado.

Esse conjunto de transformações estruturais pretendia uma recriação do modo de se ver e de se estabelecer as relações dentro da ordem escravista. Havia espaços de indefinição nos quais se percebia as barganhas e os arranjos cotidianos empreendidos pelos cativos, e mesmo a percepção de como entendiam o seu viver, muito mais do que o mero sobreviver. Ao lado da violência, sempre presente, havia um espaço social onde se tecia tanto barganhas quanto conflitos. “Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente.”⁸⁷ Espaços que apontavam para disputas, acordos e solidariedades que caracterizavam o

⁸⁶SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*, p. 204-205.

⁸⁷REIS, João José; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: a História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9. Ver também: SILVA, Eduardo. REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 07.

cotidiano de senhores e escravos, favorecendo uma nova perspectiva para a reflexão das relações sociais em Vassouras.

Dessa forma, ambos conceberam o seu viver, seja através do conflito individual ou coletivo, que se corporificava nas insurreições e quilombos; seja através da negociação mais imediata, corriqueira e mesmo pacífica. Os escravos participaram de um sem-número de negociações com seus senhores. Assim, os escravos construíram para si espaços de liberdade no cativeiro, enquanto os senhores desenvolveram uma particular sabedoria política de negociação, sem que, com isso, buscassem acabar com a ordem escravista. Havia múltiplas formas de “negociação e conflito”, entre o cativeiro e a liberdade. Laços de solidariedade, acúmulo de pecúlio, acesso a alimentação variada, melhores habitações constituíram um amplo e diversificado campo reivindicações.

E nas idas e vindas de tal processo existiram artifícios como, por exemplo, o cultivo da terra produzindo para si, levando o escravo, em certos casos, ter suas reivindicações atendidas. O escravo produzia os seus alimentos, o que a princípio era favorável ao proprietário, já que diminuía os gastos com a escravaria. Porém, o cultivo da terra acabou permitindo ao escravo uma maior autonomia, já que ele acabou tendo a possibilidade de escolher o que plantar e produzir não só para sua subsistência, mas também para o comércio e acumular algum pecúlio. O Barão de Paty do Alferes negociava, através de suas tropas, o café produzido nas roças dos escravos. Essa prática mostrou-se duradora e, provavelmente, eficiente, pois foi mantida e registrada pela filha do barão Maria Isabel de Lacerda Werneck, em Diário do ano de 1887, em diversas datas: “Pagou-se as pretas da freguesia 500,00” (16 de janeiro); “O Castro – seu marido – entregou ao Manoel Murta 300,00 rs. para pagar as pretas da Piedade” (27 de fevereiro).⁸⁸

Outro exemplo eram os laços de parentesco ou a constituição da família. O parentesco para os escravos representaria um meio articulador de relações sociais, ou seja, possibilidade estabelecer, refazer ou gerar novos vínculos de solidariedade. Aqui, destaca-se

⁸⁸ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. nota 70. p. 47. Maria Isabel casou-se com Joaquim Teixeira de Castro, visconde do Arcozelo, e tornou-se proprietária das fazendas Monte Alegre e Piedade, quando da morte de seu pai. A fazenda da Piedade foi a propriedade onde o barão de Paty se inspirou para escrever sua *Memória*. Assim como os pais, a Viscondessa registrou todos os passos da administração das propriedades e do cotidiano de sua família. Ver: MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org), *Escrita de Si, escrita da História*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

capacidade dos escravos de conquistar ou ampliar “*espaços de liberdade*”⁸⁹ segundo seus interesses ao longo do tempo. Contudo, esses espaços também eram alvos de interesses dos senhores também como estratégias de controle e sublimação das tensões sociais. Os escravos casados tenderiam a não se envolver em conflitos e saídas noturna. Da mesma maneira, a escrava que engravidava garantia a reposição da força de trabalho.

A expansão que se inaugura com o café coincide com a crise do tráfico atlântico de escravos. Porque era necessário o braço escravo para suprir a mão-de-obra na lavoura cafeeira, também era necessário manter a escravidão. E, como tal, a necessidade de escravos e senhores de manipular e condescender no sentido de obter a colaboração um do outro, cada qual com os seus objetivos, recursos e estratégias. O Vale do Paraíba fluminense foi o cenário dessa história, especialmente a Vassouras da segunda metade dos oitocentos. Nessa época, a demografia escrava apresentava certa estabilidade e mesmo um crescimento. Ao poucos, a população escrava se renovava acompanhando o número de nascimentos. A escravidão, em Vassouras, ganhara novas características: reprodução natural e outras relações de poder. Dessa forma, nascia de uma escravidão modificada, “*madura*”, territorial.⁹⁰

⁸⁹ SALLES, Ricardo. *Op.Cit.*,p. 248.

⁹⁰*Idem*, p. 235.

2 AS PÁGINAS : OS MANUAIS E O GOVERNO DOS ESCRAVOS

...os trabalhadores carecem de todo o cuidado e estudo da parte dos seus senhores, que na sua compra empatam a maior parte dos seus fundos, estando os seus rendimentos e fortuna posto em loteria cujos lances favoráveis depende em grande parte da sua vigilância e aptidão para governar.

Carlos Augusto Taunay, 1839.

A produção das lavouras não dependia apenas da disponibilidade de terras virgens, mas também da disponibilidade de homens. No caso das fazendas do Brasil imperial, disponibilidade de homens significava disponibilidade de escravos. Sua expansão, ou sua simples continuidade, dependia da constante aquisição de novos cativos. Tratava-se de um processo permanente e que exigia gastos constantes com a reposição periódica da mão-de-obra. O Barão de Paty do Alferes escrevia, em 1847, que o preço do escravo já não correspondia ao seu rendimento.⁹¹

Desde a década de 1830, com o anunciado fim do tráfico atlântico, a ordem escravista parecia caminhar para um impasse: como repor os plantéis que se desgastavam rapidamente sem a reposição de africanos? Era necessário investir em todos os meios para garantir o instrumento essencial da produção, traduzidas nas condições de vida e trabalho dos escravos que aqui estavam e se tornaram preocupações constantes na vida dos fazendeiros. Ou seja, criar condições para que a população escrava se reproduzisse no território nacional, e não fora dele.

Arraigar a escravidão em solo brasileiro dependia de novos mecanismos e rearranjos para que os senhores pudessem governar seus escravos. Ao ceder um pedaço de terra para o escravo e folga semanal para trabalhá-la, como sugeria o Barão de Paty, o fazendeiro aumentava a quantidade de alimento disponível para seu plantel, ao passo que fornecia zonas de respiros para as pressões da escravidão. Através deles, o escravo podia controlar não só a

⁹¹ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. p. 33.

sua alimentação, como de seus parentes, e acumular alguma remuneração com a venda da produção. Isto não quer dizer que deixasse de existir coerção e violência exercida pelos senhores. Taunay sintetizava assim a escravidão:

“...sem perder de vista a máxima fundamental de qualquer escravatura, e com especialidade a preta, não pode ser aplicada a um trabalho eficaz e produtivo sem coação e rigor, sendo somente possível conciliar o interesse do dono e o bom tratamento do escravo por uma vigilância de todos os momentos, e uma imutável regularidade de disciplina.”⁹²

Estes passos foram prescritos em páginas de manuais, guias prudentes para “os novos fazendeiros que andam a esmo sem conhecer (...) a maneira de bem dirigir o seu trabalho⁹³. Essas obras tiveram um acolhimento impressionante na sociedade imperial, com duas ou três edições, algumas ainda contando com o apoio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para publicação e distribuição. Cabe dizer que esses manuais, retratos de uma época, são frutos das experiências vividas por seus autores no ofício de fazendeiro. São compostos por olhares diversos: olhares estrangeiros que se naturalizam brasileiros, olhares médicos, olhares religiosos, olhares nobres. Autores diferentes, conselho semelhante: habilidade para governar os escravos.

⁹²TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor Brasileiro*. MARQUESE, Rafael de Bivar. (org.). Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2001. p. 82.

⁹³PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.* p. 55.

2.1 O governo dos escravos

Ao longo dos anos da escravidão no Brasil, encontram-se numerosos “Caetanos angolas rendidos”, “Luízas crioulas doente dos peitos”, “Antônios casseges com feridas de boubas” ou, ainda, “Inocências pardas raquíticas”.⁹⁴ Personagens encontrados nas páginas dos jornais, nos relatos de viajantes, nas cenas pintadas por artistas, nos processos-crimes, nos inventários post-mortem. Carregam sinais de doenças, do excesso de trabalho, das más condições de higiene, da alimentação minguada, do vestuário inadequado, enfim, do cotidiano no cativeiro. Além disso, nas senzalas em formação, a chegada constante de novos cativos ilustrava uma imagem instigante: corpos relativamente saudáveis poderiam servir de transportes para uma gama de microorganismos, às vezes letais, de um local para o outro.

A reprodução da mão-de-obra escrava, feita principalmente através do tráfico, trouxe cerca de 1.500.000 cativos africanos para o Brasil entre os anos de 1831-1850.⁹⁵ O tráfico atlântico ou interno estabeleceu um caminho constante de troca de microorganismos entre regiões diferentes: Brasil e África, cidade e campo, litoral e interior. O contingente de escravos movimentado por esse comércio trazia consigo microorganismos restritos a sua localidade de origem e entrava em contato com outros desconhecidos por eles no ambiente de chegada. Africanos ou crioulos, o tráfico colocou-os lado a lado, favorecendo a troca de doenças entre eles. Assim, a movimentação dos escravos, através do tráfico, constituiu-se num elemento de propagação de doenças no cativeiro.⁹⁶

As grandes distâncias ou falta de ligação entre os grupos humanos geraram ambientes diversos entre si, incluindo microorganismos familiares ao corpo, em certos casos, desde a infância. O contato entre eles, por expansão territorial, guerras ou trocas comerciais,

⁹⁴CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acessado em: 20 de nov. de 2009.

⁹⁵Número superior ao total de escravos importados durante três primeiros séculos da colonização. COSTA, Wilma Peres. O império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n1, p. 27-43, maio, 2005. p. 31.

⁹⁶ CROSBY, Alfred. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 176.

resultou na viagem de uma gama de parasitas, germes e micróbios de um lugar para outro, utilizando como meio de transporte o corpo humano. A existência de epidemias em espaços geográficos distintos, causadas pelo deslocamento de parcelas populacionais que deixaram seu território em direção a outros, ressalta o poder avassalador das enfermidades contagiosas sobre populações residentes que não possuíam anticorpos contra os microorganismos desconhecidos⁹⁷.

Um episódio que pode ser analisado para ilustrar a questão é o caso da oftalmia. Doença contagiosa dos olhos, podendo causar cegueira parcial ou total, era uma das mais temidas do tráfico atlântico de escravos. Uma vez desembarcados, os infectados eram conduzidos ao mercado de escravos proliferando-se assim rapidamente a doença. Grandes epidemias de oftalmia aconteceram no Rio de Janeiro nos anos de pico desse comércio. Em 1830, e no ano seguinte, após o desembarque de escravos vindos de Benguela e Angola, no Mercado do Valongo, a doença contabilizou centenas de vítimas. Em 1846, uma nova epidemia ocorreu e periodicamente eram registradas outras ao longo da costa⁹⁸.

Microorganismos, que transportados pelo comércio de escravos, transformavam os corpos em “túmbeiros” e espalhavam doenças de senzala em senzala, daí as preocupações do Dr. Imbert com a escolha de um bom escravo no momento da compra:

“...seja o pé redondo, a barriga da perna grossa, e o tornozelo fino, o que a torna firme; que a pele seja lisa, não oleosa, de uma bela cor preta, isenta de manchas, de cicatrizes, e de odor demasiado forte; que as partes geniais sejam convenientemente desenvolvidas, isto é, que nem sejam por excesso, nem por cainheza, que o baixo ventre não seja saliente, nem o umbigo mui volumoso, circunstâncias em que se originam sempre as hérnias; que o peito seja comprido, profundo, sonoro, as espáduas desempenadas, sem todavia estarem mui desviadas do tronco, sinal de não estarem os pulmões bem colocados; que o pescoço esteja em justa proporção com a altura do indivíduo, e que não ofereça aqui e ali, mormente sob a queixada tumores glandulosos, sinal evidente de afecção escrofulosa, que conduz cedo ou tarde a uma tísica, que os músculos dos membros, do peito e das costas, sejam bem salientes; que as carnes não sejam moles, e sim rijas, e compactas; e que o negro em fim deixe entrever no seu semblante o aspecto, ardor e vivacidade: reunidas todas estas condições, teri-se-a hum escravo, que apresentará a seu Senhor, todas as garantias desejáveis de saúde, força e inteligência”.⁹⁹

⁹⁷ CROSBY, Alfred. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver, especialmente, capítulo 9: *Doenças*. pp. 175-192.

⁹⁸ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. p. 229.

⁹⁹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Manual do Fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades médicas de todas as classes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1839. Tomo I. p.3.

O problema da sobrevivência diante das doenças, epidêmicas ou não, era agravado por diversos fatores: excesso de trabalho, alimentação, vestuário, moradia, higiene e cuidados médicos inapropriados. Elementos correlacionados que enfraqueciam os corpos, tornando-os frágeis à gama de microorganismos existentes¹⁰⁰. Assim, era mais provável que escravos sem roupas e alojamento apropriados para o frio úmido contraíssem problemas respiratório ou gripe. Sem descanso, cuidados médicos e alimentação adequada, somada ao descaso senhorial, poderiam desenvolver pneumonia, que acabava resultando em morte prematura nos casos mais graves. Em outras palavras, uma população que apresentava as mais variadas deficiências orgânicas não podia resistir às levas de doenças que atacavam as senzalas brasileiras.

Muitos foram os escravos de andar “cambaio” ou “zambo”. Vários “de mãos muito calejadas e tortas” pelo ofício de carpinteiro, outros de “dedos e braços comidos” pelas moendas dos engenhos. Havia escravos com “croas na moleira de carregar tabuleiro” e tantos “escandalosamente aleijados das penas” nos portos. Deformações por excesso de trabalho ou por especialização profissional que fragilizavam a saúde. Carregar água, leite, verduras, gente, dejetos, ser vendedor ambulante ou negro de ganho, realizar o trabalho doméstico, o da lavoura, o de criar criança, assim era o dia típico de muitos escravos, que podiam começar antes do amanhecer e terminar em serão depois da meia-noite. A jornada de trabalho de um escravo estava associada ao tipo e ao número de tarefas que este podia executar, a riqueza dos seus senhores e as condições específicas de trabalho¹⁰¹.

Em parte, as deformações também poderiam ser seqüelas do raquitismo. Escravos com pernas e braços extremamente finos, tortos, arqueados por falta de vitamina D e cálcio. Uma dieta insuficiente em nutrientes essenciais poderia resultar em perda de peso, edemas, problemas de pele e visão, diarréias, moleza e nervosismo. Sintomas de escorbuto, beribéri, cegueira, pelagra, entre outras. O impacto mais grave de uma parca dieta talvez fosse a redução da capacidade de resistir às outras doenças. Crianças subnutridas ficavam ainda mais

¹⁰⁰ KARASCH, Mary. *Op.Cit.* p. 207.

¹⁰¹ *Idem*, p. 196-198.

frágeis quando opiladas¹⁰². Nesses casos, os parasitas (ancilóstomo) prendiam-se ao intestino delgado e passavam a competir com hospedeiro pelos nutrientes, resultando em anemias profundas e no temido “vício de comer terra”.

Não eram raros os escravos com cicatrizes de bouba, “bexiga”, erisipela. Outros tuberculosos, “lazarentos” ou com “epidemia de coceira”, doenças costumeiras em locais onde higiene inadequada, pouca ventilação e umidade estavam presentes. As senzalas eram descritas como lugares com pouca higiene, formadas por palhoças de sapé ou telha-vã, pouco protegidas do “ar frio” da noite, expostas a chuvas, águas estagnadas e que acumulavam um grande número de escravos¹⁰³. Existia ainda o risco da mordida de animais como ratos, transmissores de doenças, algumas fatais. Alojamentos que preservassem a saúde dos escravos era condição que poucos podiam desfrutar.

A falta de abrigo apropriado tornava-se mais perigosa quando combinada ao vestuário. De acordo com tese apresentada a Faculdade de Medicina em 1847, os escravos trabalhavam com roupas molhadas, pés descalços, expostos ao frio e calor, fatores que facilitavam o acometimento de enfermidades respiratórias¹⁰⁴. Essa não era única consequência de andar descalço. Havia a possibilidade de pisar em objetos que cortantes e, partir daí, abrir caminho para o tétano e parasitas, como o bicho-de-pé, um dos males mais comuns nas fazendas de Vassouras. Uma vez introduzido na parte carnuda do pé, provocava infecções sérias que causavam ulcerações e incapacitava o escravo para o trabalho¹⁰⁵.

Se as doenças eram freqüentes no cativeiro, não se pode dizer o mesmo da assistência médica. Era o tempo das maravilhas curativas, como o purgante de Leroy aplicado a diversas moléstias – pneumonia, disenteria, hidropisia, envenenamento, entre outras –, das mezinhas, dos chás, dos unguentos. Época dos “santos-médicos”, que protegiam ou curavam certas doenças: Santa Luzia, protetora dos olhos, São Lazaro para a lepra, São Tomé para as verminoses, Santa Ágata para as doenças do peito. Isolados em suas propriedades, os senhores

¹⁰² Opilação e hipoemia intertropical eram termos usados pelos médicos para identificar a ancilostomíase no século XIX. *Idem*, p. 240.

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951. nota nº 69. p. 452.

¹⁰⁴ NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Mortalidade e Morbidade entre os escravos brasileiros no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 1994. p. 65.

¹⁰⁵ STEIN, Stanley J. *Vassouras - um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. p. 186.

recorriam aos curadores, rezadores, raizeiros e parteiras. Outros praticavam a medicina com os conhecimentos dos manuais de uso popular, que pretendiam colocar a “medicina ao alcance de todos”.¹⁰⁶

Os manuais de medicina popular, no contexto da assistência médica do Brasil imperial, funcionavam tanto como elementos de divulgação da ciência médica acadêmica, quanto como elementos da medicina popular propriamente dita (nesse caso, devido à sua larga utilização por leigos). O caráter acadêmico, pedagógico, civilizador e higienista, destes manuais capacitavam pessoas do interior (e mesmo nos centros urbanos) longe dos médicos, aos primeiros-socorros e à formulação de diversos remédios. Exemplo do sucesso dessas publicações foi o médico polonês Luiz Napoleão Chernoviz. Seus manuais de medicina popular ultrapassaram os limites da Corte do Rio de Janeiro, onde vivia, e, ao longo, de múltiplas edições foram se espalhando por todo o Brasil.¹⁰⁷

Diante de tal cenário, as palavras do *Manual do Agricultor* de Taunay, publicado em 1839, ganharam relevo significativo: “A América devora os pretos”, concluía o autor, comentando ainda que “se a contínua importação não os recrutasse, em breve a raça desapareceria de entre nós”¹⁰⁸, reconhecendo a importância do tráfico atlântico para a manutenção da escravidão. A existência do tráfico africano era determinante para a vigência do escravismo brasileiro, posto que, em geral, a população escrava era incapaz de reproduzir-se, de modo que só podia ser mantida por meio das importações constantes. Ao contrário do ocorrido nos Estados Unidos, entre nós a reprodução vegetativa natural de cativos como base para o fornecimento de mão-de-obra não era praticada como meio para a manutenção ou expansão da força de trabalho.

Desde 1810, com a vinda da Família Real para o Brasil, o comércio atlântico de escravos já vinha sofrendo pressões para seu término. Mas ainda que tais medidas limitassem ou dificultassem o tráfico, elas não impediram a sua continuidade. Nem mesmo a aprovação da lei de 7 de novembro 1831 significou a abolição do tráfico, ao invés de coibi-lo, e o que se

¹⁰⁶ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de Curar*. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

¹⁰⁷ Ver: GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as Artes de Curar*: Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz:

¹⁰⁸ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.* p. 76.

viu foi seu incremento com a retomada das importações em níveis cada vez maiores. Só após duas décadas de vista grossa, e com um mercado relativamente abastecido, o governo brasileiro finalmente encerrou o tráfico atlântico de cativos com a aprovação da lei Eusébio de Queiroz em 1850.

Por detrás das pressões sobre o tráfico atlântico, estava a consciência da dependência do escravismo brasileiro em relação à importação de africanos. Sem ele, o escravo com mão-de-obra preponderante no Brasil deixaria de existir, e a falta de braços cativos levaria a ordem escravista à bancarrota. No Brasil, a escravidão era sistematicamente realimentada pela importação de africanos, pois os que chegavam não criavam descendência suficiente para expandir ou mesmo reproduzir o sistema escravista. Além dos altos índices de mortalidade, causados pelas precárias condições de vida no cativo, outra razão impedia a “territorialização”¹⁰⁹ da mão-de-obra escrava: havia um desequilíbrio entre os sexos.¹¹⁰

A intensificação da demanda por novos escravos, ocasionada pela expansão da economia, trazia cada vez mais um contingente de novos africanos através da importação predominante de homens adultos para o Brasil. Assim, durante o período de vigência tráfico atlântico, os plantéis tinham como característica a superioridade dos homens sobre as mulheres e reprodução da mão-de-obra por via externa, o que dificultava a reprodução natural dos escravos, resultando na baixa taxa de natalidade entre a população cativa. E que levaria a população escrava ao desaparecimento com o fim do abastecimento constante de africano, se mantida as altas taxas de morbidade e mortalidade.

Dessa forma, a abolição do tráfico atlântico representava uma séria restrição à existência da ordem escravista. Significava que a reprodução da mão-de-obra cativa deveria acontecer dentro dos limites do território Império brasileiro, fosse pelas melhorias do sustento material, fosse pelo estímulo à natalidade e à formação de famílias. O crescimento vegetativo natural criaria uma “comunidade de senzala” capaz de garantir a continuidade, em longo prazo, da escravidão. A formação de comunidades de senzala seria fruto de uma redefinição nos padrões de vida dos escravos, formalizada, em certo sentido, pelos manuais de fazendeiro

¹⁰⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹¹⁰ CONRAD, Robert. *Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985 p.189. REIS, José João. *Rebelião escrava no Brasil*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 p. 25.

e moldada de acordo com os anseios dos senhores. Resultado direto da formação de família, o usufruto das roças, instrução religiosa, cuidados com a alimentação, vestimenta e moradia, e por fim, o crescimento vegetativo natural da escravaria. Essas comunidades, ao menos em Vassouras – nas décadas de 1860 e 1870, tiveram seu processo de formação em um período anterior, quando se iniciou a indicação de melhorias nas condições de subsistência, de uma vida familiar e comunitária entre escravos.¹¹¹

Luís Peixoto de Lacerda Werneck, filho do Barão de Paty do Alferes, em 1855, lembrava a experiência norte-americana materializada durante a primeira metade dos oitocentos e recomendava:

“julgamos que, embora tenha cessado o tráfico, embora não nos envie mais a África, a população de outrora, seria possível fazer crescer a existente. Bastaria para isso solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com os recém-nascidos e as crianças. Os lavradores deviam promover por todos os meios a propagação dos escravos, [...] Todos nós sabemos quais as medidas que o senhor deve tomar para assegurar-se da procriação de seus escravos. Melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermarias, e outros alvitre, que são em geral desprezados entre nós, bastarão para salvar muitas vidas, que hoje se sacrificam pelo desleixo e incúria”¹¹².

Tal situação demandava que rearranjos e novas negociações fossem firmados no cotidiano de senhores e escravos, especialmente nas regiões de crescimento econômico, onde o cativo era essencial. Era preciso criar um “hábito salutar da escravidão”¹¹³. Neste intuito, tornava-se revelador o discurso dos manuais de fazendeiro durante o século XIX. Publicados a partir da década de 1830, estes manuais, em seu conjunto, divulgavam, em certa medida, a preocupação com a manutenção da ordem escravista, que se expressavam sob a forma de três recomendações: tratar da saúde do corpo através de uma série de princípios higienistas; tratar do espírito através de uma educação moral-religiosa rígida; e tratar da natalidade através dos cuidados com as grávidas, com os recém-nascidos e do incentivo a formação de famílias.

¹¹¹ SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p.247-249.

¹¹² WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Idéias sobre colonização, precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1855. *Apud* MARQUESE, Rafael de Bivar. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 287-288.

¹¹³ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 81.

O *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*, de Jean-Baptista Alban Imbert, foi publicado a primeira vez em 1834, com uma segunda edição em 1839. Doutor em medicina pela reconhecida Faculdade de Montpellier, foi o primeiro médico estrangeiro a revalidar o diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1832. Tornou-se membro da Academia Imperial de Medicina em 1835, e posteriormente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Ex-cirurgião da marinha francesa, exerceu a medicina no Rio de Janeiro até 1843, onde publicou outros dois livros com conselhos higiênicos voltados para o público em geral: *Ensaio higiênico e médico sobre o clima do Rio de Janeiro*, em 1837, e *Guia médico para as mães de família*, em 1843.¹¹⁴

Em dedicatória aos “Ill^{mos} S^{rs} Fazendeiros”, Imbert fundamentava sua obra com a posição privilegiada em que se encontrava: médico e “fazendeiro isolado, bem no meio de uma rica e vasta propriedade povoado de grande número de escravos”.¹¹⁵ Dessa experiência, e ciente das dificuldades que se encontravam a maioria dos ilustríssimos fazendeiros de “socorros inteligentes da Medicina” e de médicos formados, folgava em pensar que seus conselhos eram “muito mais satisfatórios”¹¹⁶. É este sentido que marca o Manual, dedicando-se, sobretudo, a prescrever práticas de saúde e alguns tratamentos curativos que pudessem ser utilizados pelos fazendeiros no cotidiano com os escravos.

Mesmo reconhecendo o tráfico de escravos como “abominável e odioso”, e que a sua extinção seria a marca da civilização de um país, Imbert amparava os direitos adquiridos dos proprietários de escravos, reconhecendo a importância da escravidão para a sociedade imperial. Assim, sua obra inicia com orientações sobre como escolher um bom escravo do ponto vista físico e moral. Preconizou mudanças no trato dispensado a eles, como a substituição da dieta farinácea mais usual por “uma suculenta e animalizada” e cuidados especiais com as escravas grávidas, os recém-nascidos e as crianças. E adverte a preocupação de manter a escravidão: “aqui será incontestavelmente mais doce e mais humana, pois que a

¹¹⁴ ARAÚJO, Calos da Silva. *Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Continente, 1979. 1º vol. p. 224.

¹¹⁵ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op Cit.*, Prefácio.

¹¹⁶ *Idem*, Tomo I. Prefácio.

dificuldade de dar substituição ao que se possui fará recorrer aos meios mais convenientes de conserva o que já tem”.¹¹⁷

O *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, teve sua primeira edição em janeiro de 1839. Durante a década de 1820, Taunay assumiu a administração da propriedade da família localizada no maciço da Tijuca e dedicada à cultura do café. Antes da edição de 1839, houve a publicação dos dois primeiros capítulos do Manual na revista *O Beija*, e a publicação integral da primeira edição do livro aconteceu graças à iniciativa particular do proprietário do *Jornal do Comércio*. Publicado, o *Manual do agricultor brasileiro* logo caiu no gosto da elite imperial e ganhou a distribuição e o financiamento para uma segunda, sob os auspícios da SAIN. A obra, uma das primeiras voltadas para fazendeiros publicados no Brasil oitocentista, frisava que o maior problema da agricultura a ser encarado pelos proprietários rurais era o da administração dos escravos. A questão era central, tanto que o livro dedica dois capítulos ao assunto.

O capítulo 2, *Da escravidão – Dos escravos pretos*, oferece uma visão do autor sobre a escravidão, percebida como “mal estabelecido”, porém enraizada de tal maneira na sociedade brasileira, que se fim brusco comprometeria a própria “existência nacional”. Assim, mesmo representando uma “violação do direito natural”, era preciso salvaguardar a escravidão tendo em vista sua importância para a economia imperial. Nas palavras do autor:

“...Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a liberação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de queremos sanar o mal, cuja extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios às gerações futuras para se poderem livrar sem perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram.”¹¹⁸

No capítulo 3, *Da disciplina da escravatura*, Taunay advogou a favor da melhoria do tratamento dos escravos com a elevação da quantidade e qualidade dos elementos indispensáveis à vida cotidiana. Ao propor alternativas que possibilitassem a manutenção da base da riqueza dos fazendeiros, o autor elaborou regras que abrangessem, nesta ordem: “1º o alimento; 2º vestimenta e habitação; 3º a tarefa diária; 4º os castigos; 5º a direção religiosa e

¹¹⁷ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op Cit.*, Tomo I. p. XII

¹¹⁸ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 54.

moral; 6º a relação dos sexos.”¹¹⁹ E concluía Taunay que estas regras, uma vez arraigadas entre os escravos, criaria uma “civilização de usos e costumes”, a exemplo das propriedades jesuíticas, onde certos usos e tradições se mantiveram mesmo após o confisco do governo e onde se conservava a descendência dos primeiros escravos.

Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, colheitas, etc, etc., escrita pelo Barão de Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em 1847, teve outra edições póstumas em 1863 e 1878 sob supervisão do seu filho do Barão. A obra tinha por objetivo explicar de maneira simples e direta ao filho Luís Peixoto de Lacerda Werneck, que chegava dos estudos na Europa “sem nenhum conhecimento da agricultura usada entre nós”, a fundação, estrutura e funcionamento de uma fazenda de café. Tratava-se, portanto, da experiência acumulada pelo Barão durante sua caminhada diária de fazendeiro, que assistiu à implantação e expansão da lavoura cafeeira fluminense.

Consciente de que “é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro”, e partir da constatação também de que “não está em harmonia o preço do escravo com o produto que dele se tira, ainda de mais acresce a imensa mortalidade a que estão sujeitos e que devora fortunas colossais”¹²⁰, o Barão escreveu em sua *Memória* conselhos que os fazendeiros mais precavidos deveriam seguir para “bem dirigir” o trabalho de suas propriedades. Assim, as condições de vida e de trabalho da mão-de-obra escravas deveriam ser preocupações constantes. Dever-se-ia cuidar de recolher os doentes todas as manhãs, fornecer três refeições por dia, e não de apenas duas, como era comum. Construir senzalas em lugares mais salubres, providenciar a troca semanal das roupas, cuidar das gestantes e crianças e reservar terras para que os escravos pudessem plantar.

Outro ponto fundamental era a disciplina. Os escravos deveriam ficar sob um trabalho e uma fiscalização rígidos. O administrador da fazenda deveria organizar os escravos em grupos pequenos para o trabalho, observar o andamento e a qualidade dos serviços, realizar revistas no início e fim de cada turno de trabalho. O fazendeiro deveria ser “severo,

¹¹⁹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 59.

¹²⁰ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 63.

justo e humano”, castigando o escravo no momento e de maneira proporcional do delito cometido, pois assim o escravo reconheceria a medida com justiça. Advertia a *Memória* que:

“Há alguns senhores que têm o péssimo costume de não castigar a tempo, e de estar ameaçando o escravo dizendo-lhe – deixa que hás de pagar tudo junto – ou, vai enchendo o saco, que ele há de transbordar e então nos vermos – e quando lhe parece agarra o pobre negro, dá-lhe uma estafa da qual vai muitas vezes para a eternidade, e por quê? Porque pagou tudo junto!!!”¹²¹

Proprietário de terras e escravos na freguesia de de São Paulo do Muriaé, na província de Minas Gerais, o Padre Antonio Caetano da Fonseca redigiu, em 1863, o *Manual do agricultor dos generos alimenticios ou methodo da culturas mixta destes generos nas terras cansadas pelo systema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado; e um pequeno tratado de medicina domestica para os fazendeiros*, onde se preocupava, entre outros assuntos, com o tratamento dado ao escravo e à sua constituição familiar. Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, publicou uma segunda edição no ano de 1864. A obra guardou uma significativa especificidade em relação às obras de Taunay e do Barão de Paty do Alferes: dedicava-se à produção de gêneros de primeira necessidade e não aos produtos de exportação, como o café, o açúcar ou o algodão.

O capítulo sobre a gerência dos escravos, “Educação e tratamento da família”, para além dos conselhos dos outros manuais, preocupou-se especialmente com os cuidados para que houvesse possibilidade de um crescimento vegetativo da população escrava. Somado o estímulo à formação de famílias, “pois d’áí provém o sossego e moralidade dos escravos, assim como o lucro e tranqüilidade de seus senhores”¹²², havia a solicitude no tratamento com as escravas e as crianças, exemplificado no trecho:

“...E assim no tempo da menstruação e gravidez devem merecer alguma atenção; portanto nestas ocasiões evitarão os calores fortes dos dias de sol, e o fogo das fonalhas; pois o calor excessivo nestas ocorrência causa hemorragias uterinas e abortos. Podem contudo trabalhar ao tempo até às dez horas do dia, ou das três da tarde por diante, ou outros serviços domésticos, como fiar, tecer, etc. As mulheres no tempo de sua regra, não devem pisar na lama nem meter os pés dentro d’água fria, porque isto pode causar a sua supressão e graves enfermidades. As pretas neste

¹²¹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 64.

¹²² FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 102.

tempo, e no da sua gravidez, não devem ser tratadas com rigor; porque isso é causa muitas vezes de abortos, supressão das regras e de muitos outros inconvenientes.”¹²³

E também nos cuidados dispensados as crianças:

“...No tempo da dentição deve haver todo cuidados com os meninos; pois é o tempo critico da infância: e nesta ocasião são acometidos das lombrigas e diarréia. (...) Adverte-se que os vermes cabo de grande numero de meninos: portanto, assim que apresentarem sinais de lombrigas,devem ir tomando com prudência remédios anti-helmínticos.”¹²⁴

O texto do Padre Antonio Caetano da Fonseca guarda algumas idéias em relação às obras jesuíticas da passagem do século XVII e XVIII. O capítulo traz a idéia de família extensa formada entre o senhor e os escravos. O fazendeiro não poderia gozar de uma vida tranqüila e sossegada sem cumprir suas obrigações, garantindo os meios indispensáveis ao bem-estar dos escravos “cujos os meios são: sustento, agasalho, vestuário, educação cuidados e remédios nas suas enfermidades”, pois toda a família tinha o direito de ser “cuidadosamente protegida pelo seu pai comum.”¹²⁵ Palavras que pareciam ecos do texto jesuítico de Antonil: “...o certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão...”¹²⁶

Os jesuítas foram os únicos autores a tratarem do governo dos escravos no Brasil colonial.¹²⁷ Aqui, como em qualquer outra parte do reino, as ações jesuíticas seguiam um projeto nitidamente missionário, imbuído do espírito da Contra-Reforma tridentina, que visava ampliar o espaço para a propagação da fé. No caso dos textos voltados para a gerência dos escravos, o objetivo era levar a palavra de Cristo aos que corriam o risco de se afastar dela. No contexto do Brasil colonial dos séculos XVII e XVIII, mesmo com as críticas dos

¹²³ *Idem*, p. 99.

¹²⁴ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 100.

¹²⁵ *Idem*, p. 95-96.

¹²⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.

¹²⁷ Sobre os autores e obras jesuítas que pensaram o escravismo de fins do século XVII a fins do século XVIII ver: VAINFAS, R. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986. O livro analisa algumas destas visões se constituíram em ideologias que acabaram penetrando a historiografia da escravidão, buscando entender os motivos de sua força persuasória e de sua perpetuação.

colonos aos privilégios da Companhia de Jesus – que possuía vastas propriedades e estava isenta do pagamento do dízimo –, as obras, em especial de Jorge Benci e Antonil, procuraram normatizar o governo dos escravos, justificando a incapacidade dos senhores de administrar seus escravos a partir do afastamento dos preceitos da moralidade católica.¹²⁸

Benci escreveu sua *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* em 1700, na cidade da Bahia, mas o livro foi impresso cinco anos depois em Roma. Seis anos após a obra de Benci, outro livro foi publicado que abordava a questão da gestão dos escravos, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de Antonil. Os textos tiveram pontos em comum, embora com alvos distintos. A obra de Benci tinha como objetivo as relações entre senhores e escravos – rural e urbana –, enquanto a de Antonil destinava-se à administração dos engenhos de açúcar, incluindo os escravos. Eles condensaram os conteúdos religiosos, morais e pedagógicos do pensamento dos jesuítas com a realidade colonial, a escravidão africana. Também buscaram justificar a escravidão e estabeleceram os deveres recíprocos entre senhores e escravos.

As orientações dos textos podem ser desdobradas em quatro pontos que correspondem aos deveres do senhor para com os escravos: sustento material – alimentação, vestimenta, cuidados nas enfermidades; trabalho – que deve ser intercalado pelo descanso e não deve ser superior às forças do escravo; castigo – caso o escravo revele alguma falta e deve ser moderado; e doutrina religiosa – evangelização dos escravos. Para Benci:

“...E assim, nestas três palavras, panis, disciplina, opus, se compreendem todas as obrigações, que não são poucas as que devem os senhores aos servos. Por isso nelas fundarei os discursos desta Economia Cristã, em que pretendo instruir aos senhores, e especialmente aos do Brasil, no modo com que devem tratar os escravos, para que façam distinção entre eles e os jumentos...”¹²⁹

Afiançava Antonil:

“O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está, que se lhes não deve negar, porque a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como

¹²⁸ MARQUESE. Rafael de Bivar. *Op. Cit.*, p.48-51.

¹²⁹ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 52

pede o estado do servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas; e deve também moderar o serviço de sorte que não seja superior às forças dos que trabalham, se quer que se possam aturar. No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor.”¹³⁰

Outro ponto em comum entre os textos jesuíticos da passagem do século XVII para o XVIII e os manuais de fazendeiros dos oitocentos eram as possibilidades de criar ou preservar espaços de negociação dentro da ordem escravista. Antonil observou que “uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos, saíam ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida...”¹³¹ Esse “modo de passar a vida” poderia representar ganhos materiais, como terras para plantio próprio, como mencionou Benci “...lhes dão em cada semana um dia, em que possam plantar e fazer seus mantimentos, com os quais os que se não dão à preguiça têm com que passar a vida...”¹³² E também ganhos de lazer “Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde...”¹³³

Claro que esses ganhos poderiam interessar aos senhores como fator de controle e manutenção dos escravos, e a estes, como espaços de ressocialização e reivindicações. Antonil, explicando sobre o costume dos escravos fugitivos pedirem que padrinhos intercedessem por eles após fuga, esclarece:

“...e bem é que saibam que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez para algum mocambo no mato, e se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoitá-los ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno...”¹³⁴

Os princípios dos jesuítas no governo dos escravos tiveram um objetivo colonizador e missionário. Mas as suas intenções foram, também, as de equacionar necessidades do seu

¹³⁰ ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p. 91.

¹³¹ *Idem*, p. 89.

¹³² BENCI, Jorge. *Op. Cit.*, p. 51.

¹³³ ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p. 92.

¹³⁴ *Idem*, p. 92.

tempo: como controlar os escravos em número crescente; como disciplinar dentro dos limites, senhores e escravos segundo princípios humanos, religiosos e morais; como evitar que o conflito reinasse entre eles. Suas propostas funcionavam como um elemento catalisador das relações sociais e econômicas no contexto colonial. Em certa medida, essas intenções aparecem nas páginas dos manuais de fazendeiros do século XIX. Seus discursos encaminham senhores e escravos para a manutenção da ordem escravista vigente, onde se percebem o campo propício para barganhas de ambas as partes.

A caminhada pelas entrelinhas dos manuais segue a ordem prescrita por Taunay, a saber: o alimento; a vestimenta e habitação; a tarefa diária; os castigos; a direção religiosa e moral; a relação dos sexos. “Como é pois que um homem ou mulher pode agüentar desde as cinco horas até às dez ou onze horas do dia seguinte sem comer, e trabalhando ao rigor do tempo com uma enxada, foice ou machado?”,¹³⁵ argumentava o Barão de Paty do Alferes sobre o costume de fornecer apenas duas refeições por dia aos escravos. Padre Fonseca assim aconselhava as refeições dos escravos:

“...Ao romper do dia levantar-se-ão os pretos (...) receberá cada um em sua cuia ou tigela duas xícaras de café e uma broa (bolo), feito de fubá, e doce, cozida no forno. (...)O almoço será pelas oito horas da manhã, feito de feijão com couves, adubado com uma onça de toucinho pelo menos, para cada preto, e angu. O jantar será pelas duas horas da tarde, o mesmo feijão com duas onças de carne seca, cozida nele, arroz, e farinha. A ceia será pelas sete horas da noite, feita de ervas, aboboras, ou arroz, e angu ou farinha: pode também ser de batatas, mandiocas ou carás. A ceia dever ser destas substancias variadas. (...) Entenda-se sempre que o preto deve ter por adubo em cada comida uma onça de toucinho, ou banha, e duas onças de carne seca por dia.”¹³⁶

Imbert salientava que muitos escravos, em geral, recebiam uma alimentação insuficiente e grosseira, que provocava sérios problemas de saúde, por isso recomendava, com freqüência, a substituição da alimentação para os escravos doentes. O seu receituário para tratamento dos escravos opilados era precedido da seguinte recomendação: “... que se substituísse por uma dieta succulenta e animalizada a dieta farinácea, que forma geralmente a base do regime...”¹³⁷ Hortaliças, legumes e frutas, na opinião de Taunay, produtos

¹³⁵ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 65.

¹³⁶ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 97-98.

¹³⁷ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II. p. 22.

“abundantíssimos e sem maior despesas”, bastavam “para que o nosso sistema se ache em pleno andamento”, fornecendo uma alimentação variada e saudável.¹³⁸

Outra maneira dos escravos obterem uma alimentação mais saudável, ou ao menos, de complementá-la, era a possibilidade das roças próprias. O Barão de Paty do Alferes propunha que os fazendeiros reservassem terras para que “os pretos façam roças”. Ali, o escravo plantava milho, feijão, bananas, batatas, aipim, café, entre outros gêneros. As roças abriam, também, a possibilidade de acumulação de algum dinheiro com a venda da produção, e o próprio Barão negociava o café produzido pelos seus escravos. Consta que, em dezembro de 1853, o café dos escravos da Piedade rendera 373\$687, prática que continuou mesmo depois de sua morte.¹³⁹

Ao mesmo tempo, funcionava como mecanismo de controle senhorial, pois “...estas roças, e o produto que dela tiram, faz-lhes adquirir um certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse pequeno direito de propriedade...”¹⁴⁰. Lembrava ainda que o senhor não deveria permitir que os escravos negociassem a produção com outros, “isto para evitar o extravio e súcias de taberna”. Assim, o senhor aumentava a quantidade de gêneros para alimentar seus escravos, ao passo que fornecia uma válvula de escape para as pressões do cativo.

Um dos primeiros cuidados que deveria ter um fazendeiro que estabelecia sua fazenda era a construção das senzalas. Deveria procurar um local seco, afastado de barrancos e valas, construindo a certa altura do solo, evitando que ficassem úmidas com as chuvas. Outro bom conselho era cercá-las com varandas protetoras do frio e da chuva. Na experiência do Barão, os escravos passaram a adoecer em número menor depois da construção das varandas, utilidade repetida pelo Padre Fonseca, que recomendava: “...se tiver neblinando, ficaram cinco minutos na varanda depois de tomarem o café, para não constiparem.”¹⁴¹ Pela plantação ainda, propunha o Barão que fossem construídos ranchos, de trezentas em trezentas

¹³⁸ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 62.

¹³⁹ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 30.

¹⁴⁰ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 65.

¹⁴¹ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 97.

braças e cobertos com telhas ou palha, que pudessem servir de abrigos para os escravos durante as chuvas.

Segundo Imbert, o vestuário ou a falta dele não oferecia garantia suficiente contra as intempéries do clima, assim “o negro quase sempre mal vestido, não pode deixar de sentir, em detrimento seu, as influências das variações freqüentes e rápidas que se notam no ar”.¹⁴² Palavras repetidas pelo Padre Fonseca anos depois: “além do agasalho e sustento, temos senhores obrigação de dar aos seus escravos o vestuário necessário para abrigá-los das inclemências do tempo.”¹⁴³ O vestuário era composto de calça e camisas de algodão de Minas, que no inverno deveria ser substituído por baeta ou lã grossa. Taunay advertia para o estado de higiene, sendo necessário que aos domingos houvesse inspeção para limpeza das habitações, camas e roupas.

As roupas sujas deveriam ser entregues para lavar e distribuída roupas limpas entre eles, evitando deixá-los “atolar na sua imundície.”¹⁴⁴ Padre Fonseca instruía ainda que se verificasse a existência de piolhos (muquiranas) nas roupas, camas e demais objetos dos escravos, “pois este inseto é a causa de estar o preto cinzento, e magro”¹⁴⁵. Sobre as doenças da pele, Imbert assegurava que “ninguém contestará que por meio de simples regras higiênicas conseguiremos prevenir o desenvolvimento dessa multidão de moléstias, que a porcaria origina na pele.”¹⁴⁶

Não se comprava escravos para vê-los folgar, mas para tirar do trabalho produzido por eles lucro e fortuna. Sob esse preceito, a jornada de trabalho estendia-se do amanhecer até o anoitecer, exceto em épocas de colheita, com intervalos para descanso – almoço e jantar. Taunay lembrava que “um senhor judicioso deverá sempre combinar as tarefas extraordinárias e os trabalhos noturnos, de forma que o preto venha a ter o equivalente em sustento e

¹⁴² IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I. p. 13.

¹⁴³ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 103.

¹⁴⁴ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁴⁵ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 109.

¹⁴⁶ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II. p.368.

descanso”, pois “o preto, que nada vê a ganhar neste excesso de fadiga, entrega-se ao desespero, e brevemente definha.”¹⁴⁷

Nas décadas da segunda metade do século XIX, esta recomendação ganhou destaque nas páginas do Padre Fonseca, que se deteve atentamente a exemplificá-la da seguinte forma:

“Muitos fazendeiros desumanos obrigam os seus escravos por via do chicote a um trabalho desproporcionado as suas forças. Estes infelizes, esgotando os últimos alentos, acabam a sua existência em pouco tempo com grande prejuízo de seus bárbaros senhores.

Mas estes homens desalmados acabam pobres ordinariamente, como tenho muitas vezes observado. Pelo contrario, os fazendeiros humanos que tratam bem de seus escravos, e lhe dão trabalho proporcionados ás suas forças, têm prosperado á vista dos olhos. Percorra o leitor a província de Minas, e ai verá esses fazendeiros que tem enriquecido pela produção dos seus escravos, e regularidade dos seus serviços. Quem corre pressuroso cançã antes de chegar á meta do seu destino; mas quem caminha com diligencia regular chega sempre aonde quer.”¹⁴⁸

Tratar bem os escravos não deixava de incluir perpétua vigilância e castigos. Os castigos deveriam ser moderados e proporcionais à culpa. Taunay recomendava que fossem aplicados a vista de todos e com a maior solenidade, servindo o castigo de um para ensinar e intimidar aos demais. Ainda com esse objetivo “pedagógico”, indicava que os escravos “incorrigíveis” fossem vendidos, mesmo com perda monetária, para servirem de exemplo aos outros, por saberem “que os vendidos vão cair em mãos de senhores sem piedade.”¹⁴⁹ O castigo deveria ser percebido pelos escravos como justiça e não como arbitrariedade ou vingança, posto que a “ira não deve tomar o lugar da justiça.”¹⁵⁰ Padre Fonseca, avalizando esse sentido, lembrava que “...os feitores desumanos e de costumes impuros são muitas vezes a causa da sublevação dos escravos.”¹⁵¹

A religião no governo dos escravos cumpria papel essencial. Era indicada como meio mais eficaz de tornar os escravos obedientes, trabalhadores e “ocupar inocentemente as

¹⁴⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 66.

¹⁴⁸ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 103-104.

¹⁴⁹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 69.

¹⁵⁰ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 110.

¹⁵¹ *Idem*, p. 110.

horas de domingo.”¹⁵² Nos termos de Padre Fonseca, “a religião é o freio do homem, o alento do fraco, a esperança do desgraçado”.¹⁵³ Portanto, era prudente que o senhor instrísse e estimulasse seus escravos a praticar a fé católica. E em particular, que os escravos confessassem com regularidade, e sabendo o confessor cumprir bem seu papel, a confissão tornar-se-ia um “antídoto das insurreições”, posto que:

“...o confessor faz ver ao escravo que o seu senhor está em lugar de seu pai; e portanto lhe deve amor, respeito, e obediência; que o trabalho é necessário ao homem para sua subsistência; que a vida é nada em comparação da eternidade; que o escravo que sofre com paciência o seu cativeiro tem a sua recompensa no reino do céu, aonde todos são iguais perante Deus.”¹⁵⁴

E completava o Padre Fonseca:

“Estes conselhos, dados com afabilidade pelo confessor, fazem impressão na alma do preto; tranqüiliza o seu espírito e produzem efeito maravilhoso. Posso assegurar, sem receio de errar, que, se todos os fazendeiros do Brasil observarem esta regra, a insurreição seria um crime desconhecido entre nós.”¹⁵⁵

A apropriação da religião pelos escravos descortinava a possibilidade de autonomia social. O domingo, após a missa e de outras tarefas, os escravos teriam permissão para o lazer que incluía “música africana, danças patricias e, alguns jogos de luta”¹⁵⁶ para sua diversão. E se o fazendeiro concordasse com Padre Fonseca, os escravos receberiam aves domésticas para fazer a seu modo um jantar mais farto. Vale lembrar que, como aponta Taunay, a crença nos santos, especialmente por parte dos negros, alegrava e criava esperança nos corações dos escravos: alegria nas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito e esperança nas irmandades dos pretos espalhadas pelo Brasil a fora e instituições que desempenharam um papel para além do religioso, criando laços de solidariedade e sociabilidade através da ajuda mútua (assistência médica, alimentação, funeral, amparo financeiro) entre seus membros.

¹⁵² TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 72.

¹⁵³ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 107-108.

¹⁵⁵ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁵⁶ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 74.

O fim do comércio atlântico de escravos, em 1850, colocava-se como um agravante no sistema escravista até então. Acostumados à compra constante de novos escravos para repor seus plantéis, os fazendeiros viram-se forçados a recorrer a todos os meios para mantê-los sadios e aumentar o número dos que já habitavam suas fazendas. Taunay responsabilizava o “mau sistema e o desleixo do tratamento” pela baixa natalidade entre a população escrava e afirmava: “...logo que tal estado se modifica, e que a sorte dos escravos se torna fixa e tolerável, reaparece a tendência da raça humana para multiplicar, ou ao menos para se conservar no nível.”¹⁵⁷

No mesmo sentido, a escrava que estivesse grávida ou desse a luz merecia “as mesmas atenção de sua senhora e os recém-nascido os mesmos cuidados que os filho do senhor.”¹⁵⁸ Afinal, “as negras que acabam de parir”, dizia Imbert, iriam “aumentar o capital de seu senhor”¹⁵⁹, e não deveria mandá-las para a roça, nem tão pouco as que estivessem amamentando. Antes, devia ocupá-las com serviços domésticos ou moderados, como escolher café, por exemplo. O calor excessivo, a fadiga ou com febres também, na opinião do Padre Fonseca, tornavam o leite nocivo às crianças, cuidados nunca excessivos, posto que “a prole enriquece a seu senhor.”¹⁶⁰

Os filhos deveriam receber a mesma atenção das mães, que incluía cuidados com vestimentas, alimentação e saúde. Ou seja, cuidados com as escoriações na virilha, coxas e nádegas de meninos novos devido a não mudarem freqüentemente de cueiro, sapinhos na boca, tinha, bexiga, sarampo, lombriga. Vigilância constante sobre

“as negras nas senzalas (...) sem atenderem à fraqueza dos órgãos digestivos dos recém-nascidos, dão-lhes algumas vezes, poucos dias depois deles nascerem, alimentos grosseiros, tirados de sua própria comida (...) semelhante maneira de alimentar, em vez de ser proveitosa, faz muito mal às crianças”.¹⁶¹

¹⁵⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 77.

¹⁵⁸ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁵⁹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I. p.32.

¹⁶⁰ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁶¹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I. p.35.

Ou que:

“cortam o cordão muito longe do umbigo e estão de mais a mais no pernicioso costume de lhe porém em cima pimenta, e fomentá-lo com óleo de rícino ou qualquer outro irritante. Feito isto apertam essas malditas o ventre da criança a ponto quase de sufocá-la. Este bárbaro costume corta o fio da vida a muitas e muitas crianças e contribui para desenvolver no umbigo essa inflamação a que no Brasil se dá o nome de mal de sete dias.”¹⁶²

O incentivo à formação da família entre os escravos era um bom negócio não apenas por aumentar as taxas de natalidade e garantir a continuidade da escravidão, mas porque “de todo vinculos são os laços de família que mais fortemente prendem um homem aos seus deveres”¹⁶³. Padre Fonseca argumentava:

“O preto casado ordinariamente tem seus filhos, e os deve amar, assim como a sua mulher; portanto tem mais adesão á casa de seu senhor; e se este trata bem de seus filhos, lhe cria amor, por uma simpática retribuição. Está livre de passear de noite, e perturbar as famílias dos vizinhos, e por isso de sofrer algum desastre.”¹⁶⁴

Para os escravos, a formação da família também poderia significar ganhos. O próprio Padre Fonseca indicava que os escravos casados deveriam habitar cômodos separados e receber suas esposas à noite. Garantia a formação de laços sociais mais estáveis e duradouros. Uma vez constituída a união, principalmente se celebrada pela Igreja, pregava Taunay que “o código para os escravos deve ordenar que jamais os esposos e filhos possam ser separados por herança ou venda parcial, menos nos casos de péssima conduta e incorrigibilidade.”¹⁶⁵

A mão-de-obra escrava era um investimento arriscado, pois imobilizava grande parte dos fundos dos proprietários, e os mais ajuizados consideravam as condições de trabalho e vida dos escravos uma preocupação vívida. Como coloca o Barão de Paty do Alferes, a segunda tarefa diária do administrador de uma propriedade era “ver os doentes e ordenar os remédios”. Os escravos doentes deveriam ser afastados do serviço, e os fazendeiros que

¹⁶² IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I. p.36.

¹⁶³ *Idem*, Introdução. p. XXI.

¹⁶⁴ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁶⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 80.

insistissem em fazê-los trabalhar, corriam o risco de aleijá-los ou “dar cabo” deles, o que seria prejudicial aos seus próprios interesses.

Hospital e médico eram outros requisitos importantes para todas as fazendas “bem regradas”. Taunay indicava que o hospital deveria ficar em local seco e bem arejado, guardado com “camas de tabuado, boas esteiras ou enxergões, lençóis, camisas e tudo que é necessário”¹⁶⁶. Dada as distâncias e a dificuldade de encontrar médicos formados, o Padre Fonseca sugeriria que os fazendeiros se associassem e contratassem um médico para socorrê-los a tempo. Outra necessidade era uma botica e alguns instrumentos de farmácia para que os enfermos mais graves pudessem ser socorridos com brevidade. “O desembolso com medico e a botica não é despeza propriamente dita”, antes, de acordo com Padre Fonseca, “é um emprego de capital que dá lucro, proque livra de grande prejuizo”¹⁶⁷.

É bem verdade que os diagnósticos no século XIX eram frequentemente imprecisos, muitas vezes resumiam-se a febres ou dores. Aí residia um ponto de negociações pela a fuga das tarefas diárias, por melhores refeições, habitação mais salubre ou simples apreço por sua situação. Diante das incertezas a respeito dos exames sobre a saúde dos seus escravos e do fim do comércio atlântico, muitos senhores não podiam negar esses tipos de concessões para garantir a conservação de sua mão-de-obra. As páginas do manual de Padre Fonseca encaminhavam os fazendeiros para que:

“...quando algum[escravo] se queixar de doença deve ser atendido, ainda que seu senhor se persuada que sua moléstia é fingida, pois muitos escravos tem morrido vítimas do cruel abandono de seus senhores, supondo ser fingidas as partes que dão de doentes. É mais justo e prudente dar-se um fazendeiro por enganado do que abandonar o escravo que se queixa de doenças.”¹⁶⁸

Em tempos de fim do tráfico atlântico, a preocupação sobre as doenças e a saúde dos escravos, presentes nos manuais de fazendeiros, revelava-se como um elemento de reordenação das relações entre senhores e escravos.¹⁶⁹ Os significados e as ações da sociedade em torno delas revelavam uma gama de “frestas” para o conhecimento sobre a

¹⁶⁶ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 64.

¹⁶⁷ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 112.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 111.

¹⁶⁹ REVEL, Jacques e PETER, Jean Pierre. O Corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.144.

estrutura e mudanças sociais: dinâmica demográfica, conflitos de classes, formação de identidades, ações públicas, entre outras.¹⁷⁰ A partir desse prisma, surgiam novas possibilidades de investigação das sutilezas e particularidades deste cenário escravista do oitocentos a respeito da saúde e doença da população escrava. Também permitiu observar até que ponto experiências individuais e coletivas de senhores e escravos redefiniram estratégias de sobrevivência, teceram escolhas e moldaram suas práticas culturais resultando em um modelo particular da escravidão no século XIX, apresentada pelos manuais de fazendeiros.

2.2 A medicina nos manuais de Jean-Baptiste Imbert, 1834, Carlos Augusto Taunay, 1839 e Antônio Caetano da Fonseca, 1863.¹⁷¹

Feliz Srs., se tal se acha, meu Manual puder satisfazer mais completamente à vossas vistas, servindo-vos de guia prudente no tratamento de vossas enfermidades e das de vossos escravos.

Jean-Baptista Alban Imbert, 1839.

Nas fazendas dos oitocentos, muitas há dias de viagens das vilas e cidades, vários eram os elementos que faziam os escravos adoecerem. A chegada constante de novos escravos, sustento inadequado, excesso de trabalho, vestuário impróprio, moradias insalubres eram elementos que, juntos ou isolados, fragilizavam os cativos, servindo de mestres de cerimônia para as doenças. Ali, as palavras setecentistas de Antonil continuavam com veracidade absoluta: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda”¹⁷². O Império era, em meados do século XIX, um empreendimento escravista sustentado pelo sucesso do café no mercado exterior e

¹⁷⁰ Como observou Ângela Porto, “a questão da saúde do escravo só aparece pelas frestas da história”, aqui buscou-se, através da historicidade que marca doenças, olhar para as várias dimensões da vida da sociedade escravista do Império. Ver: PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. p. 1020; NASCIMENTO, Dilene Raimundo; SILVEIRA, Anny Torres. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

¹⁷¹ Entre os Manuais estudados somente o do Barão de Paty do Alferes não tem uma parte específica dedicada aos cuidados médicos com a escravaria, por isso não ele não consta na análise deste item.

¹⁷² ANTONIL, André João. *Op. Cit.*, p. 89.

produzido pelo braço escravo.

Ao tempo de seu apogeu, e para mantê-lo, os fazendeiros investiam seus fundos na compra de mais escravos africanos para substituir as perdas e plantar mais café. O Barão de Paty do Alferes justificava essa posição afirmando que “...abundância de braços cativos e o imenso terreno por cultivar esquivam o trabalhador livre do cultivo de nossos campos...”¹⁷³, e nestes termos, era necessário continuar com a escravidão. O fim do tráfico atlântico impôs limites a esse crescimento, como Imbert sintetizou em 1834, dizendo “que a dificuldade de dar substituição ao que se possui fará recorrer aos meios mais convenientes de conservar o que já tem”.¹⁷⁴ E os meios mais convenientes eram melhorias nas condições de vida e o estímulo ao crescimento vegetativo natural da mão-de-obra escrava.

Nesse contexto, as doenças tornaram-se um aspecto interessante no cotidiano escravista. A identificação de determinadas moléstias e suas possibilidades de significados vão muito além do seu aspecto biológico e refletem, também, peculiaridades de um meio social onde estão inseridas. A experiência da doença, nesse sentido, dá-se em virtude de sua infiltração na vida das pessoas e das reações políticas, sociais e culturais que delas podem surgir. Uma doença só passa a existir enquanto categoria clínica quando a sociedade, de modo geral, concorda com a existência da mesma. Ou seja, quando existe a percepção, classificação e repostas à doença.¹⁷⁵

Tais respostas passavam, necessariamente, pela construção do diagnóstico específico a partir da identificação da entidade mórbida, da estruturação do tratamento e da conseqüente legitimação de ação médica sobre a enfermidade. Portanto, o reconhecimento de uma doença por um grupo social particular, em uma temporalidade específica, carrega a incorporação de valores sociais e a re-estruturação de elementos na relação médico-paciente. O diagnóstico, por sua vez, é o ponto central da experiência com a doença, uma vez que abarca significado social e desencadeia a necessidade de repostas que agregam à doença numa teia de significados e de negociações para uma sociedade determinada¹⁷⁶.

¹⁷³ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 62.

¹⁷⁴ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Introdução. p.XXII.

¹⁷⁵ ROSENBERG, Charles. Introduction: "Framing disease: Illness, society and history". In: Charles Rosenberg e Janet Golden (editors). *Framing Disease - Studies of Cultural History*. New Brunswick: Rutgers University Press. 1997. p. 20.

¹⁷⁶ ROSENBERG, Charles. Introduction: "Framing disease: Illness, society and history" ... p. 22.

Na sociedade escravista, hierarquizada e violenta, do Brasil do século XIX, adoecer ou simular uma doença poderia representar para o doente certos privilégios ou, pelo menos, criar espaços para a negociação dentro do cotidiano escravista. Desta forma, as representações sobre as doenças, práticas de saúde e cura no Brasil escravista do século XIX foram construídas a partir da necessidade da manutenção da ordem escravista, do crescimento da produção de café e das limitações a reposição barata e constante de novos escravos, impostas com o fim do tráfico atlântico de escravos. Cientes das incertezas sobre os diagnósticos, os fazendeiros não podiam se furtar a ignorar as doenças ou os seus condicionantes. Padre Fonseca alertava:

“...não se persuadam os fazendeiros que o escravo somente está doente quando o pulso está duro, e grosso, a testa quente; sintomas estes que unicamente exigem muitos fazendeiros, para se certificarem que seus escravos estão doentes, desprezando todos os outros sintomas de enfermidades bem graves, que a sua ignorância desconhece, e entretanto a humanidade sofre...”¹⁷⁷

As reflexões sobre a doença, entendida como representação sobre esta, uma construção social, em uma determinada sociedade e um determinado tempo histórico respondem a demandas da própria conjuntura social. A escassez de médicos no Império, sujeitando fazendeiros, e mesmo qualquer pessoa à influência das medicinas sem formação acadêmica, era uma preocupação dos autores dos manuais. É sob esse olhar que os manuais de fazendeiros buscaram apontar soluções ao problema concreto da reposição e manutenção da escravidão. E alguns, especialmente, detiveram-se mais atentamente sobre as doenças, como o “*Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*” de Imbert, “*Manual do agricultor brasileiro*” de Taunay e o “*Manual do agricultor dos gêneros alimentícios*” do Padre Fonseca, capacitando os senhores leigos, longe dos médicos, aos cuidados médicos e a fabricação de alguns remédios.

Nosso primeiro autor, Jean Baptiste Imbert, como já mencionado anteriormente, radicou-se na cidade do Rio de Janeiro onde exerceu a medicina até 1843. Apresentava-se como antigo cirurgião ajudante Maior da Marinha Francesa e foi um dos mais antigos membros da Academia Imperial de Medicina, para a qual foi eleito membro titular em 1835.

¹⁷⁷ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 111-112.

Acumulava, também, o título de membro honorário da Sociedade Real de Medicina de Marseille. Pautado em sua experiência, assim anunciava sua obra:

“...apliquei-me seriamente á prever a generalidade das necessidades médicas que poderiam por ventura ocorrer na posição ideal, que me tinha criado [fazendeiro e médico formado] meditando, e trabalhando sobre esse fundo, minha tarefa tornou-se mais mais, e os resultados, eu folgo de pensá-lo, muito mais satisfatórios.”¹⁷⁸

“Um pequeno tratado alfabético das principais doenças que acometem os pretos”: com esse título, Taunay cumpria a promessa feita na introdução de seu *Manual do Agricultor*. O autor reunia no final do livro, “para comodidade dos fazendeiros e moradores que não podem ter a mão um facultativo”¹⁷⁹, as doenças que julgava mais freqüentes entre os escravos e que podiam ser curadas pelos próprios fazendeiros. Para tal feito, recorreu aos conselhos do Dr. Senechal, justificando sua escolha do médico francês por ser este “bem conhecido nesta Corte por sua habilidade e filantropia, o qual, tendo estudado a fundo a medicação dos Africanos, apresou-se em por a disposição várias notas que escrevera par uso dos fazendeiros que o tem consultado”¹⁸⁰

O terceiro manual, escrito pelo Padre Fonseca, reconhecia a necessidade de somar, ao final do livro, um: “...pequeno tratado de medicina doméstica para os fazendeiros”. Sem formação acadêmica e ciente das dificuldades, o autor recorreu a um dos primeiros manuais de medicina a circular pelo Brasil. Nas palavras de Fonseca: “....julgo de suma importância adicionar a este opúsculo um resumido tratado de Medicina domestica, extraída da obra do Dr. Buchan, de que me tenho servido com felicidade para curar minha família...”¹⁸¹

Padre Fonseca optou por resumi-lo, em anexo ao seu manual, *Medicina Doméstica*, do médico William Buchan. Esta obra foi impressa pela primeira vez em Edimburgo em 1769, e abordava temas relativos à prevenção e à cura de doenças sob uma perspectiva claramente higienista. Parece ter sido o primeiro manual de medicina popular a circular e se espalhar no Brasil ainda durante o século XVIII. Seu sucesso se media não apenas pelas

¹⁷⁸ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Prefácio.

¹⁷⁹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 11.

¹⁸⁰ *Idem*, Introdução. p. 10.

¹⁸¹ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 121.

diversas traduções e edições, mas por ter conservado sua influência ao longo no século XIX, quando Padre Fonseca redigiu seu manual. A obra de Buchan teve, pelo menos, duas diferentes traduções para o português, a de Francisco Pujol de Padrell Filho, e a do Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva.¹⁸²

Os manuais guardam algumas semelhanças. A primeira característica em comum era a forma pedagógica de organizar os conteúdos, subdivididos em vários capítulos. Ambos procuraram seguir uma ordem lógica, falando das causas das doenças, de uma forma geral, e depois tratando particularmente de cada uma e por fim, indicando um tratamento, que quase sempre era uma solução higiênica. Em seguida, abordavam cada doença, individualmente, indicando, ao final, um tratamento. O tratado resumido por Padre Fonseca continha, por exemplo, trinta capítulos que pretendiam dar conta desde as febres, sintomas freqüentes – divididas em três capítulos diferentes – até problemas femininos, sem esquecer das necessidades das crianças.

Outra semelhança era a prescrição do receituário, indispensável aos fazendeiros, que apresentava remédios e suas indicações. Nele estavam as substâncias necessárias para a produção dos medicamentos, as doses, indicações e modo de usar. Remédios que poderiam ser usados em situações de emergência, devendo os fazendeiros tê-los sempre à mão. Taunay indicava a aplicação de “*ceroto*” para o tratamento das feridas provocadas pelos bichos de pé. Para além do modo de uso, ensinava o preparo: “derretendo, a um calor moderado, cera branca e azeite (um pouco mais desta substância), ajuntando-se hum pouco de água a mistura, e mexendo com espátula para que esfrie.”¹⁸³ Ou o cuidado em esclarecer, em nota de pé de página, o valor correspondente a oitava de quina usada para “*cortar*” a febre: “uma oitava de quina corresponde a 5 ou 6 grãos de sulfato de quinina.”¹⁸⁴

Para legitimar sua posição médica e suas prescrições, estabeleciam, também, diálogos com outros médicos da época através de citações ou indicações de colegas famosos no campo científico. Imbert recorria constantemente ao nome e à produção do colega da Academia Imperial de Medicina, o Dr. Cruz Jobim. No capítulo XXXVIII, dedicado as

¹⁸² GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Op. Cit.*, p. 28.

¹⁸³ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 258.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 262.

substâncias medicinais curativas do Brasil, o médico frisava que seus escritos tinham por base a tese do “*Sr. Conselheiro Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, Cirurgião Mor do Império e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*”, referindo-se às validações do saber acadêmico.¹⁸⁵ Taunay buscou o auxílio do renomado naturalista alemão Ludwig Riedel na redação do anexo “*Mapa das plantas econômicas e medicinais as mais usadas na economia e medicina doméstica brasileira*”.¹⁸⁶

Direcionados no sentido de amenizar a ausência de médicos, os manuais fugiam das concepções mágicas tão presentes na medicina praticada no Brasil desde os tempos coloniais. O panorama da medicina no Brasil oitocentista incluía a medicina científica e acadêmica, praticada por médicos diplomados, e uma vasta gama de “outras medicinas”¹⁸⁷ praticadas em vários graus de informalidade pelos escravos ou por indivíduos que se valiam de seus diferentes saberes para sobreviverem. Sem contar os apelos ao mundo da fé, onde o curador não existe fisicamente. São os santos protetores de determinada parte do corpo, são os ditados populares seguidos com fé, são as águas bentas, as promessas e rezas, enfim, “com fé até água fria é remédio”.¹⁸⁸

Diversidade e ambigüidade foram as marcas da medicina no século XIX, formando um mundo da cura baseado nas interações entre tradição popular e o saber acadêmico. A população desenvolveu formas próprias de intervir no corpo doente, e a cura não era exercida apenas por aqueles que possuíam formação acadêmica. Na verdade, a escassez de médicos criava um cenário propício para a invenção e recriação de saberes. Há espaço para curadores, rezadores, conhecedores de ervas e raízes, praticantes de simpatias, barbeiros, parteiras, sangradores que utilizavam para a cura uma sabedoria baseada em fórmulas próprias, na qual a qualidade de saber ouvir e ver o doente, a fé nos procedimentos e em sua experiência eram usados no receituário e no tratamento dos doentes. Curadores sem nenhuma formação

¹⁸⁵ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, p. 297.

¹⁸⁶ Este apêndice contém o nome popular, o nome científico, as subespécies e as aplicações medicinais de cada planta. TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 313-328.

¹⁸⁷ Por “outras medicinas” entende-se as práticas e os procedimentos de todos os que, tendo passado por um aprendizado informal, fora da academia de medicina, ocupavam-se da arte da cura e que, de alguma forma, o discurso médico procurava desqualificar. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de Curar. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p.50.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.116.

acadêmica, suas técnicas e saberes eram aprendidos com aproximação com os mais velhos, e a transmissão de conhecimentos dava-se através da prática e da oralidade.¹⁸⁹

A população espalhada pelo interior do país, e mesmo nas cidades, recorria aos seus serviços. Em muitos lugares, havia o hábito de resolver os problemas de saúde sem obrigatoriamente recorrer aos médicos. As primeiras providências relacionavam-se com práticas caseiras, conversas com os mais velhos e orientações com o boticário. Cabe lembrar que parte da população via com desconfiança os médicos, buscando antes os chás, as mezinhas e os remédios caseiros. O médico era chamado em casos de emergência, quando os problemas de saúde se agravavam e não tinha sucesso as práticas conhecidas já testadas. Nestes casos, as chances de cura ficavam diminuídas e não era difícil associar a presença do médico ao fim do doente.¹⁹⁰

De modo geral, a medicina acadêmica no século XIX buscava reafirmar sua competência na prática da cura através do processo de ordenar e civilizar a população. O saber médico acadêmico como instituição objetivava impor-se como único e verdadeiro, para isso, também, realizou um movimento de descrédito de toda a tradição das “artes de curar”. Para o discurso médico, o fato de não ter cursado uma das faculdades de medicina era o suficiente para ser enquadrado como charlatões. Contudo, o mundo da cura e seus representantes no Brasil oitocentista estavam permeados por influências mútuas. Havia, por um lado, o conflito entre a medicina científica e as formas tradicionais, eminentemente práticas e muitas vezes mágicas do exercício popular da cura. Por outro lado, as relações, superposições e interpenetrações entre a medicina acadêmica e as práticas de cura construídas e transmitidas pelo saber do povo.¹⁹¹

Não é possível identificar práticas populares no que se refere às curas que não tenham a presença do saber acadêmico, assim como, de certa forma, é possível identificar na prática do saber acadêmico a absorção da experiência popular. Tão forte

¹⁸⁹ O termo “curador” abrange todas as pessoas que praticavam as artes de curar no século XIX, essa abordagem permite aproximar os curadores, independente da sua formação, em torno de um objetivo comum: a cura e o alívio dos doentes. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 50.

¹⁹⁰ O termo “curador” abrange todas as pessoas que praticavam as artes de curar no século XIX, essa abordagem permite aproximar os curadores, independente da sua formação, em torno de um objetivo comum: a cura e o alívio dos doentes. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁹¹ *Ibidem*, Ver especialmente: Capítulo 1: Os percursos da cura no século XIX e Minas Gerais. p. 39-82.

era a tradição da fé, por exemplo, que invadia a própria atuação do médico através da recomendação de rezas para reforçar os remédios prescritos ou o apelo às almas de outro mundo em meio a uma cirurgia difícil. O relato de um médico da cidade de Montes Claros permite visualizar essas sobreposições. Ele atribuía o sucesso de uma cirurgia à alma de Joaquim Nagô: “Passe a mão na pinça, peguei com a lama de Joaquim Nagô. Uma ave-maria, se ele me ajudasse(...)”,¹⁹²

Dentro das interações culturais entre essas medicinas – o mundo acadêmico e o mundo popular –, que ocorrem ao longo de todo o século XIX, coincidindo com a consolidação do saber médico acadêmico no Brasil, solidificado em torno das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia e da Sociedade Imperial de Medicina, pode-se identificar os manuais de medicina. Quando o curador consultava os “*guias de saúde*”, elaborados por médicos formados, estava, de algum, modo, tentando guiar-se pelos padrões da medicina acadêmica. No contexto escravista, os manuais de fazendeiros, destinados a atender aqueles que estavam longe das cidades e em locais de difícil acesso aos médicos formados pelas academias, estabeleciam um diálogo entre o saber acadêmico e o público leigo. Fazendeiros, capacitados pelos manuais, tomavam-se curadores, “médicos” daqueles que viviam sob seu governo, escravos, agregados e familiares.

Compreendidos sob essa ótica, os manuais tornaram-se elementos, entre outros, que figuravam nos caminhos do mundo da cura, o intuito que pode ser percebido nos seus conteúdos e re-edições. E não só eles, os almanaques e os periódicos médicos tiveram também um importante papel na divulgação da medicina científica entre a população leiga. Através deles, os proprietários rurais puderam se inteirar de diagnósticos e tratamentos médicos para as principais doenças que acometiam seus escravos e familiares. Como almejava Imbert:

“... penetrar melhor vossas necessidades na ausência, em que pela maior parte vos achais, dos socorros inteligentes da Medicina ...”¹⁹³

Especialmente no século XIX, onde se buscava soluções para a manutenção da escravidão sem a reposição do tráfico atlântico, a publicação dessas obras voltadas aos

¹⁹² FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Op. Cit.*, p. 224.

¹⁹³ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Prefácio. (grifo meu)

fazendeiros evidenciava que as doenças eram mais que meros eventos biológicos. Assim, as doenças que acometiam os escravos ganharam atenção maior ao ponto de Imbert publicar um manual em 1834 exclusivamente para atender os fazendeiros, sugerindo ações que os proprietários deveriam seguir para o controle, combate e prevenção das enfermidades de seus escravos. Os textos eram voltados ao público sem formação acadêmica e com dificuldades, de diversas ordens, em encontrar os médicos no Brasil dos oitocentos. Ao atender um interesse do cotidiano escravista - a cura de doenças -, esses manuais iniciavam seus leitores aos conhecimentos médicos científicos da época.

O isolamento e a distância entre grandes propriedades obrigavam os fazendeiros a cuidar de tudo e de todos - aí se incluem os escravos. “Por isso seria mui conveniente que os fazendeiros soubessem alguma coisa de Medicina, não só para atalharem progresso das enfermidades, como para conhecer as mais graves, e mandarem chamar os facultativos a tempo”.¹⁹⁴ Os manuais serviam como ferramentas importantes no tratamento dos doentes, pois traziam a “composição de uma pequena caixa farmacêutica, com o uso de medicamentos, assim como do tratamento de certas doenças mais triviais entre os pretos”.¹⁹⁵ Para padre Fonseca, a existência de uma botica em casa era fundamental, “pois muitas vezes está o médico em casa, e enquanto se vai à botica a enfermidade faz progresso, e torna ineficaz o curativo”.¹⁹⁶ Outra recomendação de padre Fonseca, era que os proprietários tivessem uma enfermaria para abrigar os escravos doentes.

Nesse sentido, ainda que exercida pelos fazendeiros, a consulta aos manuais abria uma via pela qual a medicina acadêmica se disseminava entre a população. Os proprietários rurais, munidos desses manuais, podiam acudir não apenas a seus escravos, mas seus familiares e agregados também. Era a medicina acadêmica adaptada “à inteligência de todo os agricultores”¹⁹⁷, entrando nas fazendas isoladas ou afastadas dos médicos formados, estabelecendo uma comunicação entre o saber acadêmico e o conhecimento popular, ao mesmo tempo em que dividia espaço em um universo onde a prática de “outras medicinas” já

¹⁹⁴FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 112.

¹⁹⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 11. grifo meu.

¹⁹⁶ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 112.

¹⁹⁷ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 113.

era muito conhecida pelos senhores e pelos escravos. Dessa forma,

“a arte de sangrar exerceram-na, no Brasil colonial e do tempo do Império, escravos africanos que foram também barbeiros e dentistas; e o mister das parteiras, exerceram-no ao lado de brancas e caboclas boçais, negras nas mesmas condições, todas apelidadas de comadres. Comadres que além de partejares, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas e benzeduras.”¹⁹⁸

No universo escravista, o “dever” de tratar de seus escravos nas enfermidades transformou os senhores em curadores. Nas memórias de Maria Paes de Barros, os escravos doentes da fazenda eram tratados por sua mãe, que possuía um “singular tino médico”. A família Paes de Barros possuía fazendas de café na região de Piracicaba, onde quem assumia as decisões de ordem médica era Dona Felicíssima, a mãe da memorialista, ajudada pelo manual do Dr. Chernoviz. Todos os dias a senhora, auxiliada por uma “preta enfermeira”, visitava a enfermaria aplicando cuidadosamente os medicamentos, usando somente processos brandos (cataplasmas, fomentações e chás por ela mesma preparados) e determinando a dieta dos doentes.¹⁹⁹

Dona Felicíssima possuía uma farmácia valiosa, composta por um “vasto sortimento de drogas”, tais como sal amargo, láudano, linhaça, ruibarbo, elixires vermífugos, arnica, purgantes, xarope de agrião, pomadas e unguentos, entre outros. “A bem sortida farmácia da mamãe servia principalmente para acudir os escravos nas suas enfermidades e acidentes, bem como aos colonos ainda mal aclimatados”²⁰⁰. Segundo a autora, muita gente, inclusive os europeus recém-chegados, era curada de suas doenças e feridas pelos cuidados e remédios da farmácia da mãe.

A leitura dos manuais não deixa dúvidas de suas pretensões. Colocavam como fundamental remediar os abusos cometidos na tentativa de curar as enfermidades que grassavam nas áreas rurais não assistidas por médicos. Tanto é que o autor do “*Manual do Fazendeiro*” não deixou de registrar no prefácio de seu manual a sua posição:

¹⁹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 39ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. p. 416.

¹⁹⁹ BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. 2ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998.

²⁰⁰ BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. 2ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998. p. 66-67

“... Refletindo sobre os erros irreparáveis, que nascem incontestavelmente da pratica medica popular ... veio-nos o pensamento de os remediar, tanto quanto coubesse em nosso poder, uma instrução própria a dirigir os Proprietários distantes de todo o socorro, no tratamento das enfermidades dos negros, de seus estabelecimentos ...”²⁰¹

Ao fim e ao cabo, os autores dessas recomendações eram enfáticos em afirmar que seus conselhos eram fáceis, praticáveis e visavam impedir os “erros irreparáveis” ou ainda a consulta aos “charlatões”, como se assinalava Imbert:

“...quem não conhece pois tudo que é arbitrativo na aplicação de remédios, e que o acaso é sempre hum guia que nos conduz ao mal! He hum verdadeiro empirismo, empirismo cego, e só comparável ao que precedeu o nascimento da Medicina, quando se expunham os enfermos nas ruas e caminhos públicos, a fim de que os que passavam lhes indicassem cada um o tratamento que julgava mais próprio á sua cura.”

Assim, normas médicas foram sendo disseminadas nestes manuais, que cumpriam o papel de fazer circular idéias da medicina dita científica. Tempo em que práticas mágicas, a religião e a ciência andavam misturadas, aconselhar e preferencialmente ensinar os fazendeiros e a população em geral era bastante proveitoso. Os autores não pretendiam substituir médicos por manuais, tinham por objetivo esclarecer e municiar os fazendeiros para evitar perdas maiores. Padre Fonseca justificava a inclusão do resumo da “*Medicina Doméstica*” do Dr. Buchan em seu manual, pois assim

“se podem socorrer os fazendeiros no curativo de suas famílias, enquanto não chega o medico, e mesmo em sua falta: pois a maior parte das enfermidades, socorridas a tempo, se curam facilmente, mas deixando-as progredir tornam-se ordinariamente incuráveis pois a maior parte das enfermidade, socorridas a tempo, se curam facilmente, mas deixando-as progredir, tornam-se ordinariamente incuráveis”²⁰²

Além da preocupação em difundir normas de higiene, havia um esforço de informar as regras e as formas de tratar os doentes e suas doenças, objetivando levar o médico e a medicina nos lugares nos quais eles não eram encontrados facilmente. Assim, os manuais são ricos em descrições de características, sintomas, meios de transmissão e incidência das doenças. Imbert fazia a seguinte diferenciação entre os dois tipos de boubas por ele diagnosticados:

²⁰¹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Prefácio. (grifo meu)

²⁰² FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, p. 121.

“... Elas formam duas variedades: a primeira consiste em pústulas, que fazem sobre a pele um relevo de uma a três linhas(..), de forma arredondada, deixando constantemente exsudar um fluido mucoso, incolor, assas abundante, apresentando todos os caracteres das pústulas sifilíticas chamadas chatas ou úmidas. Costuma atacar o começo das membranas mucosas (margem do anus, na boca, no nariz, as vezes o véu palatar). Consideradas primitivas porque sucede quase sempre depois do comercio impuro e se desenvolve em poucos dias”.

A segunda é chamada consecutiva ou seca desenvolvida depois da cura aparente de sintomas venereos ou durante sua existência. Ataca as partes pilosas (pernil, escrotos, barba, couro cabeludo, palmas das mãos e plantas dos pés ocasiona perfurações regulares, gerando dores insuportáveis; chamado cravos de bobas. Em outras partes oferecem tubérculos em forma de verrugas, ligeiramente fendidas chamadas framboesia”²⁰³

Eram também ricos nas instruções sobre tratamento e cuidados que deveriam ser aplicados aos escravos doentes. Na cura de escravos opilados, por exemplo, recomendava Imbert que o fazendeiro:

" ... substituísse por uma dieta succulenta e animalizada a dieta farinácea; que forma geralmente a base do regime dos opilados; administrar a limalha de ferro na dose de doze grãos até uma oitava por dia, aumentando progressivamente as primeira doses; dar meia onça até uma onça de xarope antiescorbútico do Portal, sem adição de muriato supra-oxigenado de mercúrio, ou substituir pelo elixir amargo de Peyrilhe, e associar à estes medicamentos todos os recursos higiênicos necessários ...”²⁰⁴

Para a divulgação dos ensinamentos contidos nos manuais, tanto Buchan, no século XVIII, quanto Imbert, no século XIX, buscaram adaptar o conhecimento científico da linguagem erudita da medicina para a linguagem leiga. Isso possibilitava mais um elo entre a medicina acadêmica e aos fazendeiros, quiçá a população em geral. Exemplo que pode ser visto nas paginas do manual de Taunay, quando descreve a sífilis:

“As úlceras nas partes genitais, chamadas vulgarmente de cavalos, são sinais menos equivoco do sífilis. Eles principiam por um pequeno botão avermelhado que rompe, depois de 12 a 15 horas de insuportável comichão, em breve a chaga se estende, oferecendo um fundo denegrido, e beiras levantadas irregularmente e mui dolorosa.”²⁰⁵

²⁰³ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II. p. 22.

²⁰⁴ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I. p. 235.

²⁰⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 263.

Lidos e relidos, eles tornavam possível aos proprietários rurais o conhecimento e a práticas de alguns procedimentos e medicamentos que chegavam aos doentes. Assim, para aconselhar e instruir a distância aos senhores de escravos, Imbert escrevia:

“para alcançar o fim a que nos propomos, era preciso clareza nos principias, simplicidade nos meios e pormo-nos ao alcance das pessoas, para quem mais particularmente escrevemos. A nossa linguagem será por tanto o mais que nos for possível, clara e precisa”²⁰⁶

Nesse sentido, ao descrever as febres, preocupou-se em esclarecer: “...Tipos é o nome com que em Medicina se designa estes intervalos mais ou menos demorados dos acessos, e assim dizem os Médicos, febres tipo quotidiano, terçã, quartã, quintã, maleitas...”²⁰⁷ Mesmo princípio presente no receituário de um medicamento para as febres intermitentes:

“...esta bebia não contem sulphato de quinina, e prepara-se pela maneira seguinte:
Tartaro estibiado(Tartrite de potassa antimoniado).....1 grão
Água.....8 onças
Xarope de diacodio.....1 onça
Gomma alcatira.....24 grãos
Água de for de laranja.....2 oitavas”²⁰⁸

Os manuais funcionavam como um tradutor de idéias científicas, até então só acessíveis aos iniciados na medicina. Eram obras científicas voltadas aos fazendeiros sem formação médica, a partir da necessidade de uma obra de “*medicina doméstica*”, devido à escassez de médicos pelo Brasil. Para atingir seus objetivos, era fundamental que seus autores utilizassem uma linguagem acessível ao público. O fazendeiro-leitor, então, encontraria nestes manuais uma tentativa de conciliar o conhecimento científico com a sua capacidade de compreensão, atendendo às suas necessidades curativas. Esse compromisso aparece logo na Introdução, onde Imbert afirma:

“...não fiz mais do que, de certo modo, reproduzir os preceitos gerais que outros escritores mais hábeis têm dado muitos anos antes de mim sobre higiene, mas com a notável diferença de que eles estavam dirigidos por vistas científicas...”²⁰⁹

²⁰⁶ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Introdução. p. XVIII.

²⁰⁷ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Introdução. p. XVIII Tomo II. p. 243.

²⁰⁸ *Idem*, Tomo II. p. 253.

²⁰⁹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Introdução. p. XXIV.

Cabe lembrar, que os manuais não dispensavam o médico formado em algumas situações. Assim, advertia Taunay que se a retenção de urina não parasse com o tratamento indicado, o fazendeiro deveria a um “cirurgião para sondar e esvaziar a bexiga.”²¹⁰ Ou quando as feridas causadas pelos bichos de pé fosse profunda e atingisse as falanges dos dedos era indispensável a amputação e, isto, “cai na alçada de um facultativo”.²¹¹ No caso de fratura, o membro necessitava ser colocado “na maior extensão possível, e fazer observar a mais completa imobilidade até a vinda do cirurgião”²¹²

Os resultados das interações entre os fazendeiros leigos e os manuais criavam uma versão popular da medicina acadêmica, e uma versão científica das práticas populares. Além dos fazendeiros, outros curadores podiam apropriar-se desses manuais e utilizá-los em seus ofícios das artes de curar, dando uma chancela científica as suas práticas. O exemplo da “Medicina Domestica” do Dr Buchan – que aportou no Brasil nos setecentos e manteve-se importante até o ano de 1863, quando foi incorporado resumidamente ao manual do Padre Fonseca – permitiu avaliar o quanto foi fecundo o campo para esse tipo de publicação. Sua leitura possibilitaria ao fazendeiro assegurar a saúde e a curar das doenças entre os escravos, garantindo a manutenção da sua mão-de-obra para prosperidade de suas fazendas.

²¹⁰ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 263.

²¹¹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 257.

²¹² *Idem*, p. 250.

3 O CORPO: DOENÇAS E CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESCRAVOS

Parece incrível que haja precisão de recomendar que se tome cuidados dos pretos doentes, pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem. Mas o desleixo e o abandono são tais em muitas partes, que somente na ocasião de perigo iminente é que se dá fé do estado dos escravos.

Carlos Augusto Taunay, 1939

Narciza, 22 anos, de nação... seria apenas mais um dos 226 escravos arrolados no inventário *post-mortem* de Dona Maria Adelaide de Oliveira Braga, em 1855, se não fosse a ressalva feita logo a seguir dessa descrição inicial. Uma observação significativa de sua vida encontra-se registrada nesse documento: estava “aparentemente doente”.²¹³ Tal condição, embora desconhecida a doença oferece a possibilidade de conhecer diversos aspectos do cotidiano escravista e a sua representação na sociedade oitocentista. Em vista das incertezas em torno dos diagnósticos, abria-se um espaço para negociação de melhorias de vida, para a fuga das tarefas diárias e para a manipulação de medos que, nem senhores, nem escravos deixavam de usar em benefício próprio. Em épocas que não havia franca reposição do braço escravo, as doenças poderiam representar algo além do evento biológico. Diversas moléstias não tinham sintomas claros, e a dimensão do mal-estar e o quanto isso impossibilitava a realização de suas tarefas cotidianas ficava a cargo da descrição do próprio doente.

Nos inventários *post-mortem*, entre 1830-1871, as doenças eram registradas junto ao valor que deveria ser atribuído ao escravo, havendo uma relação entre imperfeições, moléstias e patrimônio que norteava as anotações feitas nos inventários *post-mortem*. Esse tipo de documentação jurídica apresentava uma exposição detalhada do patrimônio da pessoa falecida para que se pudesse proceder à partilha. O objetivo era o levantamento minucioso e avaliação de todos os bens: imóveis, animais, colheitas, plantações, móveis, jóias, objetos domésticos, ferramentas e escravos, todos os elementos que constituíssem algum tipo riqueza. Do

²¹³ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Adelaide de Oliveira Braga. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663634004, 1855.

momento da abertura do inventário e até a partilha, cabia ao inventariante administrar provisoriamente a herança. A escrita objetiva do relato das ações cotidianas para a manutenção dos bens acabou produzindo testemunhos do modo de ser e agir dos cafeicultores. E é nesse ponto, que os inventários tornam-se fonte inesperada para focalizar as relações escravistas.

Durante o tempo do processo na justiça, aconteciam fatores, como a morte ou nascimento de escravo, cumprimento de condições, como a prestação de serviços por tempo determinado, ou mesmo a compra da alforria pelos escravos, gastos na sua manutenção dos escravos e alterações no patrimônio líquido do inventariado com a perda de valor patrimonial, devido a escravos inutilizados pelas moléstias ou venda de alguns deles. O inventário de Luiz Gomes Ribeiro, que reunia as propriedades de Guaribú e o sítio dos Encantos, apresentava, em janeiro de 1841, “relação dos escravos nascidos durante o inventário” com 13 escravos, de até 1 ano de idade, somando um total de 692 mil réis.²¹⁴ Em 1874, durante o inventário do barão de Guaribú, houve o pedido de liberdade do escravo Sebastião benguela. Em resposta, os herdeiros do barão afirmaram que: “...concederão a liberdade pelo escravo mediante a quantia de 700\$000 réis preço que foi avaliado...” e “...requer a Vossa Senhoria servir ordenar que se passe licença o excelentíssimo barão da Paraíba testamenteiro e inventariante dê carta de liberdade ao escravo...” Todos os passos depois, não se sabe, mas o nome do escravo aparece relacionado ao montante acumulado com a venda ou alforria dos escravos.²¹⁵

O interessante nesse tipo de documento é constatar que se, como a doença impossibilitava o cativo para o trabalho, diminuía-se o valor do patrimônio a ser considerado e, conseqüentemente, da mão-de-obra necessária para as diversas atividades da fazenda. Exemplo que pode ser visto no curioso caso de Narciza, onde seu provável estado de doente resultou na sua avaliação em 250\$000 réis, enquanto a escrava Maria da Glória, 30 anos, e também, de nação, “saudável” foi avaliada em 500\$000 réis, o dobro do valor, ou que Margarida, 30 anos, de nação, embora “doente”, foi estimada em 350\$000, todas pertencentes

²¹⁴ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663157010, 1841.

²¹⁵ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Claudio Gomes Ribeiro de Avelar, Barão de Guaribú. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 103664155001, 1863.

a mesma senhora.²¹⁶ Por outro lado, as doenças ou imperfeições de cativos catalogadas permitem perceber outras as possibilidades, como o desvio para funções mais leves e adequadas a sua nova condição física.

A baronesa de Paty do Alferes, nomeada inventariante dos bens do marido, entre 1862 e 1866, registrava cuidadosamente todos os fatos que julgava importante. Desse modo, o inventário do barão de Paty do Alferes contém passagens importantes das condições de vida que os escravos estavam expostos, como na descrição a seguir: “Os escravos eram os mais propensos às infecções respiratórias, pois a debulha e abanação de café nos terreiros castigados pelo sol com peneiras e pilões levantavam uma poeira fina ‘prejudicial à saúde dos escravos’ em geral e em particular aos pulmões, pele e olhos.”²¹⁷ Era outra forma de narrar o cotidiano, apropriada a partir das estratégias elaboradas para garantir o controle das informações para a preservação do patrimônio: dinheiro que se emprestou, dívidas, gastos corriqueiros, investimentos nas propriedades, lucros e prejuízos com as colheitas.

Inicialmente, as informações sobre os escravos pareciam mais uma lista de bens, como qualquer outro avaliado. Como de praxe, na documentação seguiam as seguintes informações: nome do escravo, origem, idade, cor e valor²¹⁸. Mas, examinadas atentamente, revelam um componente qualitativo que complementava o relato quantitativo. Informações adicionais, tais como se possuíam filhos, se casados, ocupação, fugitivos, doentes, mortes e nascimentos, para além do sentido meramente demográfico – estrutura e movimento da população escrava – e à medida que se investigava as causas e as consequências de tais elementos, permitiam identificar as relações destes com a vida em sociedade.²¹⁹ Assim, através das doenças e sintomas, era possível avaliar as estruturas socioeconômicas em que a população escrava de Vassouras vivia.

²¹⁶ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Adelaide de Oliveira Braga. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 10266363004, 1855.

²¹⁷ STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 226. O autor transcreve o trecho do “Relatório do Estado de nossa casa desde 6 de dezembro de 1862 a 6 de dezembro de 1863.” presente no inventário do barão de Paty do Alferes. Infelizmente, hoje, essas páginas não existem no documento original, restando apenas o relato de Stein, escrito na década de 1960.

²¹⁸ Em alguns casos, os registros não traziam todas essas informações citadas.

²¹⁹ Definição proposta em: COSTA, Iraci del Nero da; e MOTTA, José Flávio. Demografia histórica: da sementeira a colheita. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*. São Paulo: ABEP, n14, p. 151/158, 1997.

3.1 Doenças

Neste resumo só trato das enfermidades principais que acometem a família, e que podem ser curadas pelos fazendeiros, explicando neste tratado somente sintomas das enfermidades, sua dieta e curativos, omitindo tudo mais que pertence especialmente aos facultativos.

Antônio Caetano da Fonseca, 1863.

Nos inventários foram arrolados 21.715 escravos, divididos em dois períodos: 7215 cativos, entre 1830-1850, e 14500 indivíduos, entre 1851-1871, representando um aumento extraordinário na população escrava de Vassouras. No primeiro período, 237 dos cativos tinham alguma observação sobre seu estado físico ou de saúde, correspondente a 3,8% do total. Para o segundo momento, o número subiu para 1137 escravos com notações, equivalente a 7,8% da população. O aumento do número de doentes após 1850, além de comprovar a alta concentração da população escrava em Vassouras, esteve relacionado às condições de produção do café. Esse período foi caracterizado pela expansão das lavouras e por uma exigência maior do trabalho cativo. A valorização dos escravos no mercado também deve ter contribuído para que os registros dos escravos doentes fossem mais precisos nos inventários. Embora a variação das doenças impressione – a incidência de escravos doentes dobrou de um período para o outro – o aumento, quando analisado entre as faixas etárias, revelou dados importantes para se ter uma noção mais exata dessa população.

Em parte, o problema de recriar o quadro das doenças era a imprecisão na identificação das enfermidades, pois uma doença, de acordo com o saber médico ou popular da época, poderia ter mais de uma denominação, a exemplo dos escravos com hanseníase,

identificados por “mal de lazaro”, “leproso”, “morfético”.²²⁰ Ou, ainda, a anotação era apenas de sintomas, como “doente”, “achacado” ou “pernas inchadas”. Apesar disso, a identificação permitiu estabelecer, mesmo que de maneira genérica, como se apresentava o quadro das doenças, da saúde e seus condicionantes sociais na época.

A tabela 1 a seguir foi confeccionada para demonstrar as particularidades dos grupos de doenças, obedecendo à parte afetada do corpo. A maioria dos registros trazia apenas uma nomenclatura vulgar para as moléstias e sintomas, portanto a nomenclatura atualizada foi organizada de acordo com “História da Medicina no Brasil”.²²¹ Dito isso, foram definidos os seguintes grupos: órgãos do sentido, infecto-parasíticas, sistema nervoso e neuropsiquiátrico, nutricionais e reumáticas, respiratórias, sistema circulatório, sistema geniturinário, sistema digestório, traumas e mal definidas.²²² A inclusão dos traumas e das doenças mal definidas na análise da população escrava de Vassouras permite pensar as condições de vida de maneira abrangente.

²²⁰CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13> Acessado em: 20 de nov. de 2009.

²²¹SANTOS FILHO, Licurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP.1991.

²²²Estes grupos de doenças possuem definição semelhante a utilizada por KARASCH, Mary. *A vida dos escravos nos Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 210.

TABELA 1
PRINCIPAIS GRUPOS DE DOENÇAS DOS ESCRAVOS DE VASSOURAS, 1830-1871.

Grupo	Doenças
Doenças dos Órgãos do Sentido	Cegueira (cego, sem olhos, falta uma vista); Problemas visuais (belide, doente dos olhos, olho torto); Problemas auditivos (doente dos ouvidos, surdo)
Infecto-parasíticas	Bouba (bobas, cravos de bolbas, bobento, feridas bubáticas); Erisipela; Filaríose (morféia, elefantíase); Opilação (opilado); Tuberculose (rendido ou doente do peito); Malária (febre terçã)
Sistema Nervoso e Neuropsiquiátrico	Epilepsia (gota coral); Paralisia (braço ou perna esquecida, parálítico); Alienação mental (doido, louco, pateta); Histeria.
Doenças Reumáticas e Nutricionais	Caquexia (caquético); Reumatismo; Gota.
Doenças Respiratórias	Asma (asmático)
Sistema Circulatório	Problemas cardíacos (sofre ou doente do coração)
Sistema Geniturinário	Problemas uterinos (rendida ou quebrada da madre, do útero).
Sistema Digestório	Problemas de estômago (doente, sofre ou rendido do estômago); Problemas do fígado (sofre do fígado); Problemas intestinais (sofre ou rendido do intestino).
Trauma	Deformações (torto, coxo, defeituoso, quebrado das costas); Mutilações (aleijado, falta ou sem mão/pé, perna de pau); Hérnias (rendido ou quebrado da virilha, do umbigo); Ferimentos (feridas, chagas, chagoso).
Mal Definidas	Doente (adoentado, sempre doente, muito doente); Dores (dor ou sofre nas pernas/pés/mãos), Pernas/Pés inchados; Pernas Tortas (zambo, cambaio).

Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871.*

Juntos, tramas e doenças mal definidas atingiam mais de 70% dos escravos relacionados para todo o período. Um escravo “doente” ou com “dores”, embora alguns dos sintomas pudessem ter sido apenas uma indisposição momentânea, evidenciava a propagação das moléstias entre os cativos. Se considerados os escravos “aleijados” ou “feridos”, cerca de 30% dos escravos com algum problema de saúde, relacionados nos inventários de 1830 a 1871, teve ou tinha problemas físicos gerados por moléstias ou acidentes. Essas informações indicam a relação que havia entre imperfeições, doenças e patrimônio, norteadas as anotações feitas nos inventários *post-mortem*. E também lembravam se as recomendações, descritas nos

manuais a partir da década de 1830, com o objetivo de assegurar a ordem escravista, eram praticadas pelos fazendeiros de café.

TABELA 2
CAUSAS DE DOENÇAS ENTRE OS ESCRAVOS DE VASSOURAS, 1830-1871.

Causas	1830-1850		1851-1871	
	Total	%	Total	%
Doenças dos Órgãos do Sentido	20	8,5	74	6,5
Infecção-parasíticas	14	6	73	6,4
Sistema Nervoso e Neuropsiquiátrico	7	3	39	3,4
Doenças Reumáticas e Nutricionais	3	1,2	35	3,1
Doenças Respiratórias	1	0,4	12	1,1
Sistema Geniturinário	1	0,4	10	0,9
Sistema Circulatório	-	-	10	0,9
Sistema Digestório	-	-	10	0,9
Trauma	90	38	412	36,2
Mal Definidas	99	41,7	456	40,1
Não identificadas	2	0,8	6	0,5
Total	237	100	1137	100

Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871*

A maioria dos escravos registrados nos inventários aparece apenas como “doentes”, sendo difícil identificar a moléstia pela qual eles padeciam. A pouca precisão nos registros, em geral, só permitiam fazer generalizações. Nas crianças, “pernas tortas” poderiam ser reflexos de uma dieta pobre em cálcio associada à ausência de vitamina D e sinal de raquitismo. Acima dos 50 anos, essa característica poderia indicar os efeitos de alguma doença progressiva como a artrite e artrose.²²³ A descrição de pés e pernas inchados poderiam sugerir a presença da filaríose, de edemas do beribéri ou da mudança de pele devido à pelagra e o escorbuto. Por sua vez, independente do período estudado, os “doentes” foram presença constante na população escrava de forma geral, sendo o principal registro em todas as faixas etárias.

No sistema escravista, a realidade dos cativos sempre esteve ligada ao trabalho pesado e a coerção, portanto era compreensível que o grupo de traumas possuísse de forma

²²³HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Saúde: Entendendo as Doenças, a Enciclopédia Médica da Família*. São Paulo: Nobel, 2007. p. 654.

constante um número elevado de casos. Os anúncios de jornais do século XIX, com frequência, identificavam os escravos fugidos ou a venda por seus defeitos. “*Negros rendidos*”, com “*pernas tortas pra dentro*”, “*com um dedo da mão aleijado*”, “*feridos no corpo*”, uma infinidade de termos que indicavam não só a violência física utilizada pelos senhores, mas também excesso de trabalho, desnutrição, falta de assistência médica, enfim denotavam o quão eram precárias as condições de saúde desta população.²²⁴ Pensar os traumas enquanto moléstia possibilitava pensar outras doenças que não apareciam claramente nos inventários ou, ainda, o efeito de outras tantas enfermidades das quais só restaram impressões.

Escravos iguais a Joaquim, de 45 anos, com “*feridas crônicas*”²²⁵ ou Miguel, benguela, 30 anos, apresentado “*chaga incurável em uma perna*”²²⁶, poderiam estar sofrendo de uma doença infecto-parasitária ou uma doença nutricional não reconhecida pelo responsável pelo inventário naquele momento. Era possível que feridas abertas e não tratadas permitissem que parasitas e bactérias entrassem nos corpos desencadeando de alguma doença como boubá, erisipela, hanseníase, entre outras. Havia nos registros escravos como a africana Joaquina, “*com feridas cancrosas na face e no corpo*”,²²⁷ e Agostino, monjolo de 30 anos, que era “*chagado de bobas*”²²⁸. Em casos mais graves, elas incapacitavam os escravos para o trabalho como observou o Barão de Paty do Alferes: “tenho visto em algumas fazendas pretos no trabalho, com grandes úlceras, e mesmo assim lá andam a manquejar em risco de ficarem perdidos ou aleijados.”²²⁹

Corpos “*rendidos*”, mãos, pernas e pés “*aleijados*”, “*tortos*”, “*mancos*” foram descrições frequentes nos inventários. Precisar a origem deles era impossível, visto que esse

²²⁴ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Brasileira, 1979.

²²⁵ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Esméria Teixeira leite. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663623003, 1851.

²²⁶ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Antônio Borges de Carvalho TJERJ/Vassouras documento nº 102663611013, 1845.

²²⁷ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Cândida do Nascimento. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663622004, 1850.

²²⁸ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de José Gomes de Aguiar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663612002, 1845.

²²⁹ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985 . p. 64-65.

tipo de fonte traz apenas a consequência final. Mais do que pura violência, esse tipo de trauma poderia ser fruto da deficiência de vitaminas e minerais, sintomas de raquitismo e da falta de cálcio, resultado do tétano ou a remoção mal feita de objetos e parasitas dos corpos. Exemplo pode ser observado nas palavras de Taunay sobre o bicho de pé: “...quando a ulceração for profunda, acontece a miúdo que destrói a unha, outras vezes ela ataca a primeira e segunda falange, neste caso, a amputação é indispensável...”²³⁰ Deformações foram presença constante em todas as fases da vida em cativiero e, possivelmente, as responsáveis pela invalidez característica de muitos idosos listados nos inventários.

Doenças ligadas aos órgãos do sentido foram a terceira maior incidência relacionada nas fontes, especialmente a cegueira. Os olhos foram severamente afetados pelo sistema escravista. Entre os adultos, houve uma redução de 55%, do primeiro período, para 41, 2%, entre 1851-1871. De forma bem sutil, entre as crianças, também a enfermidade reduziu-se de 5% para 4,7%, de um momento para o outro. Na população idosa, o número subiu de 5%, no período de 1830-1850, para 22,2%, no período seguinte.²³¹ Muitos eram os motivos que poderiam cegar ou debilitar a visão dos cativos: acidentes, deficiência de vitamina A, catarata e doenças como varíola, sífilis, sarampo, entre outras. Crianças nascidas cegas poderiam ter adquirido doenças venéreas ainda no ventre materno. Nos idosos era possível que o tempo fosse o responsável pelo desgaste da visão. A população escrava submetida à sujeira e o amontoamento poderiam contrair facilmente a oftalmia ou o tracoma nas senzalas e na travessia do Atlântico.

O tracoma atacava tanto a membrana conjuntiva como a córnea, provocando inflamação e deixando cicatrizes nelas, podendo causar cegueira ou resultar em uma visão prejudicada. A doença estava ligada à higiene precária e sua transmissão ocorria de forma direta, de olho para olho, ou de forma indireta, através de objetos contaminados.²³² Já a oftalmia era uma das doenças mais temidas do tráfico negreiro, e por ser contagiosa, poderia

²³⁰ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1839. p. 257.

²³¹ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13> Acessado em: 20 de nov. de 2009.

²³² Os insetos também poderiam atuar como vetores, em especial a mosca doméstica e a mosca lambe-olhos. Ainda hoje o tracoma é um importante problema em regiões de saúde pública ruim e baixos padrões de vida. HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 654.

se espalhar não apenas pela carga, mas pela tripulação também.²³³ Um observador inglês descreveu com espanto um ataque da doença:

“Montes de pobres criaturas estão agachadas ou tateando pelo convés, privada de toda visão. Suas palpebras imensamente inchadas, contrastando com suas feições magras e debilitadas, e a secreção que escorre constantemente por seus rostos e que eles não tem nem um trapo para limpar, dão-lhes uma aparência de miséria chocante e tenebrosa.”²³⁴

As senzalas úmidas, com pouca ventilação, lotadas, com escravos desnutridos, mal vestidos, cansados agiam como facilitadoras para a ação de parasitas, bactérias, vírus, semeando as doenças infecto-parasitárias entre os cativos. A boubá apresentou uma redução do período, entre 1830-1850, 35,7% para 12,5%, no período seguinte. A moléstia floresce em locais sujos e abarrotados de gente, de fácil transmissão pelo contato direto da pele ou com o material contaminado, era identificada como “funesto legado” dos negros em geral. Seus efeitos não apareciam de imediato, o corpo ia definhando com lesões na pele e pelo desfiguramento. O ciclo de desenvolvimento da doença começava por onde a bactéria havia penetrado na pele com lesões que surgiam e regrediam, e algumas vezes, eram acompanhadas de pus.²³⁵ A diminuição dos casos de boubá permite pensar que talvez o número de escravos por lance de senzala tivessem diminuído, entre 1851-1871, evitando a aglomeração de muitos cativos num mesmo espaço e a rápida difusão da doença.

O Dr. Imbert a tinha como uma espécie de sífilis e identificava duas variedades: “primitivas ou úmidas” e “consecutivas ou secas”. As primeiras apresentavam características sífilíticas, com pústulas úmidas que incidiam à margem de membranas mucosas – anus, boca, nariz – e, às vezes, o véu palatar. A segunda variedade atacava as partes pilosas – pernas, escrotos, barba, couro cabeludo – e as palmas das mãos e na planta dos pés, onde poderia causar perfurações e dores insuportáveis, chamadas de cravos de bobas.²³⁶ Contudo, a boubá

²³³ A oftalmia atacava a membrana conjuntiva desencadeando um grave processo inflamatório que podia causar cegueira total ou parcial. *Idem*, p. xxxii.

²³⁴ KARASCH, Mary. *Op. Cit.*, p. 229.

²³⁵ A boubá é uma doença infecciosa que podiam ataca a pele, os ossos e até as cartilagens, em casos graves. HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. xxxii.

²³⁶ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades medicas de todas as classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Tomo II, p. 22. Embora fosse confundida com a sífilis, a boubá não é uma doença venérea, é causada por uma bactéria.

não era uma doença sexualmente transmissível, pois não havia necessidade de relações sexuais para a sua transmissão.

Entre 1830-1850, os escravos “*opilados*” somavam 14,3%, mas os casos subiram para 27,7%, entre 1851-1871. A opilação, atualmente conhecida como ancilostomíase, era uma doença que contribuía para a debilitação geral e provocava a “franqueza” ou a “preguiça” de que os senhores tanto reclamavam. Dr. Imbert utilizava os estudos do Dr. Cruz Jobim, especialista na doença e liderança médica da Corte, para caracterizá-la pela letargia, mudança da cor da pele e dos olhos. A doença podia ser adquirida através do contato da pele com o solo e pela ingestão de larva. Os escravos poderiam ser contaminados ao caminhar descalços por solos contaminados com fezes ou ao comer alimentos contaminados. No intestino, delgado a larva se transformava em parasita adulto, que grudava na parede do intestino e sugava sangue, ocasionando anemia, dor abdominal, diarreia, perda de apetite e emagrecimento. Infecções seguidas ou crônicas poderiam prejudicar o crescimento e desenvolvimento físico.²³⁷

Locais úmidos, lotados e com pouca ventilação eram propícios para a disseminação da “*doença do peito*” ou “*tísica*”, nomes usuais da tuberculose no século XIX. A doença teve um aumento no número de casos do primeiro período, 1830-1850, 14,3%, para 23,6%, no período seguinte, 1851-1871. A tuberculose se alastrava através do ar, os bacilos jogados no ar permaneciam em suspensão durante horas e quem respirasse nesse ambiente poderia se infectar. A bactéria se alojava, principalmente, no pulmão, mas havia a possibilidade dela se espalhar por outras regiões do corpo. Quando o organismo não conseguia se defender da agressão do bacilo, a doença se instalava com facilidade.²³⁸ No sistema escravista, especialmente em épocas de colheita, o excesso de trabalho físico e o desgaste mental eram fatores contínuos e contribuía para a diminuição das defesas imunológicas e facilitavam o aparecimento da tuberculose e outras doenças.

Outras duas doenças que podiam ser confundidas eram a filaríose e a hanseníase, pois ambas engrossavam e desfiguravam o corpo. Embora as considerassem manifestações do mesmo mal, a temida “*morfeia*” ou “*mal de São Lazaro*”, o Dr. Imbert distinguia a filaríose

²³⁷ Os parasitas nematóides *Ancylostoma duodenale* e *Necator americanus* eram os responsáveis pela doença. HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 446.

²³⁸ A tuberculose era causada pelo Bacilo de Koch. *Idem*, p. 395-396.

– lepra-do-árabes ou elefantina– da hanseníase – lepra-dos-gregos ou leonina. A primeira era descrita pela deformação de um dos membros – braços, pernas e, especialmente, pés – “apresentando o hediondo aspecto de toda a perna e pé de um elefante”, cuja pele se tornava dura, enrugada e de cor cinza. Já a segunda, atacava principalmente a face, provocando a deformação os lábios, o nariz, as orelhas, a perda das sobrancelhas, da barba e a formação “crustas na testa, nas faces e nas orelhas”.²³⁹

O parasita causador da filaríose instalava-se nos vasos linfáticos, e conforme se multiplicava, provocava a obstrução dos vasos, a acumulação de linfa e espessamento da pele. Em longo prazo, esta condição manifestava-se como aumento de volume grotesco das regiões afetadas, principalmente pés, pernas, braços, seios e escrotos, devido à retenção de linfa. Por vezes, as pernas tornam-se grossas, dando um aspecto semelhante a patas de elefante, descrito como elefantíase. A doença tinha como transmissores mosquitos presentes nas regiões com o acúmulo de água parada. A infecção se disseminava através de indivíduos contaminados que eram picados por mosquitos, que depois picavam outras pessoas.²⁴⁰ O número de escravos “*elefánticos*” manteve-se em 7% do primeiro momento para o segundo momento.

Diferente da filaríose, a hanseníase mais do que dobrou, passou 7%, entre 1830-1850, para 18%, entre 1851-1871. A hanseníase, para ser contraída, era necessária que houvesse contato íntimo durante longo tempo com o doente, geralmente entre pessoas que dormiam num mesmo ambiente. A contaminação se fazia por via respiratória quando o doente expelia o bacilo no ar durante o ato de falar, espirrar ou tossir. Afetava os nervos e a pele, provocando danos severos e desfigurando a pessoa.²⁴¹ A hanseníase foi, durante muito tempo, incurável e muito deformadora, forçando o isolamento dos pacientes em lazaretos ou leprosários. Por isso, muitos os senhores procuravam se livrar rapidamente dos escravos doentes, temendo a contaminação generalizada. Foi o caso dos escravos Ignacio e Francisco,

²³⁹ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I, p. 205.

²⁴⁰ A doença era causada pelos parasitas nematóides *Wuchereria bancrofti*, *Brugia malayi* e *Brugia timori* – comumente chamados filárias – que se alojam nos vasos linfáticos, causando edemas. Os mosquitos transmissores são dos gêneros *Culex*, *Mansonia* ou *Aedes*, encontrados em regiões tropicais e subtropicais. HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 223-224.

²⁴¹ HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 602.

que um inspetor de Vassouras exigia, “para o bem da saúde pública”, o recolhimento de ambos ao leprosário, pois andavam livremente pela vila.²⁴²

A porta de entrada das bactérias para os tecidos profundos da pele poderia ser uma pequena lesão, muitas vezes imperceptível.²⁴³ Essa entrada ocorreria através de micoses, cortes e aranhões produzidos por animais ou instrumentos de trabalho afiados, agudos ou contundentes. Acidente com de instrumentos de trabalho, falta de calçado, roupas inadequadas ou punições rompiam, com frequência, a pele dos escravos, facilitando a penetração das bactérias e permitindo o desenvolvimento do processo infeccioso. Dentro do organismo, a proliferação das bactérias formava manchas vermelhas, quentes e dolorosas. Febre, mal-estar e dor eram três sintomas de inflamação que os médicos oitocentistas conheciam há muito tempo, e que se manifestam também na erisipela. A incidência da doença praticamente se manteve de um período para o outro - 7%, entre 1830-1850, para 6,9%, entre 1851-1871. Em episódios mais graves, a erisipela poderia causar abscessos e levar a necrose da pele. Para eles, Dr. Imbert recomendava:

“... que melhor se pode fazer é recorrer a compressão do membro com uma ligadura sempre disposta de baixo para cima, ou com uma meia de linho apertada o quanto baste no membro. Este indispensável tratamento deve ser coadjuvado com uma regime nutrente, algum vinho bom, exercícios, banho de mar (sendo possível), vestuário quente; e uma casa para dormir sobretudo, em local seco e elevado.”²⁴⁴

As doenças ligadas ao sistema nervoso e neuropsiquiátricas também se fizeram presentes nas senzalas. Paralisia e epilepsia tiveram suas vítimas, mas as principais doenças desse grupo foram as doenças mentais. Elas eram caracterizadas pela dificuldade de realizar atividades do dia-a-dia e interagir com o meio em que a pessoa vivia. Nesse contexto, os escravos poderiam sofrer alterações em áreas do pensamento, memória, percepção e emoções como, por exemplo, delírios, confusão mental, ansiedade e medo, porém exagerados.²⁴⁵

²⁴² STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, p. 224.

²⁴³ A Erisipela era provocada por bactérias do gênero estreptococos. HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 350.

²⁴⁴ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo I, p. 277.

²⁴⁵ HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 514.

Assim, para caracterizar a “atrofia do cérebro” no capítulo intitulado “Considerações sobre as principais moléstias do cérebro, e seus anexos”, Dr. Imbert escrevia:

“Esta lesão crônica origina desordens mais ou menos notáveis dos atos da inteligência, do sentimento, do movimento, segunda sua extensão e o ponto em que atua. Em geral os indivíduos atacados de atrofia cerebral apresentam sintomas de alteração da inteligência, como por exemplo, o mutismo, a surdez, o idiotismo, a imbecilidade...”²⁴⁶

Se na população como um todo, elas não variaram muito – 3%, nos anos de 1830-1850, e 3,4%%, entre 1851-1871 –, na parcela dos escravos adultos, elas apresentaram um crescimento surpreendente – 0,7%, no primeiro período, para 3,5%, no momento seguinte –, maior entre todas as faixas etárias. O aumento da carga de trabalho, especialmente no período da grandeza deve ter exercido papel importante nesse grupo de doença.²⁴⁷ O estresse, provocado pelo trabalho pesado na lavoura do café, foi um dos fatores que favorecem o desenvolvimento de doenças mentais e pode ter sido responsável pelo aumento delas entre a população cativa

Nos inventários, não foi possível identificar corretamente cada distúrbio mental. A classificação usada nessa documentação permitiu apenas observar a variação da intensidade, percebidas através das avaliações dos escravos. Foi o caso de Joaquim²⁴⁸ avaliado, em 1862, por 1.1000\$000 e Sabino,²⁴⁹ sem valor, em 1855, ambos considerados “malucos”. Ou Gonçalo e Cezar, identificados, em 1846, como “doentes mentais” e avaliados, no mesmo inventário, em 400\$000 e 150\$000, respectivamente.²⁵⁰ Assim, também, não foi possível diferenciar claramente os escravos com deficiências mentais, como, nos presumíveis casos, de

²⁴⁶ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II, p. 159.

²⁴⁷ Ricardo Salles divide o desenvolvimento da lavoura de café em Vassouras nas seguintes fases: implantação, 1821-1835; expansão da produção de café e escravista, 1836-1850; apogeu, 1851-1865; e grandeza, 1866-1880. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 150-154.

²⁴⁸ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº102663614004, 1862.

²⁴⁹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Luiza de Aguiar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº102663634007, 1855.

²⁵⁰ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco das Chagas Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº102663613004, 1846.

Simão, com 6 anos de idade, avaliado “*idiota*”²⁵¹, ou do crioulo Adão, de 16 anos de idade, classificado como “*demente*”²⁵², ambos sem valor.

As doenças reumáticas e nutricionais aumentaram significativamente do primeiro período, entre 1830-1850, de 1,2% para 3,1%, nos anos de 1851-1871, impulsionadas principalmente pelo reumatismo e pela gota. Atualmente o termo reumatismo é usado para designar um grupo de doenças que afeta articulações, músculos e esqueleto, caracterizado por dores e restrições dos movimentos. Sob esta denominação, estão mais de 100 doenças diferentes, compreendendo artrites, mialgias, neurites e processos similares. Mas, durante o século XIX, Dr. Imbert identificou dois tipos de reumatismos: muscular e fibrosos ou articular. Além disso, alertava que se não tratada, a doença tornava-se crônica e incurável, neste caso o escravo ficaria impossibilitado de servir ao seu senhor. A distinção entre os tipos de reumatismo em seu manual seguia assim:

“...logo que um negro se queixar de alguma dor aguda em um dos membro ou no fim do dorso, com complicação de febre e sede, ficai certos, Fazendeiros, que na parte molesta se acha uma inflamação, ou uma irritação fortíssima. Tocai no membro doente, e vereis como vossa mão lhe aumenta a sensibilidade, e lhe redobra a dor, e vereis como ela adquiri uma sensação calorosa muito diferente da que é comunicada pelo membro oposto, que nós supomos estar são. E se a estes sintomas se reúne a ausência de vermelhidão da pele, e a parte não estiver intumescida, com todo o direito podeis concluir que a inflamação existe além da pele, e que tendes, por conseguinte, a haver-nos com um Reumatismo muscular. Demos ao contrario que o doente sofre de uma dor aguda e insuportável, em volta da articulação de um membro, estando esse impossibilitado de mover-se, ou fazendo-o muito a custo; daqui tirais por consequência que os ligamento estão inflamados ou irritados, e que existi um Reumatismo fibroso ou muscular.”²⁵³

A “*gota*” ou o “*mal de gota*” foi outra doença com muitos casos no grupo. Essa moléstia era caracterizada pelas fortes dores nos dedos dos pés, joelho, cotovelo, dedos das mãos e ombros, provocando vermelhidão, inchaço das articulações. Os sintomas da gota podiam durar de 3 a 4 dias e desapareciam em seguida. A elevação de ácido úrico no sangue resultava em um depósito de cristais de sódio nas articulações. E este depósito gerava surtos

²⁵¹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Angélica da Conceição Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº102663663006, 1845.

²⁵² CDH-USS. Inventário *post-mortem* de João Vieira Xavier de Castro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº102663624011, 1852.

²⁵³ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II, p. 187.

de dores aguda. A ausência de tratamento provocava a progressão da doença em outras articulações, tornando-a crônica.²⁵⁴ Escravos submetidos a trabalho exaustivo e com dieta rica em proteínas ficavam mais suscetíveis a doença.

Muitos foram os escravos “*com pernas tortas*”, os “*pequenos*” ou “*preguiçosos*” que levavam a crer que as doenças nutricionais estivessem presentes no cotidiano escravista. O período entre 1851-1871 teve como marca a expansão do café sobre as terras destinadas a lavoura de gêneros alimentícios, provocando a carestia que o barão de Paty do Alferes tanto reclamava. Embora na amostra apenas uma criança fosse identificada com raquitica, as deficiências de vitaminas e sais minerais deveriam ter mais vítimas. O raquitismo era caracterizado pela falta de vitamina D, necessária para a absorção apropriada de cálcio. Na falta de vitamina D, o cálcio na dieta não era absorvido apropriadamente, resultando em deformidades no esqueleto ou fraturas. Outras ausências nutricionais poderiam causar lesões na pele, convulsões, cegueira, diarreias, perda dos dentes, atrofia muscular, entre outras, tão presente nos relatos oitocentistas.

A asma foi a única doença ligada ao sistema respiratório que teve recorrência nos inventários.²⁵⁵ Porém, como lembram as palavras da Baronesa de Paty do Alferes já citadas, os escravos ficavam sujeitos a infecções respiratórias durante a debulha e abanação do café, e outras doenças ligadas ao sistema respiratório se disseminavam também entre a população cativa. Dr. Imbert acreditava que a asma era a doença de mais fácil diagnóstico, cujos sintomas impressionavam de forma que ninguém conseguia esquecê-los:

“É a asma uma afecção espasmódica, e periódica dos órgãos da respiração, a qual de ordinária se reproduz por acessos, caracterizados por um sentimento de sufocação, de compressão e prisão no tórax, que observado, só uma vez, a ninguém é possível mais deixar de reconhecê-lo.”²⁵⁶

Os problemas especificamente femininos foram o principal registro do grupo de doenças geniturinárias, mesmo que só tenham aparecido no período entre 1851-1871. Talvez

²⁵⁴ HELITO, Alfredo Salim e KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Op. Cit.*, p. 600.

²⁵⁵ A asma congestiona os brônquios, impedindo que o ar chegue até os pulmões, e pode ser provocada por reação alérgica ou infecção das vias respiratórias. *Ibidem*, p. 337-338.

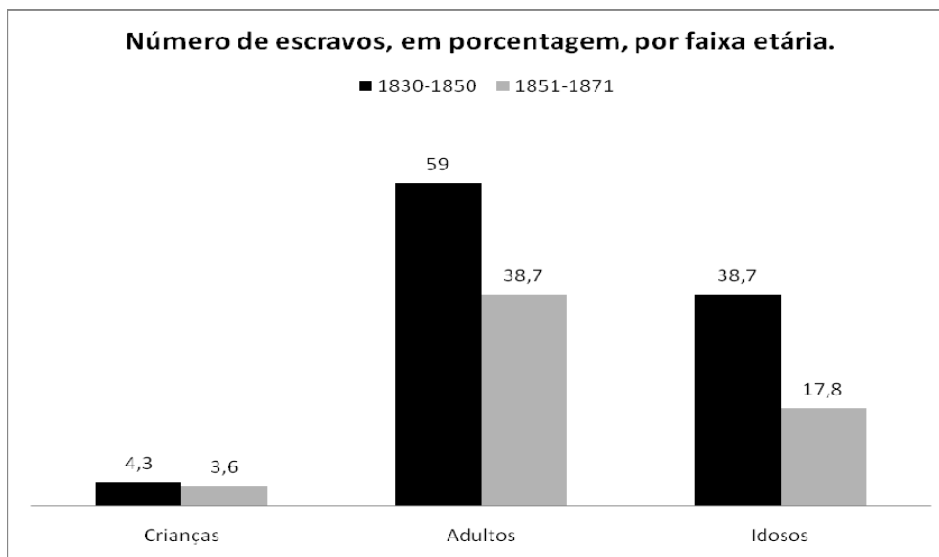
²⁵⁶ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II. p.127.

porque o número de mulheres começasse a crescer nos plantéis, a partir da década de 1840, e continuando durante as décadas da segunda metade dos oitocentos. Poucas doenças femininas eram relacionadas nos manuais, e quando citadas, estavam ligadas as moléstias venéreas ou a menstruação. Dr. Imbert dedicou um capítulo para tratar da menstruação, do parto e suas consequências. Ele considerava que “a época da menstruação das mulheres, por assim dizer, é um estado misto entre saúde e doença, e como tal exige certas e certas cautelas”, alertando “uma vez que se estabeleça o desarranjo da menstruação nas negras, custa-lhes muito a recuperar a regularidade dela, e não só concebem com mais dificuldade, como, e isto muito frequentemente, ficam com a saúde totalmente perdida.”²⁵⁷

Dores de estomago, queixas intestinais e doenças do fígado surgiram nos inventários após 1850. Se a identificação precisa é impossível descobrir a causa de tais moléstias, contudo inflamações do estomago e do intestino poderiam ser associadas à ingestão de algum vírus ou bactérias, intoxicações alimentares, água e alimentos contaminados ou estragos. Caracterizadas por náuseas, vômitos, diarréias e dores em escravos bem nutridos, geralmente não seriam graves, mas em indivíduos subnutridos exigiam cuidados severos, e em alguns casos, poderia por a vida dos cativos em risco.

²⁵⁷ *Idem*, Tomo II. p. 256.

TABELA 3

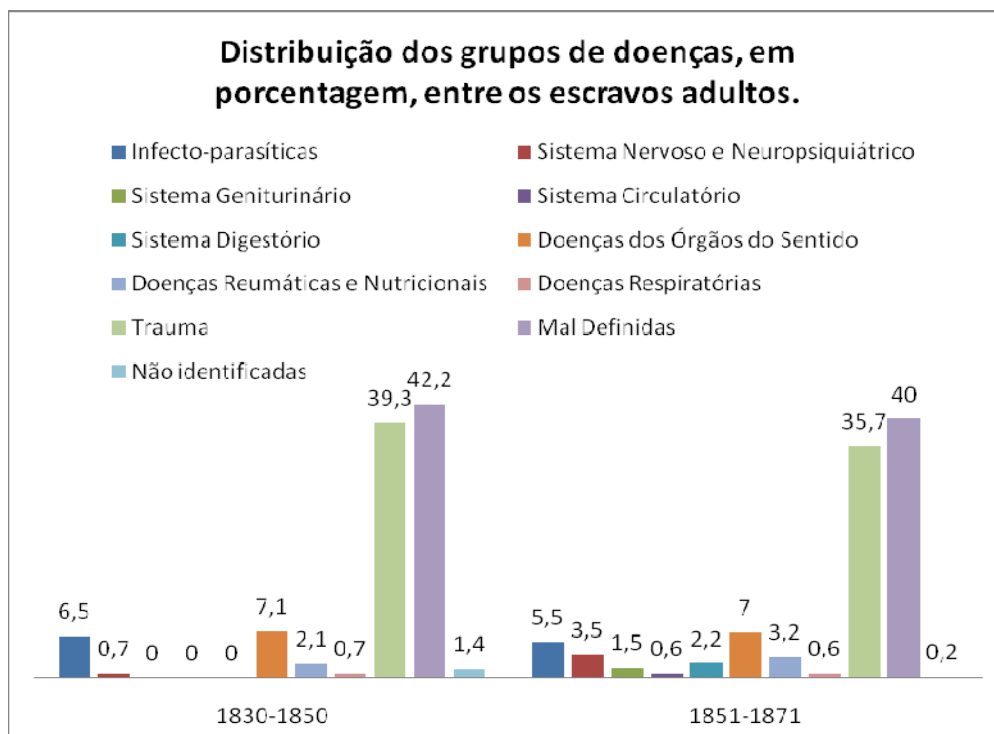


Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871.*

É interessante notar como se deu, nos períodos estabelecidos, a configuração dos doentes em cada faixa etária.²⁵⁸ A análise desenvolveu-se ignorando os escravos sem identificação de idade, também desprezando origem e sexo da população, tentando estabelecer a distribuição e variação das doenças sob a influência da necessidade da manutenção da escravidão. Foi na população adulta, de 14 a 49 anos, que se concentrou a maior parte das moléstias, nos dois períodos. Objetos de interesse do tráfico atlântico até 1850 e da expansão da lavoura de café, era esperado que essa faixa etária apontasse os maiores índices, entre 1830-1850, 59% dos escravos doentes. A partir de 1850, com o fim do contínuo tráfico para fornecer mão-de-obra, percebeu-se uma queda sensível das doenças, passando para 38,7% entre os escravos adultos, o que talvez refletisse alguma melhora na qualidade de vida desse grupo.

²⁵⁸ A classificação etária utilizada seguiu o modelo proposto por Ricardo Salles, a saber: crianças – 0 à 12 anos, adultos – 13 à 49 anos e idosos – acima dos 50 anos. SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 223.

TABELA 4



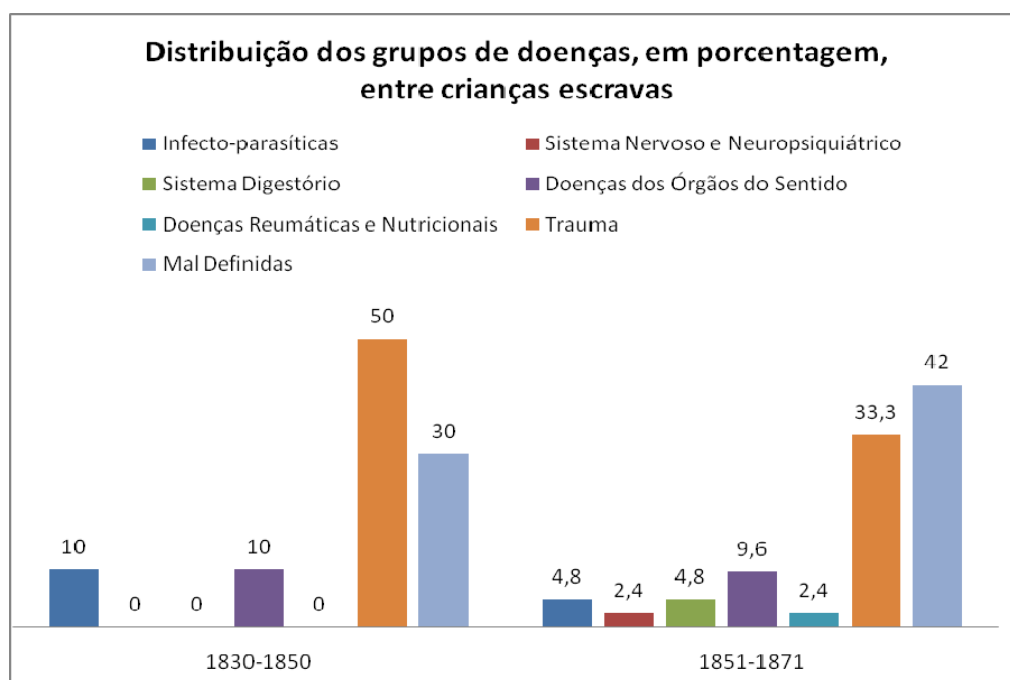
Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871.*

Para o período em que o tráfico de escravos ainda era realidade (1830-1850) os traumas representavam 39,3% das doenças entre os escravos adultos e, embora continuasse a ser a principal causa da debilidade dos cativos, elas apresentaram queda para 35,7% no período sem o abastecimento africano (1851-1871). Dentre os traumas, a hérnia foi responsável por cerca 16,5% dos escravos enfermos, em ambos os períodos, indicando o excesso e o trabalho pesado, característicos do sistema escravista. Algumas doenças apresentaram declínio. Os casos de boubas, maior incidência entre as doenças infecto-parasitárias, caíram de 2,8%, no primeiro momento, para 1,5%, no momento seguinte, acompanhando a tendência do grupo. O mesmo pode ser avaliado com o número de escravos cegos, entre 1830-1850, correspondia a 5,7% e 2,5%, nos anos posteriores. Outras só foram identificadas no segundo momento como as doenças do coração e as do sistema digestório.²⁵⁹

²⁵⁹CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras.* Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acesso em: 20 nov. 2009.

Se comparada com os escravos adultos e idosos, as crianças cativas aparecem com baixa frequência entre os doentes. Apenas 4,3% no primeiro período (1830-1850) possuíam alguma referência a doenças, e elas continuariam a apresentar uma participação pequena no período seguinte (1851-1871), caindo para 3,6% o número de crianças doentes. É interessante notar que na faixa entre 0 e 12 anos de idade as doenças que atingiam os pequenos eram as mesmas que afetavam a população adulta e idosa. Nos inventários não foram registradas doenças infantis como sarampo, catapora, escarlatina, entre outras.

TABELA 5



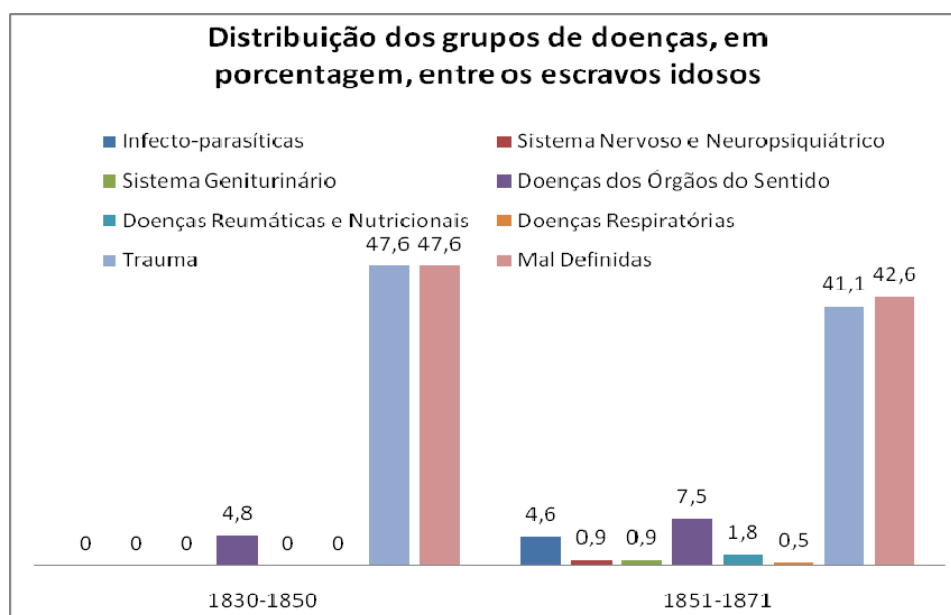
Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871.*

Para as crianças, o momento do desmame era apontado como um dos mais perigosos. Durante a amamentação, a criança recebia os anticorpos da mãe que poderia protegê-la contra diarreia, infecções respiratórias e infecções oportunistas. Dr. Imbert alertava quanto ao hábito das negras substituírem a alimentação dos filhos recém-nascidos: “Não consistais, Fazendeiros, que vossas escravas dêem a seus filhos outro alimento que não seja o leite de peito, antes deles terem cinco ou seis meses: então sim, deixai que elas lhes dêem mingau leves de arroz, sagú, tapioca e araruta.”²⁶⁰

²⁶⁰ IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Op. Cit.*, Tomo II, p. 253.

E a introdução de uma dieta pobre em cálcio, ferro e proteínas tornavam as crianças frágeis às doenças nutricionais e reumáticas, como o raquitismo e a perda ou atrofia muscular. A ausência de vitaminas poderia prejudicar a formação e as funções dos tecidos da pele, do pulmão, do intestino e, ainda, a formação da dentição. Os problemas visuais, lesões, infecções e até cegueira, poderiam estar ligados a deficiência de vitamina A na alimentação das crianças. Outro agravante era o sistema imunológico, que ainda não estava totalmente desenvolvido, abrindo brechas para doenças, que se desenvolviam quando o sistema imunológico, ainda não era capaz de combatê-las.

TABELA 6



Fonte: CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras. 1830-1871.*

Na população escrava acima dos 50 anos de idade, as doenças apontam para uma particularidade na população escrava geral. Entre todas as faixas etárias, foi somente nessa parcela de cativos que as doenças apresentaram aumento e, conseqüentemente, um maior impacto. O número de escravos idosos doentes dobrou de 8,9%, entre 1830-1850, para 17,8%, nos anos seguintes até 1871, revelando um crescimento bastante acentuado. Por sua vez, é possível pensar que tal aumento estava ligado ao envelhecimento da população em geral. Os escravos estavam vivendo mais tempo dentro do sistema escravista, conseguindo atingir idades superiores aos 50 anos. Era provável que a população escrava tivesse passado por várias doenças ao longo da vida e tivesse chegado à velhice como sobreviventes das senzalas.

Nos inventários, muitos dos escravos idosos observados como “doentes” traziam ainda anotações de “*muito velho*”, “*inválido*” ou “*velho sem valor*”, sinais de uma vida inteira no eito.²⁶¹

Se as doenças forem pensadas enquanto experiências, interações de indivíduo com indivíduo e indivíduos com o meio, elas podem delinear, quiçá concretizar, projetos e estratégias para se (re)estabelecer no mundo social as ações de doentes e curadores. Nesse sentido, as doenças poderiam ser mais do que um fato em si ou negativo, representariam um espaço modelador das relações entre senhores e escravos, refletidas nas permanências ou mudanças das condições habituais do cativo. Em vista da abolição do tráfico atlântico e da necessidade de conservação a escravidão, quando o escravo adoecesse, seu senhor teria que providenciar a curar. A continuidade do processo de adoecer exigiria que as práticas dos senhores fossem sempre revistas ou mesmo ampliadas. Para o escravo, estar doente poderia render melhorias no cotidiano em que vivia.

3.2 A vida dos escravos e os Manuais de Fazendeiros em Vassouras.

Entramos em grandes pormenores sobre o modo de dirigir a escravatura, porque consideramos este assento como o mais importante da nossa tarefa.

Carlos Augusto Taunay, 1839.

Os Manuais orientavam os novos fazendeiros em busca de soluções para suas atividades, desde a implantação da fazenda até o governo dos seus escravos. Entre as primeiras providências que os fazendeiros deveriam tomar quando da fundação de uma propriedade, era a construção de “uma casa ordinária para vossa moradia temporária e tantas quantas forem precisas para acomodar os escravos e camaradas, mas tudo isso deve ser feito de forma que não estorve o risco da fazenda.”²⁶² Para fazer funcionar uma fazenda cafeeira

²⁶¹ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13> Acessado em: 20 de nov. de 2009.

²⁶² PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p.57.

era preciso de uma série de edificações que, segundo Taunay, deveriam estar dispostas de forma a criar um retângulo com “simetria e correspondência dos lados, pois essa é a condição de toda beleza”. Para tanto:

“...como regras gerais, que a habitação do proprietário dever ser central, que a frente deve dominar a entrada principal, e os fundos as frentes de todas as dependências, como armazéns, cavalherices, estrebarias, oficinas, senzalas, &c., que podem formar os três lados de um grande retângulo, cuja área formaria um curral para todos os usos e serviços.”²⁶³

A realidade dessas fazendas em muito se modificou, a partir de 1850, com o apogeu da cultura do café. Contudo, o que permaneceu comum a quase todas as fazendas era a presença do terreiro, isto é, um pátio central em torno do qual se construíram as edificações. A expressão “quadrado funcional” foi usada para descrever a forma criada pelo conjunto dessas edificações. Perceptível de imediato ou não, havia a ideia de que existia um desenho seguido pela maioria das propriedades cafeeiras do século XIX, um quadrilátero em torno do qual as edificações se distribuía.²⁶⁴ O quadrado não era apenas funcional pela distribuição dos espaços no desenvolvimento de suas funções técnicas, mas era funcional, também, pelos “efeitos simbólicos que pretendiam produzir nos diversos grupos sociais nelas envolvidos – senhores, trabalhadores livres, escravos e comunidade externa à plantation.”²⁶⁵

O barão de Paty do Alferes classificou e propôs em que ordem tais edificações deveriam ser construídas: primeiro os engenhos, depois as senzalas e a casa de morada do fazendeiro seria a última a ser construída.²⁶⁶ O proprietário deveria dar prioridade a derrubada

²⁶³ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p.83.

²⁶⁴ STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, p. 47.

²⁶⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. In *Anais do Museu Paulista*, v. 14, p. 11-58. São Paulo: 2006. p.15.

²⁶⁶ Como se verificou nos inventários *post-mortem*, de forma geral, uma fazenda era composta, principalmente, dos seguintes “bens de raiz”: CASA DE VIVENDA – Habitação do senhor e sua família; TERREIRO - Onde se secava o café; COZINHA – Local específico para elaboração de alimentos agregada, ou não, a casa de vivenda; CASAS – Moradia para trabalhadores; RANCHO – Para hospedagem de viajantes, tropas, comerciantes, entre outros; ENGENHOS e MOINHOS - Para beneficiamento do café, cana-de-açúcar, mandioca e milho, entre outros; TULHA – Para armazenamento de grãos; PAIOL – Para guarda de equipamentos; OFICINAS – Ferraria, olaria, engenho de serrar; ESTREBARIAS, CURRAIS, CHIQUEIROS e GALINHEIROS – Para abrigar os animais; POMARES e JARDINS – Para o cultivo de alguns legumes, verduras e frutas. A presente pesquisa se restringiu a consulta da SENZALA - Habitação dos escravos e ENFERMARIA - Para atender aos escravos doentes, pois análise esse dois “bens de raiz” refletiam as necessidades dos escravos. Não incluindo na leitura as avaliações das demais partes presentes o inventário. CDH-USS. Inventários *post-mortem*. Vassouras, 1830-1871.

da mata, ao plantio e ao abrigo dos negros e demais empregados. O modelo de senzala proposto pelo barão, em 1864, era assim indicado:

“as senzalas dos pretos, que devem ser voltadas para o nascente ou poente e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos em quadro e uma varanda de oito de largo em todo o comprimento. Cada quarto destes deve acomodar quatro pretos solteiros e, se forem casados, marido e mulher com os filhos unicamente. As varandas nas senzalas são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro, não molha os pés se está a chover, quase sempre estão eles ao pé do fogo, saem quentes para o ar frio e chuva, constipam-se e adoecem.”²⁶⁷

As referências a elas, na primeira metade do século XIX, apresentavam locais caracterizados pelo chão de terra batida e algumas ainda com cobertura de palha. Em outras propriedades, elas estavam “arruinadas”. Mas, detalhes interessantes também foram registrados como as senzalas cobertas de telhas, com um lance que servia de cozinha na fazenda Guaribú.²⁶⁸ As senzalas de Dona Luiza Inácia da Conceição possuía 2 lances de que serviam de enfermaria.²⁶⁹ Ou, ainda, as despesas apresentadas por Quintiliano Gomes Ribeiro de Avelar, em abril de 1847, para pagar os carpinteiros que “fizeram a maior parte das senzalas” no sítio dos Encantos.²⁷⁰ As fazendas inventariadas na década 1840, talvez estivessem em processo de adaptação aos novos tempos, isto é, a implantação do café, a necessidade constante de novos escravos e o fim do tráfico atlântico.

Na medida em que a produção crescia, as senzalas passaram a acomodar dezenas ou centenas de cativos, ou seja, um número cada vez maior de braços para cultivar o café. A senzala, com a amplitude necessária para alojá-los, deveria oferecer segurança para impedir as saídas noturnas ou fugas para os quilombos. Nesse sentido, o modelo de senzala em quadra²⁷¹, adotado a partir de 1840, afirmava o isolamento dos escravos “por meio de sua disposição retangular, pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam

²⁶⁷ PATI do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 57.

²⁶⁸ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574010, 1841.

²⁶⁹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luiza Inácia da Conceição. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574011, 1841.

²⁷⁰ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Joaquina Matilde de Assumpção. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1847.

²⁷¹ Marquese caracterizou senzalas em quadra como “edifícios contínuos erigidos em formato retangular e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro.” MARQUESE, Rafael de Bivar. *Revisitando casas-grandes...* p.167.

apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão.”²⁷²

O modelo recomendado pelo barão de Paty do Alferes apareceu com maior frequência depois de 1850. Lances ou casas de senzalas protegidos por varanda foram registradas, por exemplo, no inventário do barão de São Luís, possuindo “55 lances de senzalas cobertas de telhas e com varadas a 80 mil reis”, totalizando quatro contos e quatrocentos mil réis.²⁷³ Nas sete propriedades do barão de Paty do Alferes, as senzalas possuíam, além do telhado, paredes de pedras (Fazenda da Piedade), varandas (Fazendas Monte Alegre, Santana, Monte Líbano), assoalhadas (Fazendas Monte Alegre, Conceição).²⁷⁴

Contudo, as senzalas continuaram caracterizadas pela pouca ventilação, pela higiene precária, pela friagem nos meses de inverno, pelo calor nos meses de verão e pela aglomeração de escravos, reunindo condições propícias a focos de doenças. Uma resolução da Câmara, em 1855, recomendava “que os fazendeiros cumpram certas medidas higiênicas indispensáveis à condição atual de nossas fazendas, onde via de regra as senzalas, onde muitas pessoas se amontoam num lugar, são imundas” e alertava que “se, infelizmente, tivermos que combater uma epidemia, os fazendeiros obviamente serão os mais ameaçados”.²⁷⁵ Os escravos não precisavam esperar a chegada de alguma epidemia. O número de cativos “opilados” ou “leprosos” aumentou, indicando que as melhorias externas não haviam chegado ao interior das senzalas.²⁷⁶

Para o tratamento dos doentes, seguindo a indicação dos manuais, diversas fazendas mantinham uma enfermaria ou hospital, especialmente daqueles com doenças contagiosas ou

²⁷² MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, 1830-1860. In *Anais do Museu Paulista*, v. 13, p. 165-188. São Paulo: 2005. p.174.

²⁷³ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663725001, 1871.

²⁷⁴ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

²⁷⁵STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, p. 222.

²⁷⁶ Stein aponta que alguns escravos, com ou sem família, poderiam conquistar o direito de adquirir algum mobiliário, talvez como recompensa pela disciplina, “uma cama ou tarimba de tábuas apoiadas sobre dois cavaletes de serraria, coberta com uma esteira de capim trançado, talvez um pequeno baú de madeira, e na parede alguns prendedores e diversas cuias para guardar feijão, arroz ou gordura de porco”. Na análise dos inventários, não foi possível perceber a existência de tais pertences. *Ibidem*, p. 71.

graves. Alguns inventários faziam referência a essas edificações, mas sem descrevê-las. Nas memórias de um médico de partido,

“...em cada enfermaria estavam alinhados quatro ou cinco leitos de cada lado, uns apenas com esteiras, outros com colchões de palha, lençol de algodão grosso e cobertor vermelho. (...) Havia higiene. Os salões eram lavados uma ou duas vezes por semana, desinfetados com solução de ácido fênico e, em dias de visitas de médico, mudados os lençóis, a roupa dos doentes, procedendo-se defumação com alfazema, alecrim e incenso. A atmosfera ficava, assim, mais respirável.”²⁷⁷

Padre Fonseca indicava que o número de leitos deveria ser proporcional ao número de escravo de cada fazendeiro, que deveriam evitar cuidar dos escravos nas senzalas.²⁷⁸ Contudo, não havia uma relação entre o número de escravos e a existência de enfermaria nos inventários. Dona Ana Joaquina de São José possuía quatro propriedades distintas, porém só na Fazenda da Pindoba existia “uma casa com 2 lances que servem de enfermaria dos pretos”. Isto permitiu supor que essa enfermaria atenderia aos cerca de 460 escravos – população de todas as fazendas – arrolados no inventário.²⁷⁹ No inventário do barão de São Luís foi registrado a existência de “uma casa avarandada servindo de hospital, com cem palmos”, que deveria atender a população de 239 escravos distribuídos pelas propriedades do barão.

Em algumas fazendas, as enfermarias integravam um conjunto de outras edificações. A Fazenda Monte Líbano possuía “uma casa com 10 lances que serve para enfermaria, paiol de milho, cozinha, estribaria, tendo somente 2 lances nas enfermarias assoalhados”. Situação semelhante a Fazenda das Palmeiras, que tinha “uma casa onde existe uma enfermaria assoalhada e forrada com 8 lances contendo uma pequena casa de morada de um lado e uma tenda do outro”. Essas duas propriedades pertenciam ao barão de Paty do Alferes, que possuía uma terceira enfermaria em “6 lances de casas assoalhadas” na Fazenda Monte Alegre e

²⁷⁷ ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Rio, 1989. p. 225-226.

²⁷⁸ FONSECA, Antônio Caetano da. *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros*. Rio de Janeiro, Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. p. 112-113.

²⁷⁹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de São José. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663613001, 1846.

outros “5 lances de casas assoalhadas” na Fazenda da Piedade, para atender um total de 645 escravos.²⁸⁰

Outra particularidade da Fazenda Monte Alegre era a existência de “utensílios e drogas de botica, avaliados em noventa mil réis” arrolados. Embora não esclarecesse quais apetrechos e medicamentos, o inventário do barão aponta para a presença da farmácia nas fazendas de Vassouras. Talvez essa ausência seja justificada por algumas dessas boticas pertencerem no corpo da enfermaria. “No que diz respeito às farmácias, anexas as enfermarias, muitas foram montadas a capricho, com profusão de drogas e preparados estrangeiros e luxuosos vasilhames de porcelana, vindos da França e da Inglaterra”.²⁸¹ Para atender essa finalidade, Taunay se propôs a escrever no final de seu manual “a composição de uma pequena caixa farmacêutica com o uso de medicamentos”, e Imbert incluiu um capítulo intitulado “Formulário Farmacêutico”, formado por uma série de receitas. O manual do Padre Fonseca lembrava que a botica era investimento, pois permitia o preparo rápido das receitas na própria fazenda. Elas serviam não apenas para atender as necessidades dos escravos, mas todos os que procurassem cuidados médicos na fazenda.

Outra recomendação de Padre Fonseca era a contratação de um médico partido, que poderia atender diferentes propriedades. Os médicos de partidos eram contratados verbalmente pelos fazendeiros para atender e cuidar periodicamente de seus escravos. Entre as obrigações dos médicos de partido operações, partos, chamados emergenciais e visitas diárias em casos graves e epidemias.²⁸² E, ainda, segundo o Padre Fonseca “este médico não deve distar mais de duas léguas dos fazendeiros mais remotos a fim de acudi-lhes a tempo”.²⁸³ O barão de Paty do Alferes contava com os serviços de um genro, o médico português Joaquim Teixeira de Castro – Visconde de Arcozelo –, para o atendimento dos escravos. A Baronesa

²⁸⁰ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

²⁸¹ ANDRADE, Eloy de. *Op. Cit.*, p. 228.

²⁸² A partir das memórias do pai, médico de partido “das fazendas dos Barões do Rio preto, Rio das Flores, São João d’El-Rey, Três Ilhas, Santa Justa”, atuou também nas fazendas dos comendadores “Domingos Teodoro de Azevedo Junior, José Pereira da Costa Maldonado, Conde de Baependí, Visconde Nogueira da Gama, Drs. Tomas de Aquino Leite, Francisco de Paula Guimarães, Francisco Ribeiro de Magalhães e outras possivelmente”, Eloy de Andrade redigiu importante relatos sobre o cotidiano e as relações escravistas nas fazendas da região do Vale do Paraíba. *Idem*, p. 288-289.

²⁸³ FONSECA, Antônio Caetano da. *Op. Cit.*, 112.

de São Luís, responsável pelo inventário do marido, incluía nas despesas de custeio da fazenda, em julho de 1872, os gastos com “honorários médicos e botica”.²⁸⁴

Definido o conjunto das instalações necessárias para o funcionamento da fazenda, deveria o fazendeiro, segundo o barão de Paty do Alferes, providenciar a aprendizagem, entre os escravos, de certos ofícios para atender as necessidades da propriedade. Cozinheiras, mucamas, costureiras, bordadeiras, lavadeiras, engomadeiras, tropeiros, serradores, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, capatazes, sapateiros, alfaiates, entre outros. Escravos especializados em determinadas funções poderiam aumentar o seu valor e, conseqüentemente, o patrimônio senhorial. Nos inventários *post-mortem*, embora formando um grupo pequeno, foram registrados escravos com ofícios voltados para o tratamento dos doentes: barbeiros, enfermeiros e servente de enfermaria. O barão de Paty do Alferes, por exemplo, possuía um enfermeiro e dois barbeiros, sendo um deles avaliado em 2.000\$000.²⁸⁵

Os barbeiros e enfermeiros aprendiam o ofício por meio da observação e experiência cotidiana. Os médicos de partidos cuidavam dos doentes, de acordo com os princípios da medicina, prescrevendo o tratamento e os medicamentos a serem administrados. Cabia a enfermeiros cumprirem as recomendações dos médicos: administrando os remédios, realizando curativos, alimentando e cuidando dos enfermos. Curioso, porém, era o registro do escravo Duarte, moçambique, 45 anos, escravo de Dona Elisa Constança de Almeida, apontado como “servente de enfermaria”, o único em todo o período. Além da limpeza da enfermaria, poderia ser responsável pelos curativos e asseio dos doentes.²⁸⁶

Entre os barbeiros, era uma atividade comum, até princípios do século XX, fazer sangrias e aplicar sanguessugas e ventosas. Alguns podiam ser cirurgiões-barbeiros, isto é, podiam também realizar pequenas cirurgias, como arrancar dentes e abrir tumores, deixando as maiores, como amputações e tratamento de grandes feridas, a cargo dos cirurgiões. No dia-a-dia, contudo, muitas vezes, não havia uma delimitação bem definida entre as funções de um barbeiro ou enfermeiro e a atividade do médico. Assim, poderiam fazer prognósticos e curas,

²⁸⁴ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663725001, 1871.

²⁸⁵ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

²⁸⁶ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Elisa Constancia de Almeida. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663651007, 1860.

receitavam e produziam medicamentos, muitos deles conhecidos empiricamente através de ervas locais. Talvez em determinadas situações, eles pudessem assumir, às vezes, as funções dos médicos.

Entre 1830-1871, foram registrados doze barbeiros, seis enfermeiros e um servente de enfermaria. No período entre 1830-1850, foram arrolados cinco escravos barbeiros e um enfermeiro, todos homens. Com exceção de Manoel, barbeiro de Pedro Correa e Castro Junior,²⁸⁷ os demais pertenciam a proprietários a grandes e mega-proprietários.²⁸⁸ Essa tendência se manteve para o período seguinte, entre 1851-1871: dos 14 escravos – com ofícios ligados ao tratamento dos enfermos –, apenas dois pertenciam a grandes proprietários e os outros pertenciam a mega-proprietários. Destes, só Manoel Rodrigues dos Santos possuía uma escrava enfermeira, todos os demais proprietários possuíam barbeiros e enfermeiros homens.

Foram identificados os seguintes escravos e seus respectivos proprietários, entre 1830-1850: Domingos, crioulo, barbeiro de Manuel Francisco Xavier (1840); Bento, 66 anos, munhumbe, barbeiro de Luis Gomes Ribeiro (1841); Luis, 45 anos, crioulo, barbeiro de José Jorge da Silva (1843); Reginaldo, angola, barbeiro de Ana Joaquina de São José (1846); Manoel, barbeiro de Pedro Correa e Castro Junior (1846); e João, congo, enfermeiro de Escolástica Cândida Fonseca (1850). Já, entre 1851-1871, foram registrados: Joaquim, 45 anos, enfermeiro de Maria Esméria Teixeira Leite (1851); Maria Constança, 50 anos, enfermeira de Manoel Rodrigues dos Santos (1855); Inocêncio, crioulo, enfermeiro de Ana Joaquina de São José Werneck (1862); um enfermeiro – não foi possível ler o nome do escravo – do barão de Paty do Alferes (1862); Joaquim, 60 anos, enfermeiro de Maria Esméria Teixeira (1866); João, 45 anos, angola, enfermeiro do Barão de São Luis (1871); Duarte, 45 anos, Moçambique, servente de enfermaria de Elisa Constança de Almeida (1860); Benedito, barbeiro de João Pedro Teixeira Coelho (1860); Miguel, de nação, barbeiro de Ana Balbina Mascarenha Salter (1860); dois barbeiros – não foi possível ler os nomes dos escravos – do barão de Paty do Alferes (1862); Antônio, mina, barbeiro de João Gomes da

²⁸⁷CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Pedro Correia e Castro Júnior. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663613007, 1846.

²⁸⁸ Ricardo Salles define cinco categorias de proprietários de escravos: microproprietários (1 a 4 escravos); pequenos proprietários (5 a 19 escravos); médios proprietários (20 a 49 escravos); grandes proprietários (50 a 99 escravos) e mega proprietários (acima de 100 escravos). SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 155.

Cruz (1863); um escravo – não foi possível ler o nome – e Joaquim, barbeiros de Antônio José Pereira (1864).²⁸⁹

A quantidade e o tipo de alimentação que os escravos recebiam, em última instância, eram determinados por cada senhor. O barão de Paty do Alferes recomendava que os fazendeiros reservassem parte de suas terras para que os escravos cultivassem hortas próprias. Dessa forma, o escravo melhorava “a sua alimentação, entregando pela manhã, a cozinheira, batata doce, mandioca ou bananas, que lhe eram restituídas, assadas, quando descia para a refeição”²⁹⁰ Cabe ressaltar que os inventários citavam a existência de cozinhas entre as edificações da fazenda, elas “ligadas” a casa ou “separada”. Algumas apareciam junto aos moinhos ou no terreiro, outras eram exclusivas para os escravos.²⁹¹

O pomar e a horta²⁹² deveriam estar próximos a sede da fazenda de forma a facilitar o acesso cotidiano à alimentação de seus habitantes, senhores, agregados e escravos. Constavam nos inventários construções reservadas à criação de animais – galinheiros e chiqueiros – e havia registro, também, entre os animais arrolados, de carneiros e gado. Essas criações apontam para as sugestões dos manuais, comprovando que a fazenda deveria produzir praticamente tudo que fosse necessidade de consumo. O interessante é que os dois

²⁸⁹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Manuel Francisco Xavier. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663573012, 1840.; Inventário *post-mortem* de José Jorge da Silva. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663576007, 1843.; Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de São José. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 103664153001, 1846.; Inventário *post-mortem* de Pedro Correia e Castro Júnior. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663613007, 1846.; Inventário *post-mortem* de Escolástica Cândida Fonseca. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663621004, 1862.;; Inventário *post-mortem* de Manoel Rodrigues dos Santos. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663634003, 1855.; Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de São José Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 103664153001, 1862.; CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Maria Esméria Teixeira. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 1026636750074, 1866. CDH-USS. CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Elisa Constancia de Almeida. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663651007, 1860.; CDH-USS. Inventário *post-mortem* de João Pedro Teixeira Coelho. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663652005, 1860. Inventário *post-mortem* de Ana Balbina Mascarenha Salter. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663651001, 1860.; CDH-USS. Inventário *post-mortem* de João Gomes da Cruz. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663662006, 1863.; CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Antônio José Pereira. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663664004, 1864.

²⁹⁰ ANDRADE, Eloy de. *Op. Cit.*, p. 277.

²⁹¹ A fazenda Piedade possuía “dois lances de cozinha para pretos” avaliada em oitenta mil réis. Ver: CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

²⁹² O Manual do Fazendeiro possui dois capítulos dedicados à criação e manutenção de hortas e pomares, além do capítulo referente aos “mantimentos”. Ver capítulos: 10 – Das fazendas de vegetais comestíveis, vulgarmente chamados de mantimentos; 12 – Horticultura e 13 – Pomares e arboricultura. TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*,

primeiros tipos de criações ocorriam em casas “que serve de galinheiro” ou “que serve de chiqueiro”.²⁹³ O barão de Paty do Alferes justificava:

“Todo fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe cheguem para o gasto, de forma que não lhe seja preciso comprar para o consumo, embora faça menos safra; ela lhe ficará livre e seus domésticos estarão fartos, pois quando se compra nunca há abundância, e eles mais ou menos sempre sofrem.”²⁹⁴

Na ausência da produção na própria fazenda, os mantimentos poderiam ser adquiridos de outros produtores da região ou na corte, verificados através das notas de compra anexadas nos inventários. Em especial, a partir da década de 1850, com a valorização do café, o cafeeiro ocupou as terras reservadas ao cultivo de alimentos, provocando o fim da auto-suficiência das fazendas. Esse processo começou quando:

“Atraídos pelos altos preços do café no início da década de 1850 e alarmados com a mão-de-obra cada vez menos disponível, agora parcialmente desviada para a construção de estradas e companhias de manutenção que surgiram após 1850, os grandes fazendeiros (grande lavoura) haviam reduzido as extensões de terra dedicadas à agricultura de subsistência e concentrado seu trabalho sobre a produção de café. (...) Quando, no entanto, reduziram a extensão das terras voltadas para a agricultura de subsistência, mesmo a mais insignificante variação nas suas colheitas forçava-os a se voltarem para o anterior e abundante mercado local que havia sido suprido em anos recentes, principalmente pelos pequenos agricultores (pequena lavoura)”²⁹⁵

A produção de gêneros alimentícios ocupou um grande espaço nos manuais. O objetivo era atender às necessidades de abastecimento de gêneros alimentícios na própria fazenda de café. Feijão e milho eram a base da alimentação dos escravos sob diversas formas. Para Taunay, não havia obrigação de descrever ou elogiar o feijão nas páginas de seu manual, pois ele “é alimento de que gostam tanto o senhor como o escravo, e faz a fartura da casa e da senzala.”²⁹⁶ O milho era considerado, pelo barão de Paty de Alferes, “o alimento mais necessário ao lavrador de serra acima; com ele se nutrem os escravos, a tropa, os cavalos, os

²⁹³CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574010, 1841 e Inventário *post-mortem* de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663725001, 1871, respectivamente.

²⁹⁴ PATI do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 59.

²⁹⁵ STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, p. 74.

²⁹⁶ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p. 158.

porcos, os carneiros, galinhas, etc. etc.”²⁹⁷ Outros alimentos também eram listados e descritos: mandioca, cará, abobora, batata doce, guando, entre outros. Das múltiplas vantagens do arroz, por exemplo, o barão de Paty do Alferes destacava o seu uso no “hospital dos escravos nas moléstias agudas, nos convalescentes”.²⁹⁸

De maneira geral, faltavam, nessas dietas, fontes de proteínas, de vitaminas variadas e sais minerais. Ou seja, os fazendeiros proporcionavam aos escravos alimentos que visavam fornecer a energia necessária ao trabalho – através dos carboidratos do milho, da farinha de mandioca e do feijão –, mas que não preenchiam todas as necessidades nutricionais básicas. Tal dieta saciava a fome dos cativos, como indicava o barão de Paty do Alferes ao recomendar “o angu de milho, que é comida muito substancial.”²⁹⁹ Porém acabava por ocultar doenças, carências de vitaminas, perda de massa muscular ou enfraquecer o sistema imunológico, abrindo uma brecha para outras doenças. E a escassez de alimentos, ao longo da segunda metade dos oitocentos, pode ter influenciado, ainda mais, o quadro de saúde dos escravos em Vassouras. As doenças ligadas ao sistema digestório só aparecem listadas nos inventários a partir da década de década de 1850.

Neste contexto, possivelmente de subnutrição, precárias condições de higiene e de moradia, não apenas os corpos eram fragilizados, mas especialmente o sistema nervoso tornava-se debilitadas. No período de grandeza (1866-1880), cada escravo ficou responsável por um número maior de pés-de-café: até 1835, a relação era de 461 pés de café por escravo, a partir de 1865 essa proporção subiu para 1.312 pés de café para cada escravo. Esse aumentou, explicitado pelos inventários, deve ter gerado uma sobrecarga de trabalho – que pode ter contribuído para a piora da qualidade de vida dos escravos –, e assim, facilitando do desenvolvimento das doenças nervosas e neuropsiquiátricas., Ao final de contas,

“não se perdia tempo. O escravo não dava um passo sem produzir: da fazenda para a roça, levava as mudas do café, retiradas dos viveiros, os instrumentos de trabalho, as mudas de inhame, as semente para as plantações, as vasilhas, os mantimentos, e da roça para casa voltavam carregados os balaios cheios de aboboras, inhame, café, milho, feixes de feijão.”³⁰⁰

²⁹⁷ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 75.

²⁹⁸ *Idem*, p. 77.

²⁹⁹ *Idem*, p. 64.

³⁰⁰ ANDRADE, Eloy de. *Op. Cit.*, p. 101-102.

Diante da abundância do cafeeiro, o barão de Paty do Alferes estipulava que um apanhador de café, que colhia três alqueires em outras épocas, deveria dar conta de cinco, seis ou sete alqueires de café. Para acelerar e garantir a colheita, o barão advogava a favor das premiações para os escravos que superassem as cotas estabelecidas. Assim, ele dizia aos seus escravos: “Todo aquele que exceder terá por cada quarta 40 réis de gratificação. Com este engodo, que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral.”³⁰¹ A menção de tal prática de premiação nas páginas de uma “*Memória*”, destinada a instruir o filho na administração de “uma fazenda na província do Rio de Janeiro”, por si só, prova a sua eficiência.

A esse tempo, um dia de trabalho começava com o canto do galo – “as quatro horas no verão ou as cinco no inverno” – e os escravos cuidavam casa, do cafezal, da roça, dos animais. As tarefas seguiam até a noite, quando começava o serão, e só terminavam por volta das oito ou nove horas da noite.³⁰² Para além, a fundação e manutenção de uma fazenda de café exigia múltiplas tarefas:

“o braço escravo roçava, derrubava e queimava a mata virgem; desembaraçava o terreno para facilitar a plantação, fazendo coivaras nos lugares obstruídos pelos galhos não queimados; drenava os terrenos úmidos, abrindo valetas ou canais para os córregos, que eram também desobstruídos; abria caminhos; cortava, lavrava e serrava as madeiras de lei; construía a casa, as senzalas, os ranchos, paiol, tulhas, monjolo, moinho e engenho; fazia tapumes e valas, mangueiras e currais; tratava da horta e do pomar; plantava todos os cereais, algodão, cacauzeiros, inhames e milhões de cafeeiros; capinava todas as roças, tirava as ervas daninhas, extinguiu os formigueiros; colha, beneficiava e exportava e tudo isso a tempo e a hora!”³⁰³

Esta era a característica fundamental de toda empresa cafeeira: o braço escravo. Entre as muitas despesas de um fazendeiro, estava a aquisição contínua de novos escravos para repor os plantéis, que se desgastava durante a produção do café ou o serviço da casa. Tal necessidade, até 1850, era suprida pelo comércio de escravos entre a costa da África e o Brasil, porém, depois dessa data, com a interrupção definitiva desse comércio, foi preciso

³⁰¹ PATI do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*, p. 67.

³⁰² ANDRADE, Eloy de. *Op. Cit.*, p. 99-102.

³⁰³ *Idem*, p. 98.

encontrar mecanismos alternativos para a reposição dos escravos. Foi pensando nessa dificuldade que os manuais incentivavam a natalidade como mais um mecanismo de manutenção do sistema escravista. Recomendação que pareceu ter sido seguida pelos senhores de Vassouras.

O resultado da adoção dessa iniciativa pode ser percebido pelo aumento do registro de nascimento de escravos na região de Vassouras. No período de 1850 a 1880, entre os escravos 19,61% eram filhos de outros escravos, enquanto, nos anos anteriores a 1850, esse percentual era de 5,23%.³⁰⁴ Mesmo que houvesse uma subanotação para a primeira metade do século XIX, fica claro uma elevação dos filhos de escravos. Nos inventários, entre os anos de 1851-1871, intensificaram-se os registros de filhos e observações como “avaliada com a mãe”, “com cria de peito”, “avaliada com os filhos”, “filho de...”, “avaliado com mãe e irmãos”. Os exemplos são muitos, mas alguns são especiais. O inventário de Luís Gomes Ribeiro, iniciado em 1841, avaliou separadamente os escravos casados, juntos com as esposas e os filhos, dos escravos solteiros.³⁰⁵

Francisca Romana era uma das 246 escravas, pertencentes ao barão de Guaribú, contudo liderava um grupo diferenciado: o das 25 escravas-mães que foram avaliadas com os seus filhos no inventário do barão. O barão de Guaribú possuía, ainda, outras 28 escravas que tiveram filhos. Os escravos registrados como “filhos de...” somavam um total de 124 cativos, representando cerca de 20% do plantel do barão de Guaribú.³⁰⁶ O inventário de Dona Francisca Maria dos Santos Vieira, aberto em 1856, continha 73 escravos registrados. Destes, 12 escravas eram mães e todas foram avaliadas junto com seus filhos. Entre elas, estava Teresa, que além de sua filha Ana, foi avaliada também com o neto Lucindo.³⁰⁷ Caso semelhante apareceu no inventário de Antônio Roza Martins, no ano de 1871, dos 55 escravos registrados, 24 eram filhos de outros cativos. Entre eles estavam: Antônio (17 anos), Paula

³⁰⁴ SALLÉS, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 237.

³⁰⁵ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574010, 1841.

³⁰⁶ Francisca Romana possuía sete filhos – Martinho, Eva, Aureliano, Eulina, Albertino, Etelvina e Esméria – e foi avaliada, em 1863, em 500\$000 réis. CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 10366415001, 1863.

³⁰⁷ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisca Maria dos Santos Vieira. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663635008, 1856.

(12 anos), Apolinária (10 anos), Adriano (8 anos), Theodoro (4 anos), Margarida (3 anos) e Pedro (1 ano), todos filhos de Mariana (40 anos) e netos de Madalena (80 anos).³⁰⁸

Também em inventário, do ano de 1871, havia a escrava Inocência com um filho de apenas três dias de nascido, diferente de sua mãe, ela não entrou na avaliação porque estava “sujeito à lei de 1871 por isso livre.”³⁰⁹ Dona Luisa Joaquina da Costa Neves possuía 72 escravos, divididos entre 40 homens e 32 mulheres – das quais 10 eram mães de 17 filhos, todos com idade inferior aos 10 anos.³¹⁰ Histórias que permitem acreditar no crescimento natural entre os escravos. O caso de Vassouras demonstra que não era impossível pensar uma escravidão nacional. Consequência direta de um processo apoiado nos nascimentos de escravos no Brasil, sem o subsídio externo do tráfico. Os registros de batismos também confirmavam esse crescimento natural. Entre os anos de 1853 e 1855, eles foram superiores ao registro de óbitos de escravos registrado no mesmo período.³¹¹

Os dados dos inventários demonstravam essa tendência de crescimento vegetativo da população. Havia proporcionalmente um aumento do número dos filhos de escravos desde 1821. Nas décadas até 1850, o número de escravos registrado foi de 8.033, mas só cerca de 5% deles eram filhos de outros cativos. Apenas uma década depois (1851-1860), a porcentagem encontrada foi surpreendente, quase três vezes maior que a anterior: 14,30% da população de 5.846 escravos. Entre os anos de 1861-1870, existia a mesma tendência de crescimento, o número de filhos, entre os 7.864 cativos, chegou aos 18,30%. Já a proporção de filhos nos plantéis no período 1871-1880 foi quase cinco vezes superior que a encontrada

³⁰⁸ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Antônio Roza Martins. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663724001, 1871.

³⁰⁹ A observação fazia referência a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, cujo 1º artigo determinava que: “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. Ainda segundo a lei, os filhos dos escravos - chamados de ingênuos - tinham duas opções: poderiam ser entregues ao governo, que se responsabilizaria por eles, ou ficariam com os senhores de suas mães até a maioridade, fato que explica a presença deles nos inventários a partir de 1871. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1833. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_49.pdf>. Acessado em 10 de out. 2010.

³¹⁰ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luisa Joaquina da Costa Neves. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663724007, 1871.

³¹¹ SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 240.

nas primeiras décadas, 25,96%. Mesmo que houvesse uma subanotação para a primeira metade do século XIX, fica clara a elevação dos filhos entre os cativos de Vassouras.³¹²

Isto só foi possível porque as disparidades entre o número de homens e mulheres na população escrava, principalmente a partir da década de 1860, tornou-se mais equilibrada. As desigualdades existentes entre homens e mulheres foram amenizadas após 1850. A presença feminina nos plantéis subiu de 33,8%, entre 1830-1850, para 40%, nos anos de 1851-1871. Enquanto o número percentual dos homens reduziu de 65,9%, no primeiro período, para 59%, no período seguinte.³¹³ O aumento do número percentual de mulheres na população escrava de Vassouras teve seu início, ainda na década de 1840, quando as escravarias estavam sendo formadas, ao mesmo tempo em que o número percentual de homens reduziu-se. Talvez fosse possível que alguns senhores buscassem dar um maior equilíbrio às suas senzalas, pensando em criar condições favoráveis para a reprodução natural entre seus escravos, assim como propunham os manuais. Mas outras hipóteses não podem ser ignoradas.

No momento da expansão cafeeira, na década de 1840, a formação dos plantéis aumentou a demanda por novos africanos, de tal forma que o tráfico atlântico já não conseguia atender a preferência pelos homens. “Nessas condições, mulheres e crianças também encontraram espaço para a comercialização no mercado.”³¹⁴ Outra possibilidade para explicar a presença feminina no tráfico atlântico seria a procura de escravas para tarefas tipicamente femininas: mucamas, cozinheiras, amas-de-leite, lavadeiras, engomadeiras, entre outras. Essa demanda atenderia a sofisticação e a complexidade do estilo de vida dos grandes proprietários de Vassouras, nascida com expansão do éthos senhorial.³¹⁵ Independente da explicação que se queira dar, fato é que, na segunda metade dos oitocentos, havia mais uniões estáveis dentro das senzalas; aumentou o número de filhos, o que favoreceu a “territorialização” dos plantéis.

³¹² SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 238.

³¹³ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acessado em: 20 de nov. de 2009.

³¹⁴ SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 200.

³¹⁵ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acessado em: 20 de nov. de 2009.

³¹⁵ SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 202-203.

E aqui se colocava outra questão: a constituição demográfica. Durante a primeira metade do século XIX, os plantéis de Vassouras cresceram absorvendo escravos do tráfico atlântico, sendo esta foi sua maior fonte de reprodução física da população, assim quase 70% dos cativos eram africanos. Seletivo no tocante às estruturas sexual e etária, ele abasteceu de escravos adultos as fazendas de café em formação. Nesse momento, a população tornou-se predominantemente masculina, e 54,3% deles eram tinham idade superior a 13 anos.³¹⁶ O comércio atlântico, ao africanizar as escravarias originou ou aumentou os desequilíbrios demográficos.

O ano de 1850 marcou uma ruptura nessa dinâmica, era o fim definitivo da reposição da mão de obra escrava pelo tráfico atlântico. Embora ainda existisse o abastecimento africano via tráfico inter e intraprovincial, o que se viu foi uma crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, um equilíbrio maior entre os sexos, um aumento do número de filhos, modificando a estrutura demográfica escrava na segunda metade dos oitocentos. Esta dinâmica era base de uma “escravidão madura”, assentada no crescimento vegetativo e na formação de uma comunidade cativa estável. Os dados dos inventários mostravam que a população escrava de Vassouras, ao longo das décadas entre 1850-1870, ingressou em um processo de auto-reprodução natural, o que alteraria o padrão de reposição de mão-de-obra cativa vigente, interrompido apenas pela Lei do Ventre Livre.³¹⁷ A partir de 1871, já não nasciam mais escravos.

Assim, a presença africana caiu para 33% da população. Havia quase um equilíbrio com crioulos, no período entre 1851-1871, que somavam aproximadamente 32% dos cativos. Cabe ressaltar que quase 35% dos escravos não tiveram registrado sua origem. A impressão que ficou foi a de desconhecimento da origem, provavelmente, africana e/ou da pouca vontade em registrá-la. Isto poderia ser justificado pelo tráfico atlântico ilegal, entre 1830-1850, quando os plantéis estavam sendo formados. Se os escravos fossem declarados de origem africana deveriam, segundo as leis vigentes no Império, ser considerados livres e repatriados. Após 1850, os senhores que comprassem ou possuíssem escravos africanos recém-chegados incorriam nas mesmas penalidades que os traficantes. Esta ressalva, longe de

³¹⁶ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acesso em: 20 nov. 2009.

³¹⁷ SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 254.

querer destacar exatidão nos números, tenta perceber as tendências demográficas. Embora houvesse um declínio visível dos registros de escravos africanos, eles poderiam, ainda assim, estar subestimados.

O decréscimo dos escravos jovens e adultos foi reflexo do fim efetivo do tráfico atlântico, que em épocas anteriores era responsável pela reprodução da mão-de-obra escrava. O número de escravos entre 13 e 49 anos reduziu-se para 32,5% após 1850. Outro elemento interessante do período de 1851-1871 foi o envelhecimento da população cativa de Vassouras. O número de escravos acima dos 50 anos aumentou consideravelmente. Entre 1830-1850, eles somavam 4,6% do total, e no período seguinte, esse indicador passou para cerca de 10%. Em meio às infinitas dificuldades da vida no cativo – alimentação, moradia, higiene, castigos, doenças – esse grupo conseguiu superá-las e atingir a velhice, mesmo que com marcas profundas nos corpos. O crescimento de 13,2%, no primeiro momento (1830-1850), para 15,2%, no período posterior (1851-1871) entre as crianças reforçava a ideia da tentativa de estimular o crescimento vegetativo natural dos escravos.³¹⁸ Esses números, embora pequenos em certos aspectos, indicavam a modificação na constituição demográfica dos plantéis.

Através da descrição parcial do cotidiano de escravos, inscritos nos inventários *post-mortem*, foi possível sondar as condições de vida ao longo do período analisado. Naquelas fazendas, havia mudanças nos padrões demográficos, com o crescimento do número de mulheres e crianças, referência às despesas com medicamentos, instrumentos de botica, médico e reformas de senzalas, bem como a existência de escravos especializados nos cuidados dos doentes, criação de animais e produção de alimento. Os resultados sugeriram que a escravidão, em Vassouras, estava em transformação, capaz de um crescimento vegetativo natural. No limite, coube apenas realçar as dimensões da vida dos escravos que habitaram as propriedades de café oitocentistas. Da simbiose entre os inventários e os manuais, extraiu-se apenas um pouco das experiências de senhores e escravos.

³¹⁸ CEO. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13>. Acesso em: 20 nov. 2009.

4 CONCLUSÃO

Hoje, Vassouras fascina pela sua beleza que muitas décadas não conseguiram apagar. Nascida e criada pelas mãos dos “barões de café”, ao longo do século XIX, com seus casarões e suas palmeiras centenárias, não apenas a cidade, mas seu entorno, com belíssimos casarões rurais, são inegavelmente um pedaço da História do Brasil Imperial, como um testemunho vivo do apogeu cafeeiro na região do Vale do Paraíba. Seus fazendeiros, donos de grandes fortunas, refinaram-se, sofisticando seus modos de vida, polindo suas maneiras e construíram monumentos rurais que impressionavam pela sua imponência. Como conseqüência do rápido desenvolvimento, em janeiro de 1833, recebeu o título de Vila, e poucos anos depois, em setembro de 1857, foi então elevada à categoria de cidade. Em meados do século XIX, a cidade de Vassouras viveu seu apogeu, recebendo o título de “Princesinha do café”.

Tal grandeza ergueu-se sobre dois pilares: o café e o escravo. Ali, ambos fundiram-se em riqueza social e econômica, que extrapolou as fronteiras locais e espalhou-se pelo Império. A alta do preço do café no mercado internacional teve como resultado o rápido enriquecimento dos produtores desta região, que foram, a partir de 1830, os maiores exportadores brasileiros de café. A montagem das muitas fazendas que se espalharam pela região exigiu um número inesgotável de braços cativos, transformando o escravo em um elemento indispensável à lavoura. Contudo, a expansão que se inaugurava com o café coincidia com a crise do tráfico atlântico de escravo. E porque era necessário o braço escravo para suprir a mão-de-obra na lavoura cafeeira, também era necessário manter a escravidão.

O esforço que finalizo agora buscou compreender este cenário, através das relações estabelecidas em torno dos manuais de fazendeiros, das doenças e do cotidiano da população escrava, com o objetivo de assegurar a manutenção da ordem escravista. A análise do movimento das doenças de um período para outro – o primeiro estabelecido entre 1830-1850 e o segundo situado entre 1851-1871 –, permitiu uma melhor compreensão da ação das doenças e verificar o alcance das recomendações dos manuais dos fazendeiros, assim foi possível traçar um panorama das condições de vida dos escravos. Esses dois elementos

manifestaram-se através dos inventários *post-mortem* de grandes e mega proprietários de Vassouras.

As doenças, de maneira instigante, apresentaram um crescimento percentual na população como um todo, no período posterior entre 1851-1871. A partir dos anos de 1850, Vassouras atravessou os momentos de apogeu e grandeza da lavoura cafeeira. Ambos foram marcados pela maior exigência do trabalho escravo, possivelmente, aumentando da carga de trabalho de cada cativo, como consequência da diminuição das áreas de mata virgem – fundamentais para a expansão e manutenção de sua alta produção de café – e fim do abastecimento dos escravos pelo tráfico atlântico. O aumento das horas de trabalho podia desenvolver ou agravar alguns problemas de saúde. Esse era o caso das doenças crônicas, como as reumáticas, algumas doenças mentais de menor gravidade, que se manifestavam em períodos de intensa pressão, e também dos traumas, fruto do excesso de trabalho.

Outro efeito da ausência de novas áreas de mata virgem para o plantio de novas mudas foi o avanço da lavoura para as áreas destinadas à produção de alimentos. Com a redução dos espaços dedicados à produção dos gêneros alimentícios, a dieta deficiente dos escravos acabava reduzida ou prejudicada. Para atender às necessidades de abastecimento, o barão de Paty do Alferes recorreu constantemente à compra de alimentos. Em 1855, ele foi obrigado a comprar 600 alqueires de milho por 6\$500 o saco para as fazendas Sant’Ana e Piedade. No ano seguinte, para a compra do mesmo alimento, pediu ao comissário para enviá-lhe 2:000\$000.³¹⁹ Uma dieta empobrecida em nutrientes, além de responsável por doenças nutricionais, comprometia a saúde como um todo. Se essas suposições forem válidas, elas justificam o aumento no número de escravos doentes.

Outra possibilidade de análise interessante seria a comparação dos grupos de doenças pelas faixas etárias. Pensadas sob essa ótica, as doenças tiveram redução entre as crianças e, principalmente, entre a população adulta. Essas faixas etárias representavam a certeza da conservação da escravidão, seja pelo estímulo a natalidade – somado aos cuidados com as crianças –, seja por compor a massa trabalhadora, elas deveriam ser alvo dos cuidados, ou pelo menos das atenções dos senhores. O envelhecimento da população cativa, mesmo

³¹⁹ PATI do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985. p. 39.

com o aumento de doenças entre os idosos, seria o resultado desse processo. Nesse contexto, a presença maior de enfermarias, boticas e escravos com ofícios voltados para o cuidado dos doentes consistiam em ganhos na qualidade de vida. Se tais ganhos não podem ser visualizados pela via das doenças, quando observados através das práticas expressas nos manuais de fazendeiros, eles ficam mais claros.

Não foi difícil supor que as grandes famílias de proprietários foram estabelecendo suas práticas escravistas e seus métodos de governo dos escravos, ao mesmo tempo em que assentaram seus cafezais e construíram suas fortunas. Mas não apenas os cafezais e os escravos eram herdados de uma geração para a outra de proprietários. A herança material era acompanhada de um conjunto de regras estabelecidas e acumuladas pela experiência como eficazes. Entre os escravos, essas regras também seriam assimiladas, e com o passar do tempo, criariam certos preceitos estabelecidos, cuja subtração poderia gerar tensão entre eles e seus senhores. Se assim fosse, essas regras estariam arraigadas tanto nas casas senhoriais, como nas senzalas.

A prática de permitir que os escravos cultivassem roças próprias – alimentos ou café, embora toda produção devesse ser negociada com o senhor –, recomendada pelo barão de Paty do Alferes, foi mantida por sua filha Maria Isabel de Lacerda Werneck na administração da fazenda Monte Alegre, herdada de seu pai, e na fazenda Piedade, comprada de seu irmão, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, que, por sua vez, a havia recebido por herança do barão. Maria Isabel era casada com o médico português Joaquim Teixeira de Castro, agraciado pelo rei de Portugal com o título de visconde do Arcozelo, e manteve no ano de 1887 um diário em que registrava seu dia-a-dia.³²⁰ A viscondessa registrou o pagamento da produção dos escravos diversas vezes nas páginas de seu diário, como em 2 de janeiro, quando anotou: “Pagou-se aos pretos o dinheiro do café 840,000”; também em 10 de julho, anotou: “Francisquinho – seu filho Francisco Werneck de Teixeira Castro – foi a Piedade pagar o feijão dos pretos” e, em 12 de julho, “Pagou-se o feijão das pretas 224,000”.³²¹

³²⁰ MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org), *Escrita de Si, escrita da História*, Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 199.

³²¹ PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op. Cit.*; nota 70. p. 47.

Outra regra preconizada pelo barão de Paty do Alferes era o estabelecimento de prêmios para os escravos que atingissem determinada cota de café e/ou superassem a cota estabelecida anteriormente. Segundo ele, esse era “um dos melhores expedientes que estabeleci e de que tirei muito bom resultado” para garantir a colheita do café e, dessa forma, ele conseguiu que os cativos colhessem sete alqueires, superando os cinco alqueires estabelecidos como tarefa.³²² Em 27 de agosto de 1887, cerca de 40 anos após a publicação da *Memória* do pai, Maria Isabel mencionava o preceito paterno: “O Castro – seu marido – dice aos pretos que os que apanhase de 6 alqueires de café para cima recebido 300\$ por alqueire”³²³. A continuação dessa prática evidenciava que as regras, as experiências acumuladas e eficazes passavam entre os fazendeiros da mesma família.

O inventário, iniciado em 1841, de Luis Gomes Ribeiro, aponta para questão da família escrava. O documento apresentou listado, sob o “título de escravos casados”, um grupo distinto de cativos, com esposas e filhos, da fazenda Guaribú. Durante a partilha dos bens, esses escravos tenderam a permanecer juntos. Após a morte de Luis e, em 1847, de sua esposa Joaquina Matilde de Assumpção, propriedade foi dirigida pelo filho do casal Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar. O barão de Guaribú, título conferido em agosto de 1860, administrou a fazenda por cerca de 20 anos e, quando da sua morte em 1863, a prática de listar juntos escravos aparentados novamente apareceu. Foram registrados 139 – aproximadamente 23% – escravos com laços de parentesco no plantel deixados pelo barão de Guaribú, porém, neste caso, o principal vínculo era a filiação.³²⁴

Essa tendência tornou-se, especialmente, visível a partir de 1850. O registro de filhos entre os escravos arrolados nos inventários *post-mortem* cresceu. No período de 1850 a 1880, o percentual de escravos registrados como “filhos de...” multiplicou-se surpreendentemente, perfazendo 19,61% da população cativa de Vassouras.³²⁵ Se por um lado, este dado atendia a expectativa dos manuais quanto ao aumento da natalidade, por outro apontava para uma territorialização da escravidão, apoiada nos nascimentos de escravos no

³²² PATY do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. *Op.Cit.*, p. 67.

³²³ MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. *Op.Cit.*, p. 209.

³²⁴ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574010, 1841. Inventário *post-mortem* de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 10366415001, 1863.

³²⁵ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 237.

Brasil, sem ao subsídio externo do tráfico. Tal processo geraria uma reprodução natural, possivelmente estabilizando e ampliando os plantéis, contudo a aprovação da lei do Ventre Livre em 1871 projetou um fim, mesmo que gradual, para a escravidão no Império brasileiro.

Coloca-se, aqui, um elemento que permitiria a formação das comunidades de senzala: a escrava. A presença feminina entre os escravos aumentou, marcando um distanciamento do tráfico atlântico – como forma de reposição da mão-de-obra –, um maior equilíbrio sexual na população cativa e um possível crescimento vegetativo natural. As escravas, por sua vez, eram articuladoras de laços de parentesco. Isto equivale a dizer que, quanto maior o número de mulheres, maior a possibilidade matrimônios e/ou nascimentos. É provável que com o crescimento do percentual de mulheres, o número de laços de parentesco se elevasse. Seja pelo parentesco direto – matrimônio e maternidade – ou indireto – compadrio³²⁶ – a presença feminina era capaz de produzir um núcleo familiar, fundamental para a criação da comunidade senzala.

Mas não apenas isso. Outros sinais que permitiam pensar na conservação da escravidão foram os elementos do cotidiano. Os inventários apontam para melhorias nas senzalas. Mesmo que os dados não sejam específicos, eles registram apenas o valor e número dos lances ou casas de senzalas, se comparadas às avaliações feitas estas melhorias ficam claras. Em 1841, o conjunto de 7 lances de senzala foi avaliado em 170 mil réis³²⁷, enquanto, em 1863, outro conjunto de 8 lances de senzala “muito arruinadas” era estimado em 160 mil réis³²⁸. Se dividir o valor por lance, em 1841, cada um dele correspondia a aproximadamente 24 mil réis, e em 1863, esse valor era de 20 mil réis. Uma diferença pequena entre os valores das senzalas, considerando que as do segundo conjunto estavam “muito arruinadas”. A partir de 1850, tornaram-se mais freqüentes as varandas, a cobertura de telhas, o assoalho, e em algumas, as paredes de taipa foram substituídas pela de pedra. Na fazenda Conceição, uma

³²⁶ O compadrio funcionava como um meio de aparentar, construindo alianças almejadas por ambos os lados, pais e padrinho, além do próprio batizado. Ou seja, era a oportunidade fortalecer ou criar laços de solidariedade ente indivíduos com interesses em comum. Ver: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

³²⁷ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Luís Gomes Ribeiro. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 101663574010, 1841.

³²⁸ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 10366415001, 1863.

das propriedades do barão de Paty do Alferes, 4 lances assoalhados de senzala foram estimadas 400 mil réis, ou seja, um lance individualmente corresponderia a 100 mil réis.³²⁹

Os 55 lances de senzalas cobertas de telhas e com varanda da propriedade do barão de São Luís foram avaliadas em 4 contos e 400 mil réis, isto equivale a dizer que cada lance valia 80 mil réis. Neste caso, o conjunto de senzalas abrigavam 239 escravos, o equivalente a 4 cativos por lance de senzalas. Mesmo não explicitando o tamanho de cada lance, para que se possa avaliar o espaço, o número pequeno indivíduos poderia representar um ganho de convívio social. O escravo não precisaria dividir o espaço com muitos outros, e em casos especiais, ele só teria que dividir o espaço com seus familiares, por exemplo, mãe e filhos. Por outro lado, poucos escravos por lance de senzala poderiam favorecer a saúde, principalmente, no que se refere às doenças infecto-parasíticas. No plantel do barão de São Luis apenas 18 escravos tinha observações quanto ao estado de saúde, e fora os 6 cativos identificados apenas como “doentes” – sem determinação da enfermidade –, os demais não apresentavam doenças infecto-parasíticas.³³⁰

Em relação aos valores atribuídos, também poderiam representar um fator de diferenciação entre os escravos, levando em consideração que tais valores estavam diretamente associados ao estado de conservação, ao tipo de material e de construção – eles qualificavam diferentes tipos de moradia, que poderiam melhor abrigar, ou não, os cativos. É o que se vê, por exemplo, na fazenda Monte Alegre, onde havia um conjunto de 22 lances de senzala à 100 mil réis – totalizando o valor de 2 contos e duzentos mil réis –, e outro, formado por 3 lances assoalhados à 120 mil – somando 360 mil –, entre outros.³³¹ Diversas propriedades apresentavam valores distintos para cada grupo de lances ou casas de senzalas que possuíam. Fato que poderia ser usado como uma “premiação” concedida pelos senhores a determinados escravos.

As questões levantadas neste trabalho apontam que muitas das recomendações dos manuais dos fazendeiros foram alcançadas, ora atendendo às necessidades dos escravos, ora

³²⁹CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

³³⁰ Os outros escravos continham as seguintes observações: 4 “quebrados”, 4 “aleijados”, 1 “defeituosos”, 1 “perna cortada”, 1 “paralítico”, 1 “belide no olho”. Inventário *post-mortem* de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663725001, 1871.

³³¹ CDH-USS. Inventário *post-mortem* de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Fundo TJERJ/Vassouras documento nº 102663614004, 1862.

atendendo aos desejos dos senhores. Os manuais escritos por fazendeiros tanto divulgavam práticas da administração governo dos escravos e de gestão das propriedades cafeeiras, como também, através delas, refletiam as mudanças nas relações escravistas. Uma vez que seus autores utilizavam suas próprias experiências no ofício de fazendeiros para redigir suas páginas, essas prescrições representavam o pensamento da classe senhorial, como mostram os dados dos inventários.

Indissociável do desenvolvimento do “Império do Café”, a escravidão foi elemento aglutinador, unindo interesses em torno da sua conservação. Durante esse processo, ela foi transformada de forma a atender as necessidades da classe senhorial. Assim, as práticas descritas nos manuais estabeleceram um campo de negociação entre senhores e cativos. Cabe ressaltar que a ruptura ou a continuidade de tais práticas serviria para mostrar a eficiência ou para repensar as relações escravistas. A “preguiça” no trabalho, a fuga ou as rebeliões apontavam os limites das práticas senhoriais, assim como o chicote e os castigos indicavam os limites das ações dos escravos. Entre conflitos e barganhas, senhores e escravos foram remodelando seu cotidiano, suas relações e a escravidão, ao longo do século XIX, ao menos em Vassouras.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A vida privada e a ordem privada no império. In: _____.(org.) *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Rio, 1989.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.

ARAÚJO, Calos da Silva. *Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Continente, 1979.

ASSIS, Marcelo Ferreira de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro c.1790 – c.1830*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BARROS, Maria Paes. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra.1998.

BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294.

CHALHOUB, Sidney *et alli* (orgs). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Capinas: Unicamp, 2003.

Coleção de Leis do Império do Brasil, 1833. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao.pdf>. Acessado: em 10 de out. 2010.

CONRAD, Robert E. *Tumbeiros, o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Iraci del Nero da; MOTTA, José Flávio. Demografia histórica: da sementeira a colheita. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*. São Paulo: ABEP, n14, p. 151/158, 1997.

COSTA, Wilma Peres. O império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n1, pg. 27-43, maio, 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_2.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2009.

CROSBY, Alfred. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FALCI, Miridan Britto Knox Falci; MELO, Hildete Pereira de. *Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança*. V **Congresso Brasileiro de História Econômica**. ABPHE Caxambu/Minas Gerais, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_38.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2009.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de Curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. As doenças dos escravos: um campo de estudos para a História das Ciências da Saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimunod; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cassia. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FONSECA, Antônio Caetano da. *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros*. Rio de Janeiro, Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.1946.

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Brasiliana, 1979.

_____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.1951.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGHCS – COC/Fiocruz, 2003.

HELITO, Alfredo Salim KAUFFMAN. Paulo (Org.). *Saúde: Entendendo as Doenças, a Enciclopédia Médica da Família*. São Paulo: Nobel, 2007.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades medicas de todas as classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos nos Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, 1830-1860. In *Anais do Museu Paulista*, v. 13, p. 165-188. São Paulo: 2005.

_____. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. In *Anais do Museu Paulista*, v. 14, p. 11-58. São Paulo: 2006.

_____. TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*. vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUAD, Ana Maria MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da Viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org), *Escrita de Si, escrita da História*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; SILVEIRA, Anny Torres. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: _____.; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Mortalidade e Morbidade entre os escravos brasileiros no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (Org.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Fazendas: As grandes casas rurais do Brasil*. Rio de Janeiro: Abbevill Press, 1995.

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out./dez. 2006.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1976.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio, a História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVEL, Jacques; PETER, Jean Pierre. O Corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ROSENBERG, Charles. Introduction: "Framing disease: Illness, society and history". In: _____. GOLDEN, Janet (editors). *Framing Disease - Studies of Cultural History*. New Brunswick: Rutgers University Press. 1997.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Ricardo GRINBERG, Keila BORGES, Magno Fonseca. *Vassouras - século XIX: Escravidão e Direitos em Vassouras*. Disponível em: http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=banco_dados&cod=13 Acessado em: 20 de nov. 2009.

SANTOS FILHO, Licurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP.1991.

SCHNOOR, Eduardo. *O resgate dos inventários como documentos príncipes para a história da saúde dos escravos*. In: PORTO, Ângela (Org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2007.

SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL. 1984.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor*. Esperanças e recordações na formação da Família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900*. Tradução: Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*; Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, 1839.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Pati do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*; SILVA, Eduardo. (org.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Brasília: Senado Federal, 1985.

WITTER, Nikelen Acosta. Dos Cuidados e das Curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). *História Unisinos*, v. 10, pg. 14-25, 2006.

_____. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

Fontes Manuscritas

Inventários *post-mortem*, 1830-1870. Centro de Documentação Histórica/Universidade Severino Sombra. Vassouras.